

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**KARINA PERIN FERRARO**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PORTUGUESA  
DURANTE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974-1976)**

**Marília  
2017**

**KARINA PERIN FERRARO**

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PORTUGUESA  
DURANTE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974-1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Neusa Maria Dal Ri

**Marília  
2017**

Ficha catalográfica elaborada por  
André Sávio Craveiro Bueno  
Bibliotecário  
CRB 8/8211

Ferraro, Karina Perin.

F376g A gestão democrática na educação escolar portuguesa durante a Revolução dos Cravos (1974-1976) / Karina Perin Ferraro. – Marília, 2017.

115 f. ; 30 cm.

Orientador: Neusa Maria Dal Ri.

Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 104-111

1. Gestão democrática. 2. Educação básica - Portugal. 3. Ensino secundário - Portugal. 4. Portugal – História – revolução, 1974. I. Título.

CDD 371.109469

KARINA PERIN FERRARO

**A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR PORTUGUESA  
DURANTE A REVOLUÇÃO DOS CRAVOS (1974-1976)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília, como requisito parcial para obtenção de título de Doutora em Educação.

**Aprovada em:**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dra. Neusa Maria Dal Ri** - *Orientadora*  
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Marília)

---

**Dr. Candido Giraldez Vieitez** – *Examinador 1*  
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Marília)

---

**Dra. Raquel Cadeira Varela** – *Examinador 2*  
Universidade Nova de Lisboa

---

**Dr. Henrique Tahan Novaes** – *Examinador 3*  
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Marília)

---

**Dra. Áurea Costa** – *Examinador 4*  
Universidade Estadual Paulista (UNESP – Campus Rio Claro)

Marília, 28 de novembro de 2017

**A Herbert Barucci Ravagnani e Gael Ravagnani Ferraro**  
*(in memoriam)*

“Você partiu,  
Como se diz,  
Para o outro mundo.  
Vácuo...  
Você sobe,  
Entremeado às estrelas”.  
(Maiakovski)

Há quatro anos...

## AGRADECIMENTOS

À Pagu, companheira felina, e Eliana, principal responsável pela divisão do trabalho doméstico na Casa da Pagu, o que permitiu tempo necessário para escrever o texto.

A meus pais, Cida e Eli, e Aline, Ana Carolina e Vó Maria, pelo carinho, amor e cuidado. A Telma, Roberto, Ana Lígia e Ana Paula, pelo eterno afeto.

A Pedro Alexandre, por partilhar amor e a vida durante 19 meses desse processo.

A Glalce, Danielli, Larissa, Silmara, Miriam, Vinícius e Eloisa, pela sincera amizade.

A meu afilhado Marco Raul e Matheus, meu sobrinho, pela esperança que traz às novas gerações.

A Thaís, Cleber, Camila Pinheiro, Carol Baruel, Nathália, Matheus, Gustavo, Vanessa, Laura Braga e Cin Falchi, por terem sido minha família durante o luto mariliense.

À Aline Monge, Olívia Rall, Tawana Tosta e Clarice Zan, por trintarmos no centenário da revolução russa. À turma de Pedagogia (2005-2008), em particular à Valéria Oriani (*in memoriam*), primeira doutora da turma.

A Tamara André, Teresa Antunes, José Luis Monteiro, João Carlos Carvalho, Zé Maria, João Veloso, pelo auxílio na coleta de dados e Miguel Inocêncio, pelas transcrições de entrevistas e tradução do artigo.

A Luis Leiria, José Garcia, Licínio Lima, Maria Filomena, Maria Júlia e demais informantes, que dividiram a história da revolução portuguesa e de suas próprias.

À Paula Perin, pela revisão do texto de qualificação e por compartilhar origem e profissão e Luiz Galeffi, pelo pronto auxílio na revisão do texto final.

Ao Centro de Documentação 25 de abril, em especial à Filomena.

À República Rosa Luxemburgo, pelo abrigo durante a coleta de dados em Coimbra, em particular à Ana Rui Fonseca. A Joana, João, Sebastian e Pedro, pelo abrigo em Lisboa e Braga.

A Rosane Michelli, Sueli Guadalupe, Denise e Luciana Gomes. Aos docentes, Neusa Dal Ri, Candido Vieitez, Áurea Costa, Raquel Varela, Lalo Minto e Henrique Novaes, por partilhar o fim de um ciclo de minha formação como pesquisadora e unespiana.

Ao Grupo História do Trabalho e dos Conflitos Sociais IHC-FCSH/UNL e ao Grupo de Pesquisa Organizações e Democracia, em especial a Claudio Rodrigues e Tania Brabo.

A Alexandre Leme e Jean Menezes, por terem me ensinado a agir a partir da consciência de classe dos explorados e oprimidos.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), por financiar a pesquisa entre abril de 2013 a novembro de 2015.

Aos médicos Eliana Roselli, Laís Machado e Nuno Miguel e às terapeutas Sônia Guirado e Ana Calado, por me acompanharem e assistirem psicológica e fisicamente neste processo. A Laís Haupt, pela parceira no treino de muay thai e vida saudável.

Aos docentes da Faculdade de Educação da UFG e do IFG de Itumbiara, em especial à Raquel, Marcelo, Naira, Mabel e Aline e todos que me auxiliaram durante o acidente em 2013.

A Tiago, Rafael, Gabriel, Ale e Eduardo, por terem compartilhado afeto e seguido em frente, contribuindo para a manutenção de independência econômica e afetiva que torna esse momento possível.

Em especial à vida e luta dos explorados e oprimidos.

Há todo um velho mundo ainda por destruir e todo um novo mundo a construir. Mas nós conseguiremos, jovens amigos, não é verdade? (LUXEMBURGO, Rosa, 1918, p.434)

## RESUMO

Após 25 de abril de 1974, por meio de diplomas legais, a gestão democrática (GD) foi implementada no sistema escolar português. Primeiro, respaldando os diferentes formatos de controle escolar exercido em cada escola e, em outubro de 1974, regulamentando e fragmentando a gestão escolar em três conselhos. A democracia direta como categoria-chave da nova gestão escolar encontrava-se frente à forma legal representativa, com a direção de um docente eleito para executar as deliberações tomadas em assembleias ou reuniões gerais de escolas. O controle exercido pelo segmento estudantil, generalizado nas universidades e parte significativa dos liceus, foi o primeiro a ser enfraquecido. A partir de 1976, já promulgada a nova constituição, a regulamentação e restrição do controle da organização atingiu o setor docente. Neste trabalho o Movimento de Educação é compreendido como aquele que luta pela educação escolar sistematizada, com protagonismo de sujeitos escolares - trabalhadores docentes e não-docentes, estudantes e responsáveis - e não-escolares - movimentos sociais, sindicatos, organizações políticas com ou sem inscrição legal. O objetivo geral deste trabalho foi verificar e analisar as origens e as concepções teórico-práticas de GD na escola básica e secundária em Portugal, a sua inserção nos decretos nacionais (1974-1976) e a atuação das forças políticas e das entidades sindicais e estudantis pela democratização da escola. Os objetivos específicos foram analisar o momento político que antecedeu o processo de luta que levou à Revolução dos Cravos e à incorporação da GD nos decretos nacionais; verificar se os movimentos da educação, docente e discente, reivindicaram a GD na escola na década de 1970; verificar a composição e a atuação das forças políticas em Portugal e se houve a reivindicação da GD na escola; identificar as diferentes proposições da GD em disputa; averiguar o funcionamento da GD implantada nas escolas entre 1974 e 1976. Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica realizada por meio da aplicação de entrevista semiestruturada.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Revolução dos Cravos. Escola básica e secundária.



## ABSTRACT

After April 25, 1974, through legal diplomas, democratic management of education was implemented in the Portuguese school system. It first supported different forms of school control exercised at each school and then, in October 1974, it was implemented by regulating and fragmenting school management into three councils. The direct democracy as a key category of the new school management faced the representative and legal form and was held by the guidance of a teacher who should be elected to execute the tasks that were deliberated in general meetings and assemblies. The students' control that was generalized through the universities and lyceums was the first one to be weakened. After the new constitution was promulgated, in 1976, regulation and control over the organization impacted the teachers. In this work, the education movement is understood as the one that fight for systematized school education with protagonism of the school individuals – teachers and non-teachers, students and responsible – and non-school individuals – social movements, unions, political organizations with or without legal registration. The general objective of this work is to verify and to analyze the origins and the theoretical and practical conceptions of democratic management in the basic and secondary schools on Portugal, their insertion in national decrees (1974-1976) and the acting of political forces and union for a democratic school. The specific objectives are: to analyze the political movement that preceded the process that led to the Carnation Revolution and to the incorporation of the democratic management into national decrees; to verify if the education movements, of teachers and of students claimed the democratic management for the schools in the 1970's; to examine the political forces and their compositions in Portugal and to inquire if there was a claim for democratic management for schools; to identify the different propositions of democratic management and their disputes; to investigate the democratic management operated in schools between 1974 and 1976. The methodological procedures used were the bibliographical, documental and empirical research, which was developed through a semi structured interview.

**Keywords:** Democratic Management. Carnation Revolution. Basic and secondary schools.

## LISTA DE ORGANOGRAMAS

<b>Organograma 1</b> - Reforma de 1936.....	29
<b>Organograma 2</b> - Reforma de 1947.....	30
<b>Organograma 3</b> - Reforma do Ensino Técnico de 1948.....	31
<b>Organograma 4</b> - Reforma de 1968.....	36

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> - Caracterização dos informantes da pesquisa.....	18
<b>Quadro 2</b> - Governos Provisórios.....	55
<b>Quadro 3</b> - Principais partidos políticos.....	56
<b>Quadro 4</b> - Outros partidos políticos com base estudantil e docente.....	58
<b>Quadro 5</b> – Síntese dos diplomas legais de GD entre 1974 e 1986 .....	93

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AAC	Associação Académica de Coimbra
AEPPA	Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas
ASJ	Aliança Socialista da Juventude
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CD25	Centro de Documentação 25 de abril
CDE	Comissão Democrática Eleitoral
CDEC	Comissão Democrática dos Estudantes de Coimbra
CDS	Centro Democrático Social
CEEP	Centro Europeu de Empresas com Participação Pública
CICAP	Centro de Instrução de Condução Auto do Porto
CMLP	Comitê Marxista-Leninista Português
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
COPCON	Comando Operacional do Continente
CPA	Comissão Pró-Associação
CRTSM	Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros
CT	Comissão de Trabalhadores
EDE	Esquerda Democrática Estudantil
FENPROF	Federação Nacional de Professores
FNDEP	Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública
FSP	Frente Socialista Popular
FUR	Frente de Unidade Revolucionária
GD	Gestão Democrática
GEPDES	Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário
GEPDESeP	Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório
GEPEeP	Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios
GMR	Grupo Marxista Revolucionário
GNR	Guarda Nacional Republicana
IADE	Instituto de Arte e Decoração
ISCTE	Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa
ISE	Instituto Superior de Economia
ISEG	Instituto Superior de Economia e Gestão

ISESE	Instituto Superior Económico e Social de Évora
IST	Instituto Superior Técnico
LCI	Liga Comunista Internacionalista
LCR	Liga Comunista Revolucionária
LUAR	Liga de União e de Acção Revolucionária
MAEESL	Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa
MAS	Movimento Alternativa Socialista
MDP	Movimento Democrático Português
MDP/CDE	Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral
MES	Movimento da Esquerda Socialista
MFA	Movimento das Forças Armadas
MRPP	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
MUD	Movimento pela Unidade Democrática
NEIP	Núcleo estudantil de intervenção política
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ORPC (m-l)	Organização para a Reconstrução do Partido Comunista (marxista-leninista)
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PC	Partido Comunista
PCP	Partido Comunista Português
PDC	Partido da Democracia Cristã
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PM	Polícia Militar
PPD	Partido Popular Democrático
PPM	Partido Popular Monárquico
Pró-UNEP	Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses
PRP-BR	Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata
PSP	Polícia de Segurança Pública
PSR	Partido Socialista Revolucionário
RGE	Reunião Geral de Escola

SciELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>
SINDEP	Sindicato Democrático dos Professores
SPGL	Sindicato dos Professores da Grande Lisboa
SPN	Sindicato dos Professores do Norte
SUV	Soldados Unidos Venceremos
UDP	União Democrática Popular
UEC	União dos Estudantes Comunistas
UEC (m-l)	União dos Estudantes Comunistas marxistas-leninistas
UJECM-L	União da Juventude Estudantil Comunista Marxista-Leninista
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>CRISE NACIONAL, LUTA SOCIAL E EXPANSÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>31</b>
<b>2.1</b>	<b>Sistema escolar português e fascismo .....</b>	<b>31</b>
<b>2.2</b>	<b>Organização escolar e luta social .....</b>	<b>35</b>
<b>2.3</b>	<b>Da periferia ao centro: Movimentos de libertação em África e Movimento das Forças Armadas (MFA) .....</b>	<b>49</b>
<b>3</b>	<b>REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E ORIGEM DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>52</b>
<b>3.1</b>	<b>O que foi a Revolução dos Cravos? .....</b>	<b>52</b>
<b>3.2</b>	<b>Origem da gestão democrática na educação escolar .....</b>	<b>66</b>
<b>3.3</b>	<b>Agitação e protestos do Movimento Docente .....</b>	<b>69</b>
<b>4</b>	<b>CONCEPÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR .....</b>	<b>72</b>
<b>4.1</b>	<b>Movimento da Educação e políticas educacionais entre 1974 e 1976 .....</b>	<b>72</b>
<b>4.2</b>	<b>É possível caracterização das regiões e escolas mais avançadas? .....</b>	<b>95</b>
<b>4.3</b>	<b>Oposições e conflitos nas concepções teórico-práticas .....</b>	<b>96</b>
<b>5</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>101</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
	<b>GLOSSÁRIO .....</b>	<b>112</b>
	<b>APÊNDICE - PESQUISA DOCUMENTAL .....</b>	<b>113</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa parte das seguintes questões investigativas: qual a origem da proposição da Gestão Democrática (GD) na educação em Portugal? Por quais vias foi introduzida a GD nas escolas no contexto da revolução dos Cravos em Portugal? Houve influência das entidades representativas dos professores, estudantes e demais trabalhadores na proposição da GD como forma de organização escolar em Portugal? Qual era o formato da GD nas escolas básicas e secundárias em Portugal? Como ocorriam as participações dos diferentes segmentos na organização escolar? As forças políticas, Movimento das Forças Armadas (MFA), partidos, entidades de educadores, movimento juvenil tiveram influência na introdução da GD nos decretos nacionais entre 1974 e 1976?

Partimos da hipótese de que a GD originada na Revolução dos Cravos advém da forma organizativa da escola sob controle dos trabalhadores em um regime de dualidade de poder. A democracia direta e a experiência dos soviets russos como base teórico-prática, proposição bastante diferente da GD de matriz liberal com formas de participação representativa, que se concretizou no sistema escolar português a partir da década de 1980.

Compreendemos o Movimento de Educação como aquele que luta pela educação escolar sistematizada, com protagonismo de sujeitos escolares - trabalhadores docentes e não-docentes, estudantes e responsáveis - e não-escolares - movimentos sociais, sindicatos, organizações políticas com ou sem inscrição legal.

O objetivo geral é verificar e analisar as origens e as concepções teórico-práticas da GD na escola básica e secundária em Portugal, a sua inserção nos decretos nacionais (1974-1976) e a atuação das forças políticas e das entidades sindicais e estudantis pela democratização da escola.

Os objetivos específicos são analisar o momento político que antecedeu o processo de luta que levou à Revolução dos Cravos e à incorporação da GD nos decretos nacionais; verificar se os movimentos da educação, docente e discente, reivindicaram a GD na escola na década de 1970; verificar a composição e a atuação das forças políticas em Portugal e se houve a reivindicação da GD na escola; identificar as diferentes proposições da GD em disputa; averiguar o funcionamento da GD implantada nas escolas entre 1974 e 1976.

Os procedimentos metodológicos utilizados foram a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa empírica realizada por meio da aplicação de entrevista semiestruturada.



A pesquisa bibliográfica foi desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos e trabalhos académicos, como teses e dissertações. O levantamento foi realizado a partir de dados nacionais e internacionais e em acervos portugueses. As bases de dados foram o portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Sistema de Información Científica Redalyc (Revistas Científicas de América Latina y el Caribe, España y Portugal), RepositóriUM (Repositório Institucional da Universidade do Minho), Repositório de Publicações Científicas da NOVA (Universidade Nova de Lisboa) e Sistema Integrado de Gestão de Bibliotecas Portuguesas. De acervos portugueses, o Centro de Documentação 25 de abril (CD25), Fundação Mário Soares, Biblioteca Nacional e Casa da Achada – Centro Mário Dionísio. Em seguida seleccionamos, lemos, fichamos, sistematizamos e analisamos o material. Centramo-nos em materiais que discutem a GD, particularmente os que indicam as proposições e concepções teórico-práticas do Movimento de Educação, como entidades sindicais/associativas e académico-científicas de Portugal na década de 1970.

O levantamento bibliográfico realizado em Portugal permitiu verificar referência acerca do movimento secundarista a partir de 1973 (LEIRIA, 1998) e do movimento estudantil universitário durante a década de 1970 (ACCORNERO, 2009). Sobre o movimento docente encontramos pesquisas, tais como, de Stoer (1986), Tavares (2004), Sanches (2004), Ricardo (2015), Grácio (1983), Teodoro (2004), Barroso (2003) e Lima (1992) que indicam dados sobre o Movimento de Educação e são os pesquisadores que mais se dedicaram ao estudo da GD escolar durante o regime democrático-representativo.

A pesquisa documental foi realizada com fontes muito mais diversificadas e dispersas. Entretanto, apresentou uma série de vantagens, pois os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica (GIL, 2006). Uma fonte documental imprescindível para esta pesquisa foram as legislações promulgadas desde o início do I Governo Provisório, formado em 16 de maio de 1974, até a promulgação da Constituição Federal em 25 de abril de 1976. Documentos como boletins, periódicos, jornais e manifestos, emitidos pelo Movimento da Educação em Portugal, entidades sindicais e associativas na década de 1970 acerca da GD também foram cruciais para a elaboração deste trabalho.

Na pesquisa documental foi possível verificar que a reivindicação pela GD aparece em 1959 no movimento estudantil universitário. No movimento docente do ensino básico e secundário, a GD é reivindicada no início do século XX e em 1971-1973, durante a reforma

educativa de Veiga Simão. Entretanto, é apenas a partir da Revolução dos Cravos em 1974 que a GD é implementada na educação escolar portuguesa.

Observamos que a região da Grande Lisboa teve uma forma generalizada de auto-organização dos trabalhadores durante o processo revolucionário português, exercida pela democracia direta. Há dados que comprovam intensa auto-organização nas demais regiões do país, como Porto e Setúbal (polos industriais).

Lima (2009, p. 227), ao tratar da GD em Portugal, mostra que

Volvido um mês sobre o dia 25 de Abril de 1974, o I Governo Provisório, presidido por Adelino da Palma Carlos, que tomara posse a 16 de Maio, aprovava em Conselho de Ministros o Decreto-Lei nº 221/74, de 27 de Maio, o primeiro diploma que reconhecia e apoiava as 'iniciativas democráticas' desencadeadas por professores e estudantes em torno da gestão das escolas públicas de todos os graus de ensino. Tratava-se, para muitos casos, de uma legalização retrospectiva, de uma resposta do Governo a práticas autogestionárias em desenvolvimento em várias escolas, que conduziram ao afastamento de alguns reitores e directores (até então nomeados pelo governo) e à sua substituição por comissões directivas ou de gestão, quase sempre na sequência de decisões tomadas por assembleias de escola ou por outro tipo de reuniões plenárias.

Os dados coletados se referem aos Liceus da Amadora (Grande Lisboa), Dom Pedro V (Lisboa), Padre Antonio Vieira (Lisboa), Camões (Lisboa), Pedro Nunes (Lisboa), José Falcão (Coimbra), Viana do Castelo (litoral norte), Póvoa do Varzim (Grande Porto) e Santa Maria (Sintra). Escola Técnica Avelar Brotero (Coimbra) e Escola Preparatória de Alcácer do Sal (Alentejo). Em relação ao ensino superior, à Faculdade de Medicina (Coimbra), Faculdade de Letras (Lisboa) e Faculdade de Letras (Coimbra).

Para a coleta de dados empíricos, estivemos em Lisboa por oito meses (21/11/2015 a 11/08/2016), para o doutorado sanduíche. Nessa fase da pesquisa, aplicamos entrevistas semiestruturadas com sujeitos que participaram do processo de gestão nas escolas básicas e secundárias entre 1974 e 1976, e outros que contribuíram para os objetivos da pesquisa. A seleção dos sujeitos se deu pelos seguintes critérios: acesso e disposição em colaborar com a pesquisa e participação atuante no processo revolucionário. Escolhemos a entrevista semiestruturada pela combinação entre perguntas abertas e fechadas e por ser guiada pelo direcionamento da relação de pontos de interesse que o pesquisador pode explorar ao longo de seu curso. Apoiamo-nos no uso de um gravador, com a permissão dos entrevistados, para registrar exatamente o que foi dito.

A coleta de dados implicou o traslado e a estadia, além de Lisboa, em Coimbra e Braga. O contato com a documentação e a relevância de sujeitos que se dispuseram a contribuir com a

pesquisa permitiram a realização de onze entrevistas gravadas<sup>1</sup>. A média de duração de cada entrevista foi de noventa minutos. No Quadro 1 é possível identificar a localização dos informantes de pesquisa das oito entrevistas que foram utilizadas para a análise. No quadro seguem as siglas utilizadas no trabalho, os nomes dos informantes, à que segmento pertenciam no período estudado (1974-1976)<sup>2</sup>, a escola e a organização política às quais estavam vinculados na época.

**Quadro 1 - Caracterização dos informantes da pesquisa**

SIGLA	SUJEITO	SEGMENTO	ESCOLA	PRÓXIMO À ORGANIZAÇÃO	REGIÃO
LC	Licínio Lima	Discente	Liceu de Viana do Castelo	MRPP	Litoral Norte
MF	Maria Filomena	Docente	Escola Preparatória de Alcaçer do Sal Liceu de Sintra	MRPP	Alentejo (Sul) Centro
GG	Gil Garcia	Discente	Liceu da Amadora	PRT	Grande Lisboa
JG	José Garcia	Discente	Liceu da Amadora Liceu dom Pedro V	PRT	Grande Lisboa - Lisboa
NM	Nuno Miguel	Discente	Faculdade de Medicina de Lisboa na crise de 1962. Médico durante 1974-1976	MES	Lisboa
AM	Antonio Manuel	Discente	Faculdade de Medicina de Coimbra	PCP	Coimbra (Centro)
LL	Luis Leiria	Discente	Liceu dom Pedro V - Liceu Padre Antonio Vieira - Faculdade de Letras de Lisboa - Faculdade de Letras de Coimbra	PRT	Grande Lisboa - Lisboa  Coimbra (Centro)
MJ	Maria Júlia	Docente	Escola Técnica Avelar Brotero		Coimbra (Centro)

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Licínio Lima e Maria Filomena fizeram parte do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) - maoístas. Nuno Miguel do Movimento da Esquerda Socialista (MES). José Garcia, Luis Leiria e Gil Garcia do Grupo Marxista Revolucionário (GMR), Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) - trotskistas. Antonio Manuel e Maria Júlia,

<sup>1</sup>Tentou-se contato com Eugenia Varela Gomes, estudante secundarista e dirigente da União dos Estudantes Comunistas (UEC) entre 1974-1976, mas não houve retorno. Seria possível contatar outros sujeitos importantes para a tese, mas o tempo disponível para a coleta não permitiu.

<sup>2</sup> Exceto Nuno Miguel, que relata sua experiência estudantil na crise acadêmica de 1962. Entre 1974-1976 exerceu medicina em uma instituição auto organizada.

foram simpatizantes do Partido Comunista Português (PCP). Em relação à área geográfica de atuação, Licínio estava em Viana do Castelo, Maria Filomena em Alentejo e Sintra, Nuno em Lisboa, Gil Garcia e José Garcia em Amadora e, posteriormente, José Garcia estudou com Luis Leiria no Liceu Pedro V, em Lisboa. Maria Júlia e Antonio Manuel estiveram em Coimbra e Maria Filomena e Maria Júlia atuavam no segmento docente durante o processo, enquanto a experiência tratada pelos demais se refere a quando estudavam.

Os informantes da pesquisa se declararam entusiasmados com a experiência de democracia direta nas escolas. Como eram novas as organizações e os sujeitos estavam entusiasmados com o processo revolucionário, suas posições expressaram o início de posicionamento político consequente, isto é, eram jovens militantes em formação. Suas respectivas militâncias foram além das organizações das quais se aproximaram. Devemos, portanto, compreendê-los em sua totalidade e não simplificarmos com rótulos partidários. A apresentação das organizações foi indicada devido à influência na formação e nos métodos de organização para melhor localizá-los politicamente, ou seja, compreendermos de quais visões da realidade partiam para suas ações e a relação com a política mais geral do país.

O contato com os primeiros entrevistados se deu pela relação política entre a doutoranda e o Movimento de Alternativa Socialista (MAS)<sup>3</sup> português, que permitiu a realização das primeiras entrevistas e um ponto de partida. Além disso, a supervisora e a orientadora indicaram dois sujeitos. No texto, os informantes são indicados pelas siglas do Quadro 1 e o ano que realizamos a entrevista. Dessa forma, é de fácil identificação. Entretanto, nas referências constam os informantes pelo sobrenome.

Esta pesquisa está integrada a um projeto mais amplo (de responsabilidade da orientadora) denominado *Reformas educacionais, organização do trabalho na escola e precarização do trabalho docente no Brasil e Portugal*. Trata-se de um projeto aprovado em 2016 pelo CNPq, o qual é continuidade de pesquisa anterior denominado *As origens da gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal: inserção na Constituição de 1988 e a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no Brasil, a Revolução*

---

<sup>3</sup> Organização trotskista, sucessora do antigo PRT (Partido Revolucionário dos Trabalhadores), fundado em 1974. Em 2017, parte do grupo fundador rompeu e fundou Em Luta, coexistindo ambas organizações como seção portuguesa da Liga Internacional dos Trabalhadores (LIT). “Entendemos por socialismo uma sociedade em que o poder é exercido democraticamente pelos trabalhadores/trabalhadoras e em transição para uma sociedade sem classes e sem discriminação social.” (MAS, 2014, p. 2).

*dos Cravos e reforma educativa em Portugal*, também financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) (2013).

O projeto maior inclui uma análise das reformas educacionais e da organização do trabalho na escola, com investigação empírica realizada em escolas e entidades do Brasil e em Portugal. O motivo que justifica o projeto mais amplo, bem como a presente pesquisa é a relevância de se estudar a política educacional e a experiência de implantação da GD na escola pública em Portugal, reconhecidamente uma das mais avançadas da Europa em termos democráticos, desde a revolução realizada em 1974. Portugal é o país europeu que mais aprofundou a implantação da GD em suas escolas e, em consequência disso, é também o melhor exemplo de implantação das contrarreformas neoliberais no que diz respeito à gestão escolar (DAL RI, 2012, p. 2).

Um dos resultados do projeto aprovado em 2013 está expresso no capítulo de livro denominado *Reformas político-educativas e gestão democrática na escola pública em Portugal* (DAL RI, 2015). O estudo apresentado incluiu a análise das políticas educacionais e das reformas educativas do período de 1974 a 2010, numa investigação empírica realizada na escola secundária da cidade de Braga e nas entidades de estudantes e professores em Portugal. Observando que as políticas educacionais relativas à GD surgiram em contexto de mudança importante, qual seja, por meio da Revolução dos Cravos, Dal Ri (2015) trabalhou com a hipótese de que a natureza dessa transição radical em Portugal marcou originariamente as políticas educacionais, com alto nível de participação dos segmentos acadêmicos na gestão e com funcionamento democrático dos órgãos colegiados. Porém, observada a evolução da GD no país, a autora constatou que a introdução das políticas de cunho neoliberal na área educacional, a partir dos anos de 1990 por meio de várias reformas educativas, modificou a organização e o funcionamento da gestão escolar, despolitizando e enfraquecendo a categoria histórico-política denominada de GD (DAL RI, 2015).

Em Portugal, entre 1985 e 1995, devido às pressões contraditórias exercidas por diferentes grupos e classes sociais que participaram direta ou indiretamente na definição das políticas educacionais, desenvolveu-se um neoliberalismo educacional mitigado, isto é, que simultaneamente aparece apoiado na expansão do Estado e na abertura ou favorecimento da iniciativa privada no domínio da educação. (AFONSO, 1997; CARVALHO, 2011, p. 5). Vale ressaltar que o neoliberalismo educacional mitigado se desenvolveu na gestão das escolas sob o mesmo termo, o da GD.

Especialmente a partir da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº 46/86, de 14 de Outubro) e dos trabalhos produzidos no âmbito da Comissão de Reforma do Sistema

Educativo (1986-1988), ocorre uma crítica crescente à burocracia centralizada do Ministério da Educação que, em alternativa, propõe uma administração descentralizada e a autonomia da escola como princípio reformador. Este consenso revelou-se, porém, apenas aparente, tornando-se claro que as críticas à centralização e à burocracia resultavam de lógicas distintas e propunham soluções antagônicas. Para alguns setores, tais críticas legitimavam a introdução de novos sistemas de governo com maior autonomia face à tutela estatal, mas, internamente, orientados segundo padrões racionais e de modernização gerencial, inspirados na circulação internacional dos então emergentes novo gerencialismo e nova gestão pública, com os olhos postos nas organizações empresarias e na gestão privada. Desta forma, retirava-se o controle dos sujeitos escolares, na esteira da GD institucionalizada a partir de 1976, mas agora representada como lenta, irracional e corporativa, face à almejada modernização das instituições e da sua gestão. (LIMA, 2009, p. 235-236).

Entre 1995 e 2008, há uma crescente retração das práticas autogestionárias iniciadas em 1974. A promulgação do *Regime de Autonomia, Administração e Gestão dos Estabelecimentos Públicos da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário*, Decreto-Lei nº 75/2008, sob o signo do combate ao déficit de qualificações, considerada central no atraso do desenvolvimento do país, assume as ideias-chave de racionalização das redes de estabelecimentos de educação, autonomia, contratualização, avaliação, direção estratégica das escolas e lideranças fortes.

A legislação e a prática escolar retomam o diretor como alternativa a uma tomada de decisão coletiva, agora apresentada como ineficaz e irresponsável na lógica das propostas de governação institucional à que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) recomendou ao estado português. A gestão realizada por profissionais especializados é uma tendência em escala internacional. Portanto, é estabelecido um diretor internamente forte: um executivo que concentra maiores poderes e competências, eleito pelo conselho geral na sequência de um concurso (LIMA, 2009, p. 244-247).

A OCDE foi formada a partir da Organisation for European Economic Cooperation (OEEC) em 1960. Em 1948, a OEEC foi fundada para reconstruir os países devastados pela guerra, garantindo as trocas económicas entre eles. O objetivo da OCDE, segundo a sua Convenção (OECD, 1960), é garantir o livre comércio entre países. Fazem parte da OCDE economias desenvolvidas de países capitalistas de democracia liberal<sup>4</sup>. A OCDE, por meio de relatórios e ajudas económicas, orienta as políticas dos países que dela fazem parte.

---

<sup>4</sup> Na sua origem, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Alemanha, Grécia, Islândia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça, Turquia, Inglaterra, Irlanda do Norte e Estados Unidos

Em 1947, o Plano Marshal fez concessões aos países europeus para conter o ascenso revolucionário mundial, ocorrido após a Segunda Grande Guerra. A dívida pública foi utilizada como forma de atrelar os estados aos interesses do imperialismo norte-americano. A dívida é a *cadeia dourada* do Estado capitalista, já que impostos não entram diariamente nos cofres, enquanto despesas são contínuas. Desse modo, se formam as dívidas a curto prazo. Além disso, os estados capitalistas modernos gastam mais do que recebem. Por isso, os bancos e estabelecimentos financeiros adiantam dinheiro a juros elevados, formando uma dívida a longo prazo (MANDEL, 1977). É o caso do Estado português, que após 1970 tornou-se devedor do imperialismo norte-americano.

A substituição da livre competição pelo monopólio é um atributo econômico fundamental e essência do imperialismo. A exportação de capital é parasitismo em alto nível, já que o capital financeiro luta por dominação, não por liberdade. (LENIN, 1916). Portugal faz parte da OCDE desde sua fundação e, por isso, o regime de dualidade de poder que permitiu a GD a exemplo dos soviets, como discutimos a seguir, acabou por ser convertida, no neoliberalismo, a um modelo de gestão privatista do capital. Após a Revolução dos Cravos em Portugal, iniciativas democráticas foram encorajadas, porém esvaziada de sua essência.

Além de nosso estudo, verificamos que há estudos comparados entre Brasil e Portugal que tiveram como objeto a GD nos últimos anos, com foco nas convergências atuais (CASTRO; SOUZA, 2012; CARVALHO, 2011; MARTINS, 2011; SOUZA; MARTINEZ, 2010). Entretanto, tais pesquisas apontam convergências no processo de transição dos regimes políticos ditatoriais nos países, como uma crescente e linear abertura democrática e à participação, desconsiderando a dinâmica da luta de classes sociais que produziu uma situação revolucionária em Portugal, diferente da conjuntura brasileira.

A lei do desenvolvimento desigual e combinado explica porque países que chegam com atraso ao desenvolvimento capitalista têm suas vantagens, pois recebem o que há de mais avançado no processo produtivo. A combinação das características atrasadas com avançadas resulta em saltos de etapa (TROTSKY, 1977).

A lei do desenvolvimento desigual e combinado é uma lei geral do processo histórico, em que a teoria da revolução permanente é uma expressão particular e limitada ao período de transição do sistema capitalista moderno (NOVACK, 1988).

---

da América. Em 2017, fazem parte da OCDE, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria, Islândia, Irlanda, Israel, Itália, Japão, Coreia do Sul, Letônia, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Portugal, República Eslovaca, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Reino Unido e Estados Unidos.

A teoria da revolução permanente afirma a dinâmica da revolução mundial, a qual começa nacional, desenvolve-se internacional e se encerra mundialmente (TROTSKY, 2010, p. 315). A revolução internacional é uma necessidade objetiva do processo produtivo, devido, principalmente, ao caráter mundial da economia. Podemos apontar três aspectos da revolução permanente:

a) A dinâmica da revolução até a tomada do poder e o período subsequente imediato, a nível nacional. Ou seja, a transformação da revolução democrática em socialista (com um ritmo permanente), [...]. b) Após a tomada do poder, durante a própria revolução socialista, o processo de luta de classes e grupos sociais continua e a sociedade não alcança seu equilíbrio. c) O terceiro aspecto é o caráter internacional da revolução socialista. (ITURBE, 2013, p. 35, tradução nossa).

A estratégia da revolução permanente implica em tirar vantagem de cada hesitação e indecisão da burguesia para conquistar a direção dos trabalhadores e camponeses, desenvolvendo assim o processo revolucionário de maneira ininterrupta para os objetivos socialistas. “Depende do fracasso parcial ou total da burguesia no cumprimento destas tarefas, e/ou da capacidade da vanguarda proletária para ganhar a liderança do bloco de forças populares.” (LOWY, 2015, p. 141).

Em 1789 na França, a burguesia tomou o poder político. Em 1848, a burguesia fez conciliação com a nobreza. Em 1905 na Rússia, os trabalhadores criaram seus próprios organismos de poder<sup>5</sup>. Os soviets (‘conselho’ em russo) foi o órgão criado pelos trabalhadores e soldados russos durante a Revolução de 1905. Neste órgão, os trabalhadores exerciam um poder o qual era concomitantemente executivo e legislativo, elegendo seus representantes a partir dos locais de trabalho e quartéis. (PINTO, 2017).

As revoluções burguesas de caráter democrático, que ocorreram na Europa na metade do século XIX, resultaram no fim de monarquias absolutas e no estabelecimento de repúblicas parlamentares ou monarquias constitucionais. Nestes processos, a burguesia enfrentou a classe trabalhadora violentamente para evitar que as revoluções saíssem de seu controle. Citamos a Revolução de 1905 na Rússia, na qual o Czar foi obrigado a estabelecer um regime parlamentar, a Duma. Entre 1905 e 1917, houve eleições com organizações político-partidárias legalizadas para a Duma, nas quais foram eleitos representantes dos diversos setores sociais, por exemplo.

O racionalismo político da democracia foi o logro mais alto da burguesia para exercer sua hegemonia. O governo parlamentar aparece pelo seu exterior como uma organização da

---

<sup>5</sup>Em 13 de outubro de 1905, durante 50 dias há duplo poder com o autogoverno dos soviets na Rússia. Os soviets controlaram a segurança, transporte, ferrovias, portaram armas e fizeram decretos próprios. Só obedeciam a assembleia do soviete. Dessa forma, disputaram o poder executivo e legislativo com o Czar. Nisso, caracteriza-se o fenômeno do poder dual, isto é, duplo poder. O mesmo se passou em 1917 (MOURA, 2017).



vontade do povo, acima das classes, mas é, no entanto, um instrumento de coerção e de opressão nas mãos do capital, que não tem os meios e os métodos necessários para o povo exercer sua vontade. A democracia tem diferentes formas e diferentes graus de aplicação (LENIN, 1919). A democracia imperialista baseou-se na exploração de colônias, por exemplo.

Entre 1815 a 1914, a democracia parlamentar ganhou terreno e se consolidou nos países ocidentais. A expansão das forças produtivas capitalistas elevaram a burguesia às posições mais altas e fortaleceram seu controle nos países industrializados. Com a Primeira Guerra, fruto da agudização da luta de classes, não só tornou difícil a instauração de novas democracias parlamentares em países com um desenvolvimento atrasado, como também fez balançar os suportes das instituições democráticas tradicionais, como apontamos no primeiro capítulo. Portugal deu início a um regime fascista a partir da década de 1930.

O poder do Estado é permanente, governos aparecem e desaparecem, mas a polícia e os administradores permanecem. A igualdade política é mais aparente do que real, porque os direitos sociais, econômicos e políticos não alcançam os centros onde se tomam as decisões e se exerce o poder. Afinal, a contradição fundamental do capitalismo é que a produção é social, mas a apropriação é privada. (MANDEL, 1977).

A época clássica do parlamentarismo foi a da livre concorrência. No parlamento se poderia determinar o denominador comum aos interesses da burguesia. (MANDEL, 1977). Com o desenvolvimento político, os estados parlamentares adquiriam uma maior estabilidade. Partidos socialistas utilizaram os parlamentos com o objetivo de desenvolver a consciência de classe dos trabalhadores. Houve adaptação parlamentar dos partidos socialistas, com a transformação do socialismo numa plataforma longínqua. Nessas bases se desenvolveram corrupção, traição aberta ou camuflada dos interesses mais elementares da classe operária. (TROTSKY, 1920).

O *Eurocomunismo* foi o abandono da concepção marxista-leninista de Estado (MORENO<sup>6</sup>, 2007). Partidos comunistas, como o italiano e o francês, administraram estados capitalistas modernos, por meio de atuação legislativa e executiva. Contudo, desde 1871, a Comuna de Paris<sup>7</sup> demonstrou, especialmente, que não bastava a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins. As revoluções não fizeram senão

---

<sup>6</sup> Pseudônimo usado pelo dirigente político e teórico Hugo Bressano.

<sup>7</sup> Na Comuna de Paris (de 18 de março a 28 de maio de 1871), desenvolveu-se durante 72 dias um processo de dualidade de poderes, só terminando quando os revoltosos foram massacrados pelas forças armadas enviadas por Thiers, que estava governando de Versailles. A origem da resistência veio espontaneamente - como resposta às necessidades - de mulheres parisienses não se desarmarem perante o exército.

aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário era abatê-la, quebrá-la ou deixá-la definhando (LENIN, 2007).

A história das revoluções é, acima de tudo, a história da irrupção violenta das massas no governo de seus próprios destinos. De acordo com Moreno (1984), isto nos obriga a pararmos para definir suas distintas etapas e os fenômenos que nela ocorreram, para, depois, tomá-los como ponto de referência, comparando-os com outras revoluções que aconteceram mais tarde e que tiveram características distintas (MORENO, 1984).

Podemos citar três tipos de revoluções: as revoluções políticas que modificam o caráter do regime, isto é, quem governa (pode ser o parlamento, unipessoal, forças armadas, conselhos); as revoluções sociais que modificam o caráter do Estado, ou seja, burguês, proletário, operário; e as revoluções econômicas que modificam o modo de produção, ou seja, feudal, capitalista, socialista.

As revoluções do século XX foram consideradas de cunho socialista devido ao tipo de inimigo que enfrentaram (a burguesia e seu aparato estatal) e pelo caráter de classe de quem a fez (os trabalhadores).

A primeira revolução operária triunfante, que inaugura esta nova época, é a Revolução Russa de 1917. Com ela começa a revolução socialista mundial. Isto significa que, pela primeira vez na história, o processo revolucionário não é uma soma de revoluções, e sim um só processo de enfrentamento da revolução e da contra-revolução, à escala de todo o planeta, sendo as revoluções nacionais episódios importantes deste enfrentamento mundial. (MORENO, 1984, p. 8).

A revolução política de fevereiro de 1917 na Rússia foi uma insurreição operária e popular, com formação de um governo com direitos democráticos.

Como produto do triunfo da revolução de fevereiro, surge um regime absolutamente diferente do czarismo, com amplíssimas liberdades democráticas, assentado num exército em crise e, fundamentalmente, nos partidos pequeno-burgueses que dirigem o movimento de massas. Desaparece a instituição monárquica czarista e passam a jogar um papel central, como instituição de governo, os partidos operários e populares dirigidos pela pequena burguesia. Devido ao ascenso revolucionário, esse regime é extremamente débil. A Terceira Internacional o definiu como um regime kerenskista, porque foi Kerensky quem simbolizou suas diversas etapas. Essa profunda revolução no regime político não se refletiu no caráter do estado, que continuava sendo um instrumento da burguesia e dos latifundiários. Não se deu uma mudança nas classes que detinham o poder estatal. (MORENO, 1984, p. 8).

Abriu-se uma etapa de subsistência do estado burguês, porém, completamente em crise. Essa crise foi consequência de um movimento operário e popular - mediante suas próprias

instituições – mandava, isto é, tinha poder executivo e legislativo em muitos setores da sociedade, tanto ou mais poder que o estado burguês.

Os órgãos de luta e de poder do movimento de massas foram os sovietes de operários, camponeses e soldados, os sindicatos, os comitês de fábrica. Os sovietes eram organismos de poder de fato. Em alguns lugares, o povo fazia o que o soviete ordenava, não o que ordenava o governo. Em outros lugares, era o contrário. Por isso o chamamos de poder dual ou duplo poder. Isto era dinâmico, mudava. Porém, tomado de conjunto, o poder mais forte, quase dominante, eram os sovietes, não o governo burguês. (MORENO, 1984, p. 9).

O poder soviético se assentava, fundamentalmente, na profunda crise das forças armadas, em que os soldados não acatavam as ordens e desertavam aos milhares. Diante desse estado semidestruído o poder dominante era o operário, camponês e dos soldados.

Definimos o kerenskismo e o poder dual como um regime porque é uma combinação, embora muito instável, de distintas instituições: o governo, a cúpula militar e os partidos burgueses e pequeno-burgueses por um lado, e por outro, os sovietes e outras organizações operárias e populares (MORENO, 1984, p. 10).

A revolução econômico-social e política de outubro de 1917 foi uma revolução operária e popular, com organismos de poder dos trabalhadores que exerciam o poder executivo e legislativo (os sovietes), e modificou o caráter do Estado. Apenas em 1918 o governo russo expropriou a burguesia.

Cerca de um ano depois da revolução de outubro, se realiza a expropriação da burguesia. Foi uma medida defensiva do regime soviético, diante da sabotagem econômica dos donos das empresas industriais. *Embora a expropriação não seja produto de nenhuma mudança no caráter do Estado e do regime político*, que continua sendo o poder da classe operária e do povo (Estado) dirigidos pelos sovietes acaudilhados pelo partido bolchevique (regime), é a grande revolução, porque transforma repentinamente as relações sociais de produção. *A partir da expropriação e estatização das indústrias, desaparece a burguesia como classe social e se instaura a economia nacionalizada, planificada e operária*. Esta revolução, a mais importante de todas, embora não se dê na esfera política e sim na econômica, se denomina revolução econômico-social. É a mudança total do caráter da economia (MORENO, 1984, p. 12, grifo nosso).

Contextualizando a conjuntura política do início do século XX na Rússia, o país era dominado pelo império de Nikolai II. Para defender seus interesses, a burguesia se reunia em partidos de orientação liberal. O mais importante era o dos Constitucionalistas-Democratas, cuja sigla era Kadetes. O campesinato e o proletariado também se organizavam em partidos: os Socialistas Revolucionários (SRs), defensor do socialismo agrário, e o marxista Partido

Operário Social Democrata Russo (POS DR). O POS DR em 1903 se dividiu entre Mencheviques e Bolcheviques. (TROTSKY, 1977).

No ano de 1905, o Império Russo estava devastado depois de perder a guerra contra o Japão pelo controle de uma área da Ásia. Diante das más condições de existência, o proletariado e o campesinato organizaram uma manifestação pacífica por jornada de oito horas, salário mínimo e eleições. A revolta foi massacrada pelo imperador, conhecida como *Domingo Sangrento*. A partir disso, várias mobilizações foram organizadas pelos trabalhadores. Neste contexto formaram-se os sovietes. Os sovietes não eram como os sindicatos, mas reuniam trabalhadores de várias categorias para lutar por melhores condições de vida. Reunidos em sovietes, os operários organizaram diversas greves e manifestações por pão e paz. (TROTSKY, 1977).

No contexto da Primeira Grande Guerra, o exército russo foi ficando enfraquecido enquanto a guerra perdurava, o que dificultava a sobrevivência dos soldados na batalha. No entanto, os desertores, que se recusavam a lutar na guerra, eram condenados à morte. As greves e manifestações levaram o imperador a abdicar do poder em 2 de março de 1917 para que assumisse seu irmão. Entretanto, entre ameaças, o irmão passou o poder para a Duma, parlamento russo, sob a coordenação do príncipe liberal Lvov e se formou um governo provisório. (TROTSKY, 1977).

Inicialmente, a Duma foi composta por liberais, kadetes e pelo deputado Kerensky do partido SR. A Duma buscou cumprir parte das reivindicações dos trabalhadores. A direção do partido Bolchevique inicialmente admitiu que havia ocorrido uma revolução e que apoiaria as medidas mais progressistas, mas sem fazer parte do governo provisório. A Duma decretou anistia aos presos e refugiados políticos. Com isso Lênin, que estava exilado, pôde voltar à Rússia. (TROTSKY, 1977).

No dia 03 de abril de 1917 desceu na estação de trem Finlândia, em Petrogrado, Lenin e sua companheira Krupskaya. Ao ser recebido pela multidão e pelo soviete de Petrogrado, no entanto, Lenin proferiu um discurso sobre a importância de continuar o processo revolucionário, pois o novo governo ainda era de capitalistas. Declarou que era preciso constituir um governo revolucionário, entregando todo o poder aos sovietes. Lênin teve de convencer seu próprio partido e os sovietes e, para isso, escreveu as “Teses de Abril”. Com a palavra de ordem “todo poder aos sovietes”, defendeu que era necessário prosseguir com a revolução, já que a burguesia era tão imperialista quanto o imperador. Para isso era preciso fortalecer os sovietes, conquistar o poder do Estado e fundar uma internacional revolucionária, unindo partidos comunistas do mundo todo. (TROTSKY, 1977).

Em julho de 1917 uma tentativa de tomada de poder pelos soviets foi fracassada. Uma coluna de operários e marinheiros armados avançou sobre a sede do Comitê Executivo dos Sovietes, exigindo que estes tomassem o poder do Estado. Vários foram os mortos e os feridos. O Governo Provisório aproveitou o fracasso da tentativa de tomada de poder para atacar os Bolcheviques. Lênin teve de esconder-se na Finlândia. No entanto, o ministro da guerra, Kornilov, continuou mandando soldados para a guerra. Kornilov era do partido Kadete e foi nomeado para ser ministro da guerra por Kerensky, que então era presidente da Duma. Como ministro da guerra, Kornilov começou a enviar tropas para a guerra e matar os desertores, o que acirrou os ânimos revolucionários. Para tentar evitar a revolução, Kerensky demitiu Kornilov. Kornilov então tentou um golpe de estado. Diante disso, o soviete de Petrogrado, sob orientação de Trotsky, organizou uma ofensiva para impedir Kornilov de tomar o poder de Kerensky e conseguiram deter o golpe. (TROTSKY, 1977).

Kerensky ainda tentou integrar os Bolcheviques ao seu governo para evitar a revolução. Porém, em 23 de outubro de 1917, no Segundo Congresso dos Sovietes, os delegados dos soviets de toda a Rússia se reuniram em Petrogrado. Os próprios militares se uniram aos soviets, liderados por Lênin, Trotsky e a fração Bolchevique do POSDR, e declararam que estariam sob a autoridade do Comitê Militar Revolucionário. Em 24 de outubro os revolucionários, com a justificativa de defesa da capital contra os alemães, distribuíram armas para os destacamentos operários. Em 25 de outubro o Comitê Militar Revolucionário ocupou a capital. Tomaram prédios públicos, estações de trem, pontes, centrais de correios, telégrafos, telefônias, fortalezas e regimentos. (TROTSKY, 1977).

Segundo Lênin (1970, p. 127, tradução nossa), os soviets foram importantes para a revolução.

Em toda uma série de províncias, a revolução avança mediante a organização em soviets do proletariado e dos camponeses por sua própria iniciativa; a destituição das antigas autoridades pelas forças revolucionárias, a criação de uma milícia proletária e camponesa; a entrega de todas as terras aos camponeses, o estabelecimento do controle operário nas fábricas; a implementação da jornada de trabalho de oito horas; o aumento dos salários, a garantia de manter o ritmo de produção; o estabelecimento do controle operário sobre a distribuição de alimentos, etc.

Os soviets tinham uma organização pautada em conselhos com mandatos revogáveis. Nestes conselhos, as teses eram defendidas por escrito, depois debatidas até serem votadas. Havia nos soviets, portanto, a democracia direta, categoria-chave de modelo de organização que poderia ser usado nos locais de trabalho, inclusive na escola.

Os soviets foram uma forma organizativa do movimento de massas. Eles governaram com diferentes políticas. “A política é muito importante, porém, sem os soviets, não teria sido possível tomar o poder, por melhor que tivesse sido a política dos bolcheviques; são o exército que mobiliza organicamente as grandes massas para tomar o poder e governar”. (MORENO, 1984, p. 13).

De acordo com Lenin (1979, p. 27), “[...] para um marxista não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução”.

Só quando os de baixo não querem e os de cima não podem continuar vivendo como antes, só então pode triunfar a revolução. Dito de outra forma, esta verdade se expressa com as seguintes palavras: a revolução é impossível sem uma crise nacional geral (que afete a explorados e exploradores). (LENIN, 1920, p. 36).

Para o triunfo da revolução, Lenin (1979, p. 27) aponta que além da crise nacional geral, outros dois elementos a serem analisados são o agravamento (além do comum) da miséria e dos sofrimentos das classes oprimidas e o

[...] desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas antes, da atividade das massas, que se deixam saquear tranqüilamente nos períodos *pacíficos*, mas que, nos períodos agitados, são empurradas, tanto pela crise de conjunto como pela própria *cúpula*, para uma ação histórica independente.

Em situações revolucionárias, de acordo com Trotsky (1931), os seguintes elementos podem ser observados, crise que paralise a sociedade; intensa atividade das massas por fora do regime democrático-burguês; burguesia dividida; esquerdização de um setor da pequena-burguesia. A partir dessa definição de situação revolucionária, ou de condições para que a revolução triunfe, Moreno (1984) definiu que uma situação pré-revolucionária seria uma situação de transição. “Toda a sociedade caminharia rumo à revolução, mas era um trem sem maquinista, e se o maquinista não aparecesse, iria se deter antes de chegar à última estação: o triunfo da revolução.” (MORENO, 1984, p. 15).

A história da Revolução Russa, escrita por Trotsky (1977) e Lênin (1970), mostra como foram importantes os soviets e o partido revolucionário para o triunfo da revolução socialista em 1917. É com esta referência que analisamos a Revolução dos Cravos.

Organizamos a tese em três eixos.

O primeiro eixo é *Crise Nacional, luta social e expansão do sistema de educação escolar*. Subdivide-se em *Sistema escolar português e fascismo; Organização escolar e luta*

*social; e Da periferia ao centro: Movimentos de libertação em África e Movimento das Forças Armadas (MFA)*. Apresentamos a luta do movimento de educação anterior a 1974 e a reivindicação pela democratização da gestão escolar. Indicamos, em especial, as crises académicas de 1962 e 1969, as quais demarcam a reivindicação pela GD e participação dos estudantes na gestão da universidade portuguesa. *A Reforma* de Veiga Simão (1970-1974) ocorreu em paralelo à forte articulação do movimento docente do ensino básico e secundário pelos Grupos de Estudo. Encerramos com a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA) no contexto dos movimentos de libertação em África.

No segundo eixo, *Revolução dos cravos e origem da gestão democrática na educação escolar* analisamos a revolução portuguesa para demonstrar que a GD advém da luta dos trabalhadores dirigindo seus locais de trabalho e a política geral do país. Subdivide-se em *O que foi a Revolução dos Cravos?; Origem da gestão democrática na educação escolar e Agitação e protestos do movimento docente*.

No terceiro eixo, *Concepções teórico-práticas da GD na educação escolar*, analisamos as mobilizações educacionais e a política educacional dos governos provisórios e do primeiro governo constitucional em torno da GD. Subdividimos em *Movimento de Educação e políticas educacionais entre 1974 e 1976, É possível uma caracterização das regiões e escolas mais avançadas? e Oposições e conflitos nas práticas de gestão democrática*.

Na conclusão apresentamos padrões e/ou tendências da organização escolar, especialmente a GD em Portugal. Logo depois as referências utilizadas no texto e por fim o Glossário para auxiliar a leitura.

## 2 CRISE NACIONAL, LUTA SOCIAL E EXPANSÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO ESCOLAR

Neste tópico analisamos o momento político e, particularmente, o educacional, que antecedeu o processo de luta que levou à Revolução dos Cravos e à incorporação da gestão democrática (GD) nos decretos nacionais. Apresentamos os movimentos de educação docente e discente, a organização escolar e a reivindicação de GD, em especial da educação básica e secundária. Além disso, discutimos a relação entre os Movimentos de libertação africanos e a formação do Movimento das Forças Armadas (MFA) português.

### 2.1 Sistema escolar português e fascismo

O sistema escolar capitalista começa a se formar nos países centrais a partir de meados do século XIX e mais tarde nos países periféricos. (VIEITEZ; DAL RI, 2011, p. 133). O regime liberal que vigora na educação escolar portuguesa até 1974 foi consagrado pelo decreto 17/11 de 1836 por Passos Manuel. Assim se constituiu um modelo de organização liceal - elitista e hierárquico - para o ensino básico e secundário, incluindo o técnico e o preparatório (LIMA, 1992, p. 200).

O analfabetismo em 1878 era de 82,4% e em 1920 de 70,5%, num universo de 4.160.315 e 5.621.977 de pessoas, respectivamente, como pode ser observado na Tabela 1. O acesso à educação escolar, portanto, era restrito.

**Tabela 1** - Taxa de analfabetismo e crescimento demográfico (População em números absolutos)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	ANALFABETISMO (%)
1801	2.931.930	
1820	3.013.900	
1857	3.568.895	
1864	3.829.618	
1878	4.160.315	82,4
1890	4.660.095	75,05
1900	5.016.267	78,04
1911	5.547.708	75,05
1920	5.621.977	70,5
1930		67,8

**Fonte:** Adaptado de Secco (2003, p. 292-293).



Em 1910 nasceu a República Portuguesa, como uma tentativa de regenerar o país e adaptá-lo às correntes da época que destruíam impérios periféricos, como o espanhol, o austro-húngaro, o czarista e o turco (SECCO, 2010, p. 9-11). Com a república, procedeu-se à extinção das ordens religiosas - especialmente a Companhia de Jesus -, que foram obrigadas a sair de Portugal. No ensino superior foram abolidas prerrogativas e práticas seculares, bem como a disciplina de Teologia.

Acaba-se igualmente com o chamado foro académico, que há séculos privilegiava os estudantes universitários, sobre quem a justiça ordinária não tinha poder. Preocupados com a decadência do sistema escolar português, com o seu desfasamento relativamente à maioria dos países europeus, o seu atraso endémico e as elevadas taxas de analfabetismo -cerca de 70% da população-, os primeiros governos da República iniciam a promulgação faseada de grandes reformas para os vários graus de ensino (OEI, 2003, p. 19-20).

O Movimento de Educação, em particular docente, combateu os poderes de direção já em 1904, pela organização da Associação do Magistério Secundário Oficial. A reforma do ensino primário, no ano de 1911, englobou o ensino infantil e o ensino normal primário. Foram criados o ensino infantil privado e o Sindicato dos Professores Primários de Portugal e, no ensino superior, as Universidades de Lisboa e do Porto (OEI, 2003, p. 19-20). A Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais surgiu em 1912, reclamando eleição do Conselho Escolar para seus dirigentes (LIMA, 1992).

Foi criado o Ministério da Instrução Pública em 1913, trazendo para sua dependência “[...] os serviços das Direcções Gerais da Instrução Primária, Secundária, Superior e Especial, além das escolas até então dependentes da Direcção Geral do Comércio e da Indústria.” (OEI, 2003, p. 19-20). O ensino comercial e industrial desdobrou-se em Instituto Superior Técnico e o Instituto Superior do Comércio. “Quanto ao ensino secundário, é finalmente posto em prática o princípio da coeducação<sup>8</sup> (quando não existissem secções femininas, as alunas podiam frequentar os liceus masculinos), mas a sua reforma só tem lugar em 1917 e 1918<sup>9</sup>.” (OEI, 2003, p. 20).

---

<sup>8</sup>A coeducação é a formação escolar obrigatória de homens e mulheres, já que anteriormente o acesso à educação escolar era negado, proibido e, até 1970, diminuto às mulheres.

<sup>9</sup>A concretização da coeducação e da educação escolar em geral teve influência do avanço da luta dos trabalhadores russos, que culminou na vitória política e social do partido bolchevique em 1917 e da formação do bloco soviético. Com o avanço da luta pelos direitos democráticos, em geral e particularmente das mulheres, a Revolução Russa demonstrou a possibilidade concreta do exercício de poder político e econômico da classe trabalhadora, em particular das mulheres, tendo Krupskaja como dirigente do Comissariado do Povo para a Instrução Pública, espécie de Ministra da Educação, e Alexandra Kollontai como a primeira mulher embaixadora, por exemplo.

Segundo Lima (1992, p. 201), o regime republicano português fez adaptações no ensino secundário, “[...] mas foi a área menos inovadora”. Entretanto, esse período tem caráter disperso e parcelar de grande parte da legislação publicada, pois segundo o governo “[...] frequentemente impossível de pôr em prática devido à instabilidade política e social do país, bem como à sua difícil situação económica.” (OEI, 2003, p. 19-20).

Dal Ri (2015, p. 40) apresenta que

[...] a República não conseguiu resolver os problemas de desenvolvimento económico, mesmo tentando reformar o ensino, as relações trabalhistas, a cultura, a universidade e criar uma democracia política. Mas não obteve êxito, pois não eliminou o colonialismo e nem deu peso e voz para o movimento operário, então majoritariamente anarquista ou socialista. Dessa forma, inúmeros golpes se sucederam.

Em 28 de maio de 1926, um bloco de forças liderado por militares portugueses com os latifundiários, a igreja católica e as organizações burguesas deram um golpe militar e assumiram o poder executivo, legislativo e judiciário. De acordo com Hobsbawn (1995, p. 114), “as democracias [liberais] da década de 1920 desmoronaram sob a tensão da revolução e contrarrevolução (Hungria, Itália, Portugal)”. As forças políticas que derrubaram os regimes liberal-democráticos eram contra a revolução social, isto é, uma reação contra a vitória dos trabalhadores ao poder político e econômico. Foram nacionalistas, anticomunistas e antiliberais. (HOBSBAWM, 1995, p. 116-117). Portugal combinou regime autoritário e estado centralizado e controlador, “em grande parte por burocratas e tecnocratas” (HOBSBAWM, 1995, p. 117), com abolição ou limitação da democracia eleitoral parlamentar. “O parlamento português foi dissolvido, a repressão incidiu contra partidos e organizações políticas – que caíram na clandestinidade –, e contra a imprensa; a perseguição se alastrou pelo país e iniciou-se, assim, um longo processo de silêncio para colocar em ordem a nação portuguesa.” (DAL RI, 2015, p. 41).

O país viveu uma ditadura “[...] como parte do declínio e queda do liberalismo na Era da Catástrofe” (HOBSBAWM, 1995, p. 112). A Grande Depressão transformou o fascismo num movimento internacional, ou seja, um perigo internacional, vide a alemã e italiana. À medida em que crescia o fascismo, “[...] tornava-se cada vez mais claro que na era da catástrofe não apenas a paz, a estabilidade social e a economia, como também as instituições políticas e os valores intelectuais da sociedade liberal burguesa do século XIX entraram em decadência ou colapso” (HOBSBAWM, 1995, p. 112).

Esses valores eram a desconfiança da ditadura e do governo absoluto; o compromisso com um governo constitucional com ou sob governos e assembleias representativas livremente eleitos, que garantissem o domínio da lei; e um conjunto aceito de direitos e liberdades dos cidadãos, incluindo a liberdade de expressão, publicação e reunião (HOBSBAWM, 1995, p. 112).

Na contramão dos valores liberais e comunistas, em 1930 foi estabelecido um regime fascista automeado de Estado Novo, representado por Antonio Salazar – professor da Universidade de Coimbra - e formalizado na Constituição de 1933. Salazar teve acordo com as frações nacionalista e mercantil da burguesia, juntamente ao catolicismo, contra a classe trabalhadora numericamente pequena e politicamente dividida. Afirma Stoer (1986, p. 44), que o capital manteve domínio na economia sem o controle direto da burguesia industrial sobre o Estado. Portugal passou a “[...] ter um programa econômico-social coeso aliado à repressão antidemocrática e antipopular” (DAL RI, 2015, p. 41).

A educação escolar sofreu alterações de caráter ideológico.

Não devem permitir-se nas escolas do Magistério Primário quaisquer discussões acerca das finalidades a que se destina o processo de formação dos seres humanos em fase de crescimento. Os alunos não possuem a formação cultural necessária para discutir assuntos de tal complexidade e o país se orienta por valores perfeitamente definidos (PINTO, 1977 apud STOER, 1986, p. 48).

Em Portugal foi criada a *escola nacionalista*, baseada em forte doutrinação de caráter moral cristã e anticomunista, que se prolongará até os anos do pós-guerra. O combate ao analfabetismo deixa de ser considerado prioridade, já que a ignorância da leitura e da escrita evitaria a contaminação por doutrinas socialistas, tão vigentes à época.

Os programas são reduzidos à aprendizagem escolar de base, proíbe-se a coeducação, reduz-se o ensino primário, extinguindo-se o complementar e as escolas normais superiores, e criam-se nas regiões rurais os postos de ensino, cujos mestres - os regentes escolares - em muitos casos sabiam apenas ler e escrever, sendo-lhes, no entanto, exigida uma comprovada idoneidade moral e política (OEI, 2003, p. 19-20).

A luta de classes foi acirrada neste período entre guerras, principalmente pela oposição entre capitalismo e socialismo, protagonizada na Guerra Fria pelo imperialismo dos EUA e do bloco soviético.

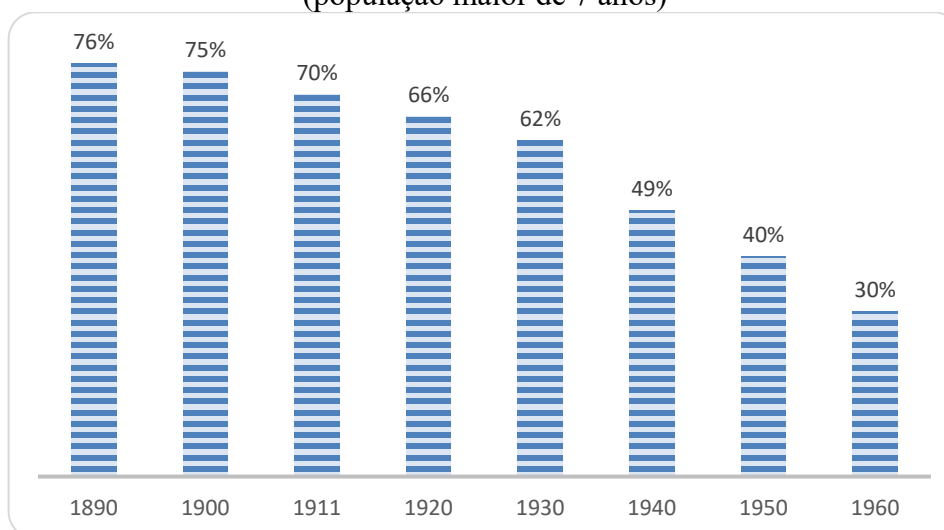
O Ministério da Educação Nacional foi criado em 1936 como uma remodelação do Ministério da Instrução Pública. Além disso, foi criada a Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional. Entretanto, o acesso à educação escolar das mulheres foi restrito e “[...] os fascistas denunciavam a emancipação liberal – as mulheres deviam ficar em casa e

ter muitos filhos – e desconfiavam da corrosiva influência da cultura moderna” (HOBSBAWM, 1995, p. 121).

“Ao tempo, havia uma lógica feudal na relação dos alunos com o corpo docente e era uma escola muito marcada ideologicamente, com pouca liberdade até no processo de criação. Era uma escola que excluía muitos docentes, porque não alinhados com o regime eram expulsos.” (AM, 2016). Nesta conjuntura, o movimento de educação atuou, assim como o movimento de trabalhadores, e o controle da organização escolar foi objeto de luta, acentuando-se a partir de 1970.

A educação escolar foi limitada até 1960, quando o analfabetismo foi reduzido à 30% da população maior de 7 anos. O Gráfico 1 indica que o analfabetismo foi progressivamente decrescendo durante a primeira metade do século XX.

**Gráfico 1** - Taxas de analfabetismo em Portugal na primeira metade do século XX (população maior de 7 anos)



**Fonte:** Nóvoa (1992, p. 475).

Na década de 1970, uma população alfabetizada dominava as diversas regiões do país, principalmente os grandes centros urbanos, como Lisboa, Setúbal e Porto.

## 2.2 Organização escolar e luta social

Reitor e diretor são representantes políticos e administrativos do Estado, delegados do Ministério junto de cada escola, designados com base na confiança política (Lima, 1992, p. 207). Historicamente, tal imposição foi contestada pelo movimento docente e estudantil, como propomos demonstrar.

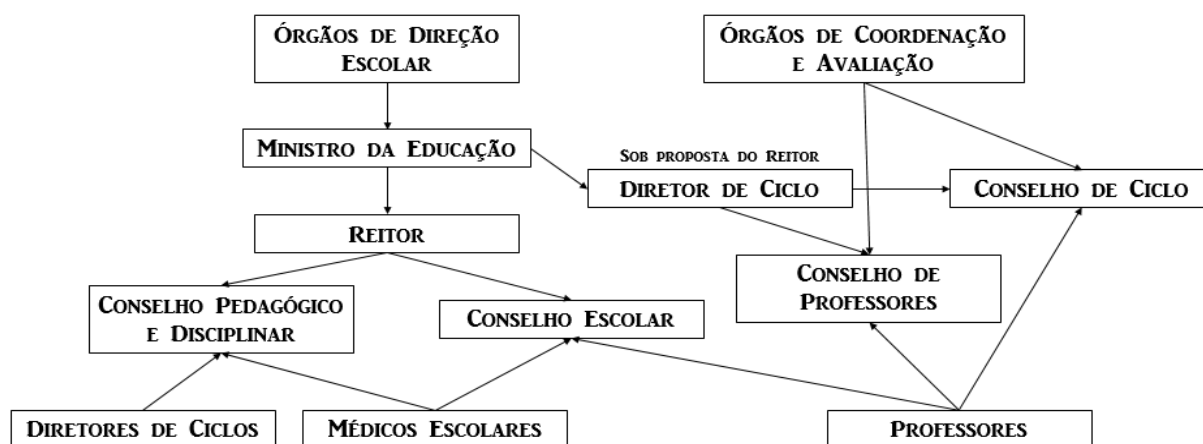
O movimento estudantil teve uma tradição forjada em lutas acadêmicas e numa prática política que remonta, pelo menos, ao século XIX (LIMA, 1992, p. 208). Houve movimentos acadêmicos e greves dos estudantes republicanos entre 1926 e 1934. Por não ser nosso objeto de análise, apenas indicamos as greves de 1928, 1930 e 1931. (FARIA, 2000).

Em 1927, a Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais, de Póvoa do Varzim, defendeu a autonomia administrativa e pedagógica das escolas e organização administrativa dos professores. Contudo, as associações foram extintas ou proibidas pelo decreto 23.048 de 23/9/1933. (LIMA, 1992, p. 207).

Em 1936, as reformas da educação escolar, em geral, foram curriculares, com a simplificação dos programas e a reafirmação do ensino dualista, isto é, a separação entre a via liceal intelectual, elitista e preparação para o ensino superior, que formava principalmente pessoas para exercer a burocracia estatal e ocupar cargos de chefia, e o ensino técnico manual para a formação de força de trabalho especializada (OEI, 2003, p. 20).

Houve duas importantes reformas educacionais em relação à organização do ensino secundário antes de 1974, incluindo o ciclo preparatório: a *Reforma do Ensino Liceal* de Antônio Faria Carneiro Pacheco (DL 27.084/14 out. 1936) e a *Reforma* de Fernando Andrade Pires de Lima (DL 36.507 e DL 36.508 de 17 set. 1947). Lima (1992) aponta que tais reformas foram permeadas pela ideologia corporativa e organização fortemente controladas do ponto de vista político-administrativo, além de controle burocrático, como pode ser observado no Organograma 1.

**Organograma 1 - Reforma de 1936**

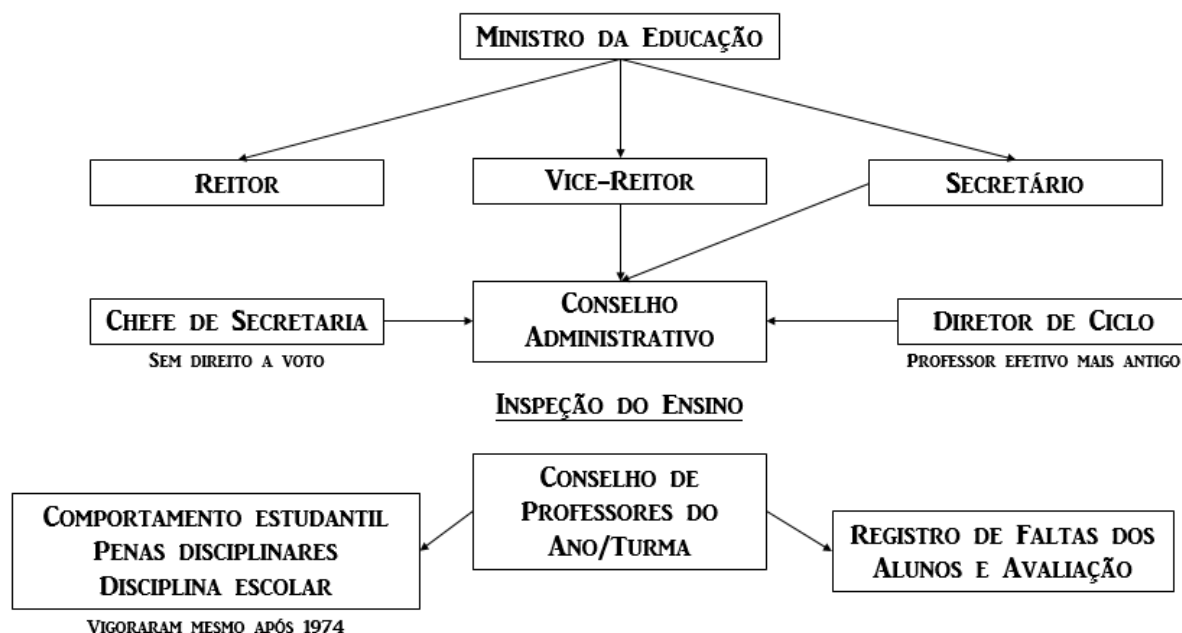


**Fonte:** Elaborado pela autora.

A Reforma de 1936 instituiu os órgãos de direção, sendo um reitor nomeado pelo Ministro da Educação e dois conselhos, o Conselho Escolar com professores e médicos escolares presidido pelo reitor, e o Conselho pedagógico e disciplinar com o reitor, diretores dos ciclos e médico escolar. Em relação à coordenação e avaliação foram instituídos três órgãos na reforma de 1936: conselho de ciclo com participação dos professores e presidido pelo diretor de ciclo; diretor de ciclo nomeado pelo Ministro por proposta do reitor; e Conselho de professores com participação de professores de cada ano, presidido pelo diretor de ciclo - professor efetivo mais antigo (LIMA, 1992, p. 203).

Na Reforma de 1947 (ilustrada no Organograma 2) houve um desenvolvimento detalhado das estruturas organizacionais e administrativas das escolas. Reforçaram-se as competências do reitor, vice-reitor e secretário que começaram a ser nomeados pelo Ministro da Educação. O Conselho administrativo era formado pelo vice-reitor, diretor de ciclo, secretário e chefe de secretaria sem direito a voto. Foi dada importância à inspeção do ensino e competências do diretor do ciclo. Também houve regulamentação detalhada do processo de registro de faltas dos alunos e respectiva avaliação em Conselho de professores do ano ou turma. (LIMA, 1992, p. 204).

**Organograma 2 - Reforma de 1947**

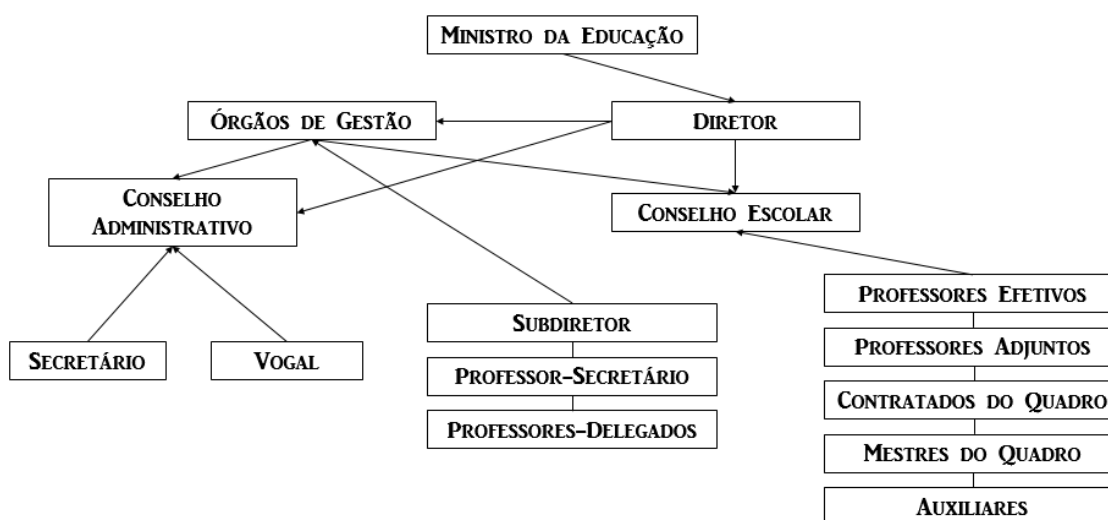


**Fonte:** Elaborado pela autora.

Lima (1992) afirma que os instrumentos de controle estabelecidos pela Reforma de 1947 em relação ao comportamento estudantil, penas disciplinares e disciplina escolar continuaram a vigorar mesmo depois de 1974.

A Reforma do Ensino Técnico profissional, industrial e comercial (Lei 2025/1947) reafirmou a licealização organizacional e administrativa de todo o ensino básico e secundário. (LIMA, 1992, p. 205). Até mesmo no *Estatuto do Ciclo Preparatório* de 9 de setembro de 1968, se manteve tal organização. Ambas estão ilustradas nos Organogramas 3 e 4.

**Organograma 3 - Reforma do Ensino Técnico de 1948**



**Fonte:** Elaborado pela autora.

O *Estatuto do Ensino Técnico*, aprovado em 1948, definiu os órgãos de gestão, tendo um diretor nomeado pelo Ministro da Educação, um subdiretor, um professor-secretário, professores-delegados e dois conselhos: Conselho Escolar com participação dos professores efetivos, adjuntos, contratados do quadro, auxiliares e mestres do quadro e o diretor; e Conselho Administrativo, com diretor, um vogal e o secretário. (LIMA, 1992, p. 205). É possível perceber o controle que o governo exercia sobre a gestão das escolas e o sistema escolar.

As forças políticas de oposição ao regime fascista se organizaram em unidade antifascista por direitos democráticos a partir da década de 1940. A principal organização política dos trabalhadores com inserção no movimento estudantil e docente era o Partido Comunista Português (PCP), que atuou pela via legal e clandestina desde 1921. Membros do PCP se inseriram de forma clandestina e centralizada entre os movimentos que surgiam em luta contra o regime e por direitos democráticos. Assim como, atuou nas eleições controladas pelo governo, formando a Comissão Democrática Eleitoral em 1969 e o Movimento

Democrático Português em 1973. Lutou, por exemplo, pelo direito de liberdade de reunião e de expressão, os quais foram os eixos reivindicativos da crise acadêmica de 1962, sob as categorias “autonomia e democratização”. Com a juventude estudantil, atuava pela União dos Estudantes Comunistas (UEC) e pelo Boletim Avante!.

Com o fim da II Guerra Mundial foi promulgada a *Lei de Reorganização Industrial*, a qual visava promover a concentração e a centralização de capitais, isto é, a institucionalização do capital monopolista português. “A educação precisava contribuir para a manutenção da ordem social e para o desenvolvimento econômico” (STOER, 1986, p. 49).

Em 1955, o Ministro da Educação reconhece a necessidade de formar mão-de-obra qualificada e diversificada para responder às exigências do avanço da técnica surgido após a IIª Guerra Mundial. As relações entre a educação e a economia revelam uma nova consciência de um problema ao qual o Estado Novo andara alheio e a nova aposta será a da formação profissional. A elaboração de um plano de Fomento Cultural irá, todavia, revelar-se inexequível, dadas as condições do país. Solicita-se, não obstante, a ajuda da OCDE<sup>10</sup>, o que revela, pela primeira vez, a necessidade de estabelecer contactos com organismos internacionais. Assim nasce o Projecto Regional do Mediterrâneo, que estabelece regras de assistência e cooperação permanentes (STOER, 1986, p. 21).

Não por acaso, a burguesia industrial realiza o 1º Congresso Republicano em 1957, na procura de um consenso ideológico para liberalização do regime. Por volta de 1959, o Ministro da Educação convida a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para o *Projeto Regional do Mediterrâneo*, o qual incluía um estudo estatístico da relação entre as necessidades de força de trabalho e a resposta do sistema educacional. “O relatório do Projecto Regional do Mediterrâneo é tornado público em Abril de 1964 e procede-se à elaboração da Análise Quantitativa da Estrutura Escolar Portuguesa (1950-59), tendo em vista a preparação de pessoas qualificadas requeridas pela dinâmica da economia” (STOER, 1986, p. 22).

O regime de Salazar viu-se obrigado no início dos anos 60 a seguir o exemplo de Espanha e abandonar as suas políticas protecionistas e restrições ao capital estrangeiro. Esta mudança foi bem recebida pela maioria dos consórcios, que queriam se beneficiar da experiência e recursos das principais corporações imperialistas e ao mesmo tempo integrar a economia portuguesa no mercado Europeu em expansão. [...]. Assim, para defender o seu império colonial, o capitalismo português permitiu a colonização de muitos setores da sua economia doméstica. Apesar das exportações portuguesas mais antigas, em cortiça e vinho, estarem dominadas pelos Britânicos, a percentagem estrangeira na indústria portuguesa era de apenas 1,5% em 1960. Em 1970 tinha subido até 27%. (BLACKBURN, 1974, p. 2-3, tradução nossa).

---

<sup>10</sup>Já apresentamos na Introdução que a OCDE é sucessora da OECE, que foi criada no contexto do Plano Marshall. Tinha, portanto, como objetivo buscar soluções para a reconstrução dos países europeus afetados pela Segunda Guerra. A OECE existiu entre 1948 e 1960, isto é, até a fundação da OCDE.



Paralelamente, o governo apresenta uma proposta de decreto, n. 40.900/59, na perspectiva de controlar as associações de estudantes universitários até então presentes em Lisboa, Coimbra e Porto. Anteriormente, o regime não controlava diretamente as associações estudantis, religiosas – particularmente católica - e de consumo. “Portanto, há uma grande luta contra isso. [O decreto]... não chegou a ser aprovado” (NM, 2016). A consequência foi um movimento associativo organizado a partir de 1959.

Em outubro de 1961, ocorreu o *Encontro Nacional de Juventude*, realizado em Lisboa, com reivindicações das Comissões Cívicas da Juventude de Lisboa e Porto a respeito da democratização geral do ensino e eleição para os órgãos de gestão, com a intervenção dos estudantes e das principais autoridades da Universidade (ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE, 1961).

Em 3 e 4 de fevereiro de 1962, houve uma reunião dos dirigentes estudantis das Associações do Porto, Coimbra e Lisboa, na Associação de Econômicas de Lisboa, onde se deu a criação provisória do Secretariado Nacional dos Estudantes Portugueses e se decidiu a realização do I Encontro Nacional de Estudantes, de 9 a 11 de março de 1962, na Associação Acadêmica de Coimbra (AAC) (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES, 1962).

Logo em 02 de março, o Ministro da Educação notificou os estudantes (por meio de autoridade policial) sobre a proibição do encontro. Mesmo assim, em 8 de março “[...] a Assembleia Magna em Coimbra louvou por aclamação a realização do evento, enquanto a Reunião Inter Associações (RIA) apoiava a AAC e também considerando removida a proibição.” (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES, 1962).

De 09 a 11 de março de 1962 foi realizado o *I Encontro Nacional de Estudantes*, em Coimbra. Nas conclusões relacionadas à gestão escolar, da Mesa de Pedagógicas, foi ressaltada a necessidade de uma reforma geral do Ensino Superior, com participação discente e colaboração do corpo docente. Em 10 e 11 de março foi aprovado o documento *Bases Gerais da Regulamentação e Funcionamento das Estruturas Nacionais do Movimento Estudantil Português*, tendo por destaque o Título I: *Assembleia Geral dos Estudantes* e o Título II: *Secretariado Nacional dos Estudantes*. (ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES, 1962). A partir deste encontro ocorreu mobilização estudantil pela construção do movimento associativo no ensino secundário, com a formação de comissões pró-associações.

“Depois em 1962, a crise arrebenta por inépcia política do Ministro da Educação. Havia uma comemoração estudantil anual que se chamava Dia do Estudante e na véspera do dia do estudante ou no próprio dia do estudante, o Ministério da Educação proibiu o dia.” (NM, 2016).

A mobilização acadêmica teve como eixo reivindicativo a democratização e autonomia universitária, concretamente pelo direito de se organizar e manifestar. Durante a crise, vários estudantes de medicina e do Instituto Superior Técnico foram detidos e isolados pelas forças armadas.

“Até 1964 e 1965 o movimento associativo é impulsionado e controlado pelo Partido Comunista Português (PCP), embora existam outras tendências e movimentos estudantis organizados” (CEC, 1978, p. 1). Um desses grupos, a União dos Estudantes Comunistas marxistas-leninistas (UEC (m-l)) afirmou que

A luta dos estudantes na 'Crise' de 1962, ainda uma luta politicamente atrasada, foi uma consequência da evolução da luta da classe operária que nesse ano atingiu um ponto alto, com as grandes manifestações revolucionárias do 1º de Maio, a exigir a passagem à fase superior da luta armada popular<sup>11</sup> (PCP m-l, 1972, p. 6).

Em 22 de fevereiro de 1963, em carta, o reitor do Liceu Pedro Nunes não reconhece a legitimidade da Comissão Pró-Associação (CPA). Não havia autonomia para os estudantes organizarem-se.

Em setembro de 1964, foi criado o ciclo complementar do Ensino Primário (DL 45.810). Em 2 de janeiro de 1967, foi criado o Ciclo Preparatório do Ensino Secundário (DL n. 47.480). Definiu-se a escolaridade obrigatória de quatro para seis anos e a fusão do primeiro ciclo do ensino liceal e do ciclo preparatório do ensino técnico – criado em 1948 -. (LIMA, 1992, p. 206). Isto significa que antes da revolução já teve início a unificação do ensino secundário.

Em 1965, houve divisão entre as forças políticas de oposição que atuavam no movimento de educação, com o surgimento do maoísmo, e o enfraquecimento do PCP nos movimentos associativos estudantis. Em junho de 1966, há um Informe do Grupo Universitário de Informação para os Liceus contendo conteúdo de conscientização a respeito dos movimentos e associações constituídas. Surgiu uma série de pequenas organizações clandestinas que absorviam, principalmente, o setor docente e estudantil.

No final dos anos de 1960 começou a aparecer algumas organizações autônomas de pendor fundamentalmente trotskista e maoísta, que não entravam nesse processo mais unitário, isto é, faziam sua luta autônoma, na alegação de que era reformismo, pois o que estava na ordem do dia era o socialismo e o antifascismo era uma base recuada de luta (AM, 2016).

---

<sup>11</sup>Tal posição é explicada pela revolução chinesa e o surgimento de correntes maoístas, inclusive causando divisões no PCP. A tática de foco de guerrilha foi generalizada pelos partidos maoístas internacionalmente, como na América Latina com o PCdoB no Brasil.

Após 1968, maoístas, comunistas e trotskistas foram essencialmente as forças políticas que fizeram parte do movimento de educação.

Em 1968, Salazar “cai” da cadeira e é substituído por Marcelo Caetano, reitor da Universidade de Coimbra, durante a crise acadêmica de 1962.

A transferência de poder político de Salazar para Caetano parecia ter sido suave e bem-sucedida, prometendo uma maior integração na Europa e até mesmo algum afrouxamento do regime tanto em casa como nas colônias. [...] Mas o fascismo português esteve sempre principalmente suportado numa série de formações militares especializadas e paramilitares (BLACKBURN, 1974, p. 4, tradução nossa).

O poder repressivo do regime era exercido diretamente pelas forças armadas e um grupo de cinco outras organizações paramilitares interligadas: a Guarda Nacional Republicana (GNR), força de elite com cerca de 10.000 tropas bem equipadas; a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), polícia política secreta, renomeada de DGS por Caetano; a Polícia de Segurança Pública (PSP) com 14.000 policiais de choque especializados; a Legião Portuguesa, milícia de farda verde; e a guarda fiscal, força armada de patrulhamento fronteiro (BLACKBURN, 1974, p. 5, tradução nossa).

Não somente a mudança do governo que ocorreu em 1968, este fora um ano de mobilização estudantil, que aglutinou os trabalhadores por todo o mundo. Somaram-se a isso, as grandes mobilizações contra a intervenção militar do governo do EUA no Vietnã. O maio de 1968 francês ficou marcado na história e ressoou por diversos países como símbolo do repúdio às hierarquias, mas, principalmente, como fracasso da tentativa de revolução social via parlamentar.

Em Portugal, houve a Reforma do Ministro Inocêncio Galvão Telles (DL 48.572 de 9/9/1968), que deliberou sobre a organização pedagógica, com o Conselho de Turma e cargo de diretor de turma, e a organização administrativa do liceu, mas com designações próximas ao técnico, isto é, diretor nomeado pelo Ministro com mandato de 3 anos, subdiretor nomeado pelo Ministro sob proposta do diretor e Conselho Escolar com participação de professores efetivos, professores em comissão de serviço e diretores de turma. As matérias disciplinares foram previstas como seção do Conselho Escolar com o nome de Conselho de Orientação e a administração como Conselho Administrativo, tendo diretor, subdiretor, secretário e chefe de secretaria. Tal organização pode ser observada na Organograma 4.

### Organograma 4 - Reforma de 1968



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Em 1969, ocorreu a crise acadêmica de Coimbra a partir da mobilização estudantil, que aglutinou outras forças políticas de contestação ao regime fascista e à guerra colonial, que se mostra no próximo item. Estudantes reivindicaram participação estudantil na gestão, cogestão e autonomia no contexto do Maio de 1968 francês (LIMA, 1992, p. 209).

Particularmente desde 1973 vim a beber muito do Maio de 1968. Não tenho dúvidas de que teve uma influência enorme na greve de Coimbra de 1969, indireta e direta. Indireta porque 1968 tem todo um clima de contestação estudantil que, evidentemente, não podia deixar indiferentes os estudantes portugueses. Apesar de viverem sob uma ditadura, espelhavam-se nas mobilizações que houve em tantos lugares do mundo, não só no maio francês (LL, 2016).

A mais forte das mobilizações, em 1969, apresentou reivindicações como o ensino para todos; a reintegração dos professores e alunos expulsos; universidade livre; democratização do ensino; estudantes no governo da universidade (LIMA, 1992, p. 209). “[...] se reivindicava uma escola livre, acesso à pluralidade das opiniões, uma escola aberta, no fundo, com setores sociais mais vastos a entrarem, e uma escola democrática, com uma lógica de funcionamento democrático.” (AM, 2016).

Quando estoura a greve de Coimbra em 1969, uma das organizações trotskistas francesas, a LCR [Liga Comunista Revolucionária] manda quadros para Portugal para fazer contato com os ativistas da greve. É a partir desse contato que nasce a primeira organização trotskista portuguesa, através da influência dos franceses sobre dois ativistas da greve de Coimbra, João Cabral Fernandes e Francisco Sardo. Depois decidem de comum acordo ir cada um para um lado. João Cabral vem para Lisboa e Sardo vai para o Porto. De fato, eles são os primeiros trotskistas portugueses. Portanto,

é um exemplo da influência direta do Maio de 1968, pelo menos na esquerda portuguesa, sem dúvida (LL, 2016).

Em 17 de abril de 1969, houve um conflito aberto entre estudantes e as forças de repressão do governo na Universidade de Coimbra; cerca de 49 estudantes participantes do movimento foram enviados ao Cartel como punição. Em 1970, a PIDE encerrou a Associação Acadêmica de Coimbra (AAC).

Até por 1971, creio eu, formou-se um braço estudantil aqui em Coimbra, a Comissão Democrática dos Estudantes de Coimbra. A frente de luta fundamental era a mobilização para a luta estudantil, em torno do encerramento da Associação Acadêmica de Coimbra, que tinha sido fechada pela PIDE, polícia política, em 1970, no resfriar da crise acadêmica de 1969. Portanto, a CDEC trabalhava na lógica política da frente estudantil e a Comissão pró-reabertura da Associação Acadêmica de Coimbra era uma estrutura por assinaturas mais larga, com foco na reabertura da AA (AM, 2016).

Eleições controladas foram permitidas entre 1969 e 1973, permitindo aos partidos da oposição fazer alguma propaganda cautelosa e desenvolverem redes de simpatizantes. Os núcleos de base do movimento oposicionista soltavam panfletos de agitação contendo textos de análise política, documentos organizativos e formação política. “Tinham um apelo à dinâmica popular de base e incentivo à associação e mobilização.” (STOER, 1986, p. 126).

As forças políticas que apoiavam o regime estavam organizadas no renomeado partido fascista, a Ação Nacional Popular (ANP). “A vitória do ANP nestas eleições foi, é claro, uma conclusão precipitada. Mas mesmo o ANP, muito menos os grupos de oposição, eram bastante marginais à real organização de poder” (BLACKBURN, 1974, p. 4, tradução nossa).

Novos professores chegaram às escolas básicas e secundárias, recém-formados durante as mobilizações da década de 1970, como 1962, 1965 e 1969. De acordo com Lima (1992), a participação de docentes e discentes na direção e na gestão das escolas tornou-se uma das maiores questões nos últimos anos do regime.

As docentes Elsa Oliveira e Maria Manuel Calvert Ricardo foram articuladoras do *Grupo de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios de Lisboa*, em 1969-1970. Os grupos de estudo fazem referências à batalha da educação, tendo como eixo central o tema da *democratização da educação*, numa clara referência à política do PCP. No norte, em 29 de março de 1971, os Grupos de Trabalho dos docentes propõem participação do setor no conselho escolar e a escolha pelo conselho do diretor e reitor. (STOER, 1986, p. 126). Segundo Stoer (1986, p. 126) são os precursores do movimento dos professores e estudantes que ocorreria após

a revolução. Já em 1971, colocavam que a democratização incluiria conjuntamente a participação nas estruturas decisórias da vida nas escolas.

Foram professores provisórios e eventuais, motivados pela necessidade de organização e reunião, bem como por direitos trabalhistas, que se mobilizaram nos Grupos de Estudo. Afirma Stoer (1986, p. 126) que os Grupos de Estudo após a revolução viriam a integrar os sindicatos dos professores.

Sem garantia de trabalho e sem vencimento nas férias iniciaram, em 1969/70, uma luta por um estatuto profissional, pedagógico e cívico digno e criaram os Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios (GEPEeP), depois, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário (GEPDES), e, mais tarde, Grupos de Estudo do Pessoal Docente do Ensino Secundário e Preparatório (GEPDESeP). Assumiram a luta pela dignificação da classe e pela liberdade de associação enfrentando as denúncias, as perseguições, as ameaças de prisão e a perda de direitos com o objetivo da obtenção das reivindicações, sejam as imediatas e laborais sejam as políticas. Multiplicaram comunicados e circulares, difundiram abaixo-assinados, promoveram colóquios, publicaram uma revista, editaram livros e anunciaram as suas iniciativas na imprensa nacional e local, num regime de censura. Os GEPDES foram uma organização nacional, estruturada em delegações regionais e com representantes em todas as escolas, que levou o Governo a classificá-la, em fevereiro de 1974, como uma organização secreta punível pela lei. A sua influência entre os professores permite a criação de sindicatos democráticos logo após o 25 de Abril de 1974 (RICARDO, 2015, p. 5-6).

Por iniciativa dos Grupos de Estudos dos professores, a revista *O Professor* começou a ser publicada em 1971. Ao longo de 1971, a revista centrou-se na discussão do projeto de estatuto do Pessoal Docente. Nessa discussão, houve a exigência de participação na gestão escolar. O caderno foi proibido ou teve dificultada a sua circulação em duas ou três escolas. A *Associação dos Professores* foi o tema central do n. 2 da revista. Foram elaborações frutos da discussão no ciclo de colóquios realizado em outubro e novembro de 1972 na Escola Preparatória Francisco de Arruda.

Em janeiro de 1971 foi publicado o *Projeto do Sistema Escolar e Linhas Gerais da Reforma do Ensino Superior*. Dois anos depois, a *Reforma Educativa*, de José Veiga Simão (L. n. 5/73 de 25/7), foi aprovada. Concordamos que a reforma teve uma concepção liberal e meritocrática de igualdade de oportunidades sob o signo da democratização do ensino (LIMA, 1992, p. 211).

[...] nós temos na lei de bases do sistema educativo de 1973 do Ministro Veiga Simão, no período do Marcelo Caetano como Primeiro-Ministro, liceus artísticos, liceus técnicos e liceus clássicos. A tentativa dele é, vamos diferenciar, mas vamos chamar liceu a todos, para manter o status (LC, 2016).

Houve alargamento da escolaridade obrigatória, ampliação do acesso, criação de escolas secundárias pluricurriculares ou polivalentes. Foram produzidos 1.719 documentos sobre a reforma da educação com quarenta mil pessoas participando da discussão pública. Nos documentos, aparecem discursos sobre liberdade, democracia e participação. Contudo, participação de tipo cooperativo não era congruente com a Lei 5/73 (LIMA, 1992, p. 211-215).

“A luta pela participação exigia a participação na luta em condições adversas e correndo riscos que só algumas vanguardas se dispunham a correr” (LIMA, 1992, p. 211). Ainda assim, “Havia notícia de ações, ainda que isoladas, da circulação de panfletos, dos assaltos noturnos a estabelecimentos de ensino para pintura de frases contra o regime” (LIMA, 1992, p. 209).

Em 25 de outubro de 1971, Marcelo Caetano viu-se obrigado a abrir mais 21 liceus mistos (DL 447/71). Vale ressaltar a desigualdade de formação por gênero, uma vez que a porcentagem de estudantes mulheres em 1970 foi “[...] absolutamente diminuta e há toda uma explosão.” (AM, 2016).

Até 1971-1972 os liceus eram masculinos ou femininos, não havia mistura. As relações sexuais eram um tema muito importante. O namoro às claras era mais ou menos perseguido, mesmo andar de mãos dadas ou abraçado. Os jovens nem se cumprimentavam dando beijos e o beijo na boca em público não era admitido de forma alguma. Portanto, a questão da sexualidade e das relações entre rapazes e raparigas eram das mais discutidas, mais explosivas (JG, 2016).

Há um crescimento do número de estudantes na década de 1970,

[...] mas é sobretudo depois de 25 de Abril que há o grande boom da população universitária. O que cifra por não haver exclusivamente escolas em Lisboa, Porto e Coimbra, mas ter havido a formação de novas universidades e institutos politécnicos, um pouco disseminados por todo o país, correspondendo a um processo de massificação séria do ensino (AM, 2016).

Já indicamos que após 1965 o PCP começou a perder a hegemonia no movimento docente (principalmente entre os novos docentes) e no movimento estudantil. O movimento docente foi formado por militantes políticos mais velhos, que passaram a fazer seu trabalho nas escolas, vindos de movimentos de oposição não estudantil, como o Movimento pela Unidade Democrática (MUD) e as campanhas eleitorais de 1958 e 1965. Os professores mais novos, militantes do PCP, surgiram das crises acadêmicas de 1962 e 1965 e alguns das crises acadêmicas de 1969 e 1972. Todavia, entre os professores mais novos, “[...] a grande parte é de esquerda não PC-maoístas, esquerda revolucionária não m-l [marxista-leninista].” (CEC, 1978, p. 1). Fato semelhante ocorre no movimento estudantil.

“Os anos de 68-69 e de 72-73 retiram ao PC o controle do movimento associativo” (CEC, 1978, p. 1). Os militantes eram da Esquerda Democrática Estudantil (EDE)<sup>12</sup> e outros grupos marxista-leninistas, com influências no Instituto Superior Técnico (IST) e, sobretudo, do Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAEESL), demais grupos com influência do Maio de 1968 francês (como núcleos estudantis) que mais tarde integraram o MES e a esquerda católica. Sobretudo, nos liceus, depois de 1971 e 1972, trotskistas, “[...] embora alguns dos dirigentes tenham tido papel ativo nas lutas de Coimbra em 69.” (CEC, 1978, p. 1).

Na verdade, o primeiro momento que eu tive foi antes, quando o MAEESL chamou uma assembleia geral do ensino secundário no meu liceu. Eu estava lá, apesar de não ser o meu período de aulas. A assembleia foi de manhã, eu tinha aulas à tarde ou o contrário, não tenho certeza. A polícia cercou o liceu completamente, incluindo saídas pouco conhecidas, que eu como era do liceu conhecia. Quando tentei sair por ali, a polícia já lá estava e prenderam toda gente que não fosse estudante do liceu. Eu escapei por ser de lá e inventei uma desculpa, que tinha ido tratar de coisas na secretaria. Foi muita gente presa nesse evento (LL, 2016).

Houve um evento muito importante nas faculdades, ou seja, a luta dos estudantes do Instituto Superior Técnico (IST) - Faculdade de Engenharia de Lisboa - contra a presença dos *gorilas* (assim eram chamados pelos estudantes os agentes da polícia política), que ostensivamente passeavam pela universidade sob pretexto de serem funcionários.

Uma vez os estudantes fizeram uma assembleia no pátio, houve alguns que foram ao telhado e mandaram as câmeras para o chão. As câmeras voaram alguns andares e esborracharam-se no chão no meio da comemoração dos estudantes. Aquilo foi um pouco complicado e o governo resolveu fechar o técnico (LL, 2016).

Em 16 de maio de 1972, a polícia entrou no IST e

[...] carregou sobre os estudantes pela manhã. À tarde, cerco da polícia ao ISCEF, onde se realizava uma reunião informativa sobre os fatos ocorridos pela manhã, invasão e confronto. São encerradas as Associações de Estudantes do Técnico e de Económicas, bem como previamente já haviam sido encerradas as Associações de Estudantes de Ciências, Direito, Letras e Instituto Industrial e a Cooperativa de Estudantes Livrelco, em Lisboa, a Comissão Pró-Associação de Medicina, no Porto, e a Associação Acadêmica de Coimbra. Se somam então na luta contra o decreto 580/71, que retira as cooperativas do poder (DOS ESTUDANTES..., [1972?], p. 1).

---

<sup>12</sup>Donde sairão militantes tão diferentes que virão por um lado integrar a União Democrática Popular (UDP) e por outro o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP).



Em 12 de outubro de 1972 o estudante José Ribeiro dos Santos foi assassinado pela PIDE, em reunião de estudantes na Faculdade de Economia. Este processo leva à radicalização das lutas, principalmente dos estudantes secundaristas.

Eu entro nestes processos devido à morte de Ribeiro dos Santos, estudante assassinado num plenário de estudantes do Instituto Superior de Economia (ISE), atualmente Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG), em que estava presente um membro da polícia política a escutar o plenário, lançou-se contra ele e atirou nele e em outro colega ao lado, que é atualmente um destacado militante do PS, José Lamego. Isso comoveu muito o movimento estudantil e muitos ficaram radicalizados. Estes estudantes radicalizados eram geralmente estudantes com muita inclinação cultural (JG, 2016).

Em 16 de dezembro de 1973, houve a convocação da Assembleia geral do ensino secundário na Faculdade de Medicina de Lisboa.

[...] o movimento secundário foi crescendo até que há uma assembleia geral do ensino secundário em 16 de dezembro de 1973, que era para ser reunida no ISE, atual ISEG, mas que à última da hora foi mudada para a Faculdade de Medicina. A assembleia reuniu-se na Faculdade de Medicina, a polícia cercou e prendeu toda a gente. Foi a famosa noite da carecada, que foram presos cerca de 200 estudantes do ensino secundário, portanto adolescentes entre 16-17 anos (LL, 2016).

José Garcia (2016) afirmou que não foi preso, “[...] porque cheguei um pouco atrasado e comecei a ver a polícia a entrar.” Devido a isto, tornou-se dirigente de sua organização e principal organizador do movimento estudantil de seu liceu.

A partir do último trimestre de 1973, as lutas dos trabalhadores alcançavam uma importante capacidade de movimentação, cuja importância não foi percebida pela maioria da classe devido ao silêncio dos meios de informação (STOER, 1986, p. 129). As greves trabalhistas atingiram o auge da última década. Entretanto, o governo reprime as mobilizações, como no caso da mobilização docente pelos Grupos de Estudo.

O Despacho n.º 9/74, de fevereiro, normatizou os Grupos de Estudo do movimento docente como associações secretas.

Depois do despacho de Augusto Ataíde, os grupos de estudo de professores do ensino secundário formado em 1971 foi proibido e passaram a se reunir de forma clandestina. Isso eu sei porque logo a 25 de abril de 1974 houve a revolução, os riscos que nós coríamos deixaram de existir. Então é por isso que eu me lembro! (MJ, 2016).

Até 24 de abril de 1974, o sistema de educação escolar estava controlado diretamente pelo regime, por meio de diretores e reitores, além da polícia política infiltrada e seus informantes. Entretanto, a conjuntura política e educacional em 1974 era de crise nacional,

devido, principalmente, à guerra que o império português mantinha há 13 anos no continente africano, questão sensível principalmente à juventude portuguesa.

### **2.3 Da periferia ao centro: Movimentos de libertação em África e Movimento das Forças Armadas (MFA)**

A característica fundamental do império português foi o trabalho forçado (VARELA, 2014). De acordo com a OIT (2017), trabalho forçado se refere a situações em que os trabalhadores são coagidos a trabalhar por meio do uso de violência ou intimidação ou até mesmo por meios mais sutis, como a servidão por dívidas, a retenção de documentos de identidade ou ameaças de denúncia às autoridades de imigração.

Em Angola e Moçambique o trabalho forçado generalizado forneceu superlucros às empresas proprietárias de plantações de açúcar e café, dos campos de algodão e das minas de diamantes. O recrutamento laboral nas colónias eram suplementadas pela exportação de várias centenas de milhares de trabalhadores contratados para a África do Sul. Grande parte dos ganhos destes trabalhadores era entregue diretamente ao governo português em ouro, desempenhando um papel vital na manutenção do escudo como uma das moedas mais sólidas do mundo (BLACKBURN, 1974, p. 6, tradução nossa).

No fim da década de 1960, “[...] uma onda de lutas operárias desafiou o padrão económico do capitalismo português enquanto, sob pressão dos movimentos de libertação africanos, foram tomados passos decisivos para a independência das colónias” (BLACKBURN, 1974, p. 1, tradução nossa).

Afirma Maxwell (1999, p. 53) que para expandir e controlar as Forças Armadas, o Governo foi obrigado a confiar cada vez mais em oficiais recrutados ao nível de comando da companhia. Até 1974, mais de um milhão de portugueses haviam prestado serviços na guerra. “Os milicianos dominavam os níveis inferiores do corpo de oficiais do quadro permanente. Muitos deles eram antigos estudantes universitários, alguns dos quais militantes da oposição ao regime desde a década de 1960”. (MAXWELL, 1999, p. 53). Afirma Blackburn (1974) que se formou um grupo no corpo de oficiais das forças armadas com alguma experiência política.

Um em cada quatro homens adultos integrava as Forças Armadas. Em África, o Exército Português possuía quase 150 000 homens, mas ainda enfrentava uma forte ameaça de derrota na Guiné-Bissau, e sofria fortes pressões e desgaste em Moçambique e em Angola. (MAXWELL, 1999, p. 35).

Se é possível apontar um início dos movimentos de libertação, começam “[...] em Angola com uma insurreição urbana em Luanda, em fevereiro de 1961; na Guiné, [...] em agosto de 1963; e em Moçambique [...] em setembro de 1964. À considerável custo para o governo português, a revolta inicial em Angola foi contida”. (BLACKBURN, 1974, p. 6, tradução nossa). A partir daí, expandiram-se por 13 anos. Mesmo contendo as forças de libertação entre 1964 e 1974, isso custou às forças portuguesas 60.000 vítimas.

Portugal, um país de nove milhões de habitantes, apoiava um exército de 200.000 [homens], 75% dos quais estacionados em África. Quase metade do orçamento do governo era consumida pelas despesas militares, à custa da educação e dos serviços públicos. O país mais pobre da Europa Ocidental estava aplicando a mais alta percentagem do PIB no seu exército (7.2% em comparação com 3% na Itália e 2.2% na Espanha) (BLACKBURN, 1974, p. 2, tradução nossa).

Um movimento clandestino, composto essencialmente por capitães e denominado *Movimento das Forças Armadas* (MFA), se organizou para obter uma solução para a guerra colonial e a democratização das instituições. Entretanto, o MFA formou-se no final de 1973 por uma questão corporativa. “Cerca de 200 oficiais regulares – principalmente Capitães e Tenentes – se encontraram para oporem-se a um decreto de Caetano que concedia igual estatuto a oficiais recrutados. [...]. Eles depressa encontraram muitas questões fundamentais que iam para além do assunto que os juntou”. (BLACKBURN, 1974, p. 11, tradução nossa).

Em janeiro de 1974, circulava nas forças armadas o documento “O Movimento, as Forças Armadas e a Nação”, que criticava o

[...] ‘mito de que as nossas forças armadas eram politicamente neutras’ e desafiavam o papel do exército em sustentar uma guerra desastrosa no estrangeiro e um regime ditador e repressivo em casa. Na questão da guerra colonial, descrevia-a como ‘a mais grave questão subjacente à crise geral do regime’. O documento era surpreendentemente suave. Ele apelava para uma ‘solução política que salvaguardasse a honra nacional e a dignidade’. Após discussões sobre esse documento, um esboço de programa foi elaborado determinando os objetivos do movimento (BLACKBURN, 1974, p. 11-12, tradução nossa).

O MFA adotou a estrutura de célula dos movimentos de libertação africanos, os quais deveriam combater. “Cópias do Manifesto Comunista e excertos de O Capital circulavam dentro dos quartelamentos de um país em que os escritos de John Stuart Mill e J. F. Kennedy eram banidos por serem literatura subversiva” (BLACKBURN, 1974, p. 7, tradução nossa).

Em fevereiro de 1974, o regime permitiu que Spínola - Marechal de Campo - publicasse um livro intitulado *Portugal e o Futuro*, o qual defendia um plano cauteloso para uma solução

política em África baseada numa federação de Portugal e de suas colônias. De acordo com Blackburn (1974, p. 14, tradução nossa), Spínola era uma figura pública que

[...] a imprensa portuguesa promoveu como herói de guerra, após as suas proezas como governador da Guiné na década de 1960. Fez parte dos círculos mais reacionários: lutou ao lado de Franco na guerra civil espanhola e dos exércitos nazis que invadiram a União Soviética.

Afirmam Gomes e Sá (2008, p. 23), ser de conhecimento do governo norte-americano “a existência dos dois pólos de conspiração contra o regime autoritário, ou seja, os ‘capitães’ e os ‘spinolistas’.”.

[...] o documento mais relevante dos vários que chegaram ao Departamento de Estado sobre a agitação entre as Forças Armadas portuguesas foi elaborado por Stuart Nash Scott um mês antes do 25 de Abril e identificou claramente as movimentações entre a oficialidade intermédia organizada em torno do que era designado como ‘O Movimento’, numa clara referência ao MFA. (GOMES; SÁ, 2008, p. 21).

A administração do governo de Nixon reagiu a estas informações da Embaixada em Lisboa e dos serviços secretos instruindo os seus funcionários para se afastarem de Spínola, “e por maioria de razão do ‘Movimento’, de modo a não emitirem qualquer sinal de apoio às suas teses”. (GOMES; SÁ, 2008, p. 21). “De facto, os assuntos portugueses não tinham lugar nas equações estratégicas globais da ‘guerra fria’ que monopolizavam então as preocupações dos decisores políticos norte-americanos”. (GOMES; SÁ, 2008, p. 27).

Os movimentos de libertação em África foram um importante elemento para os portugueses quanto ao desenvolvimento de um processo revolucionário. “[...] as revoluções se efetivam quando a classe dirigente deixa de ser tal, quando a sua hegemonia entra em crise.” (GRUPPI, 1978, p. 90).

No próximo capítulo, mostramos como “morre” o império e “nasce” a Revolução dos Cravos, por meio de uma revolução social que terminara como revolução política.

### 3 REVOLUÇÃO DOS CRAVOS E ORIGEM DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Neste tópico, discorremos acerca da Revolução dos Cravos, também denominada *Revolução de 25 de abril*. Temos como objetivo demonstrar que a GD originada na revolução advém da democracia direta, proposição bastante diferente da GD de matriz teórica liberal com formas de participação representativa. Damos foco à composição e atuação das forças políticas e, para isso, iniciamos pela discussão sobre o tipo de revolução ocorrida em Portugal.

#### 3.1 O que foi a Revolução dos Cravos?

É consenso entre pesquisadores das ciências humanas em geral e, em especial, da educação (SECCO, 2004; MAXWELL, 1999; BARROSO, 2003; LIMA, 1992; ARCARY, 2004; VARELA, 2014; DAL RI, 2015), que após o processo revolucionário português ocorreu uma mudança de regime político, isto é, do fascismo à democracia representativa.

Em 25 de abril de 1974, Marcelo Caetano ficou sitiado pelo MFA. Antes de se entregar, o sucessor de Salazar exigiu falar com o General Antonio de Spínola, este que fora o intermediador para com a coordenação do MFA (representada pelo Coronel Vasco Gonçalves). No dia 26 de abril de 1974, foi formada uma Junta de Salvação Nacional, com sete oficiais superiores e a presidência de Spínola.

A revolta militar que tomou Lisboa e derrubou o governo de Caetano em 25 de Abril de 1974, destruiu numa manhã o Estado fascista de maior duração da História e um dos regimes capitalistas mais estáveis em qualquer período deste século. Pelo mesmo golpe preparou o palco para o fim do mais antigo império colonial no mundo. Treze anos de guerrilha na África tinham sugado toda a economia e sociedade metropolitana de Portugal, e destruiu a fidelidade da maior parte dos oficiais mais jovens do Exército e da Marinha para o seu sistema político (BLACKBURN, 1974, p. 5, tradução nossa).

Nos dias 25 e 26 de abril de 1974, os trabalhadores se dirigiram aos locais de trabalho e estavam ansiosos para compreender o que havia ocorrido, pois a maior parte da população sequer tinha conhecimento sobre o MFA e seu objetivo. Quando chegaram aos locais de trabalho, os trabalhadores se reuniram e começaram a discutir política depois de cinquenta anos de proibição, contrariando a orientação transmitida pela mídia - por parte do MFA - de que deveriam permanecer em casa. “Segundo, começam, paulatinamente, a aparecer as reivindicações que dizem respeito aos grupos sociais que representam. A organização nasce da necessidade, não há interlocutores definidos”. (VARELA, 2014, p. 209).

Conforme Varela (2014, p. 210) observa

Os trabalhadores que começam por acudir ao local de trabalho para tomar parte no derrube do regime de imediato começam a colocar em cima da mesa as reivindicações de carácter social – no âmago do regime (ditadura ou democracia) estava o dilema do sistema (capitalismo ou igualdade social).

Um elemento importante para a análise da luta de classes é a disposição dos trabalhadores para a luta, que concretamente podemos observar durante os períodos de greve. Houve períodos intensos de greves desde a década de 1960, em especial em 1962, 1969 e 1973, mas não implicaram no derrube do regime político. Contudo, durante o processo revolucionário (1974-1976), as greves tomaram outra proporção, “[...] porque aquilo que foi qualitativo em 1974 foi o golpe militar liderado pelo MFA”. (VARELA, 2014, p. 212-213).

As Comissões de Trabalhadores (CTs) foram formas de organização do tipo conselhistas, que surgiram em quase todos os locais de trabalho, eleitas em assembleias de trabalhadores com o princípio da livre revogabilidade, isto é, os trabalhadores eleitos eram substituídos sempre que se achasse necessário. Ressalta Varela (2014, p. 214) que

Não se pode ignorar este fato para compreender o alcance que teve o questionamento da propriedade privada neste canto da Europa. São estas, e não as direções sindicais, que vão estar na origem da maioria dos conflitos laborais no início da revolução portuguesa, protagonizando alguns dos mais importantes, e gerando por isso a oposição do PCP e da maioria das direções sindicais que consideravam as comissões de trabalhadores ‘formas selvagens de organização, instrumentos do patronato e do divisionismo’.

Por causa do longo período ditatorial, o quadro político e sindical na época da revolução era de maioria da classe trabalhadora - incluindo a operária e a classe média portuguesa - não pertencente a nenhuma organização política. (VARELA, 2014). Entretanto, durante a revolução surgiram inúmeras organizações políticas, em forma de estrutura partidária, sindical e de movimento social.

Os sindicatos nacionais, controlados pelo Governo, estavam desacreditados como estruturas de direção do movimento operário e a Intersindical, uma estrutura alternativa criada em 1970, dirigida por católicos progressistas e pelo PCP, [...], chega ao 25 de abril com influência em 12 sindicatos apenas. Das 158 empresas que tiveram conflitos laborais entre 25 de abril de 1974 a 1 de junho de 1974 a instância de negociação dos conflitos foi, em 61 casos, a comissão de trabalhadores, em seis a comissão de empresa, em dez o sindicato nacional ou distrital (VARELA, 2014, p. 212-213).

Foi durante a revolução e por sua causa que a Intersindical se tornou a estrutura dirigente do movimento operário organizado, mas num lento processo que “[...] durará toda a revolução e que é feito num diálogo muito tenso com as comissões de trabalhadores” (VARELA, 2014, p. 213).

O poder foi disputado pelas Comissões de Trabalhadores (CTs), Comissões de Gestão e outros órgãos de poder popular, através da democracia direta exercida por meio da auto-organização dos trabalhadores<sup>13</sup> por um lado e por governos provisórios de outro. “Encontram-se casos semelhantes no biênio rosso em Itália em 1919-1920 [...] e, por exemplo, mais recentemente, nos cordões industriais chilenos de 1972-1973”. (VARELA, 2014, p. 272). De acordo com Santos (1984, p. 46 apud LIMA, 1992, p. 220) “[...] verificou-se em quase todos os aparelhos do Estado a criação de instituições paralelas, menos burocráticas e sobretudo, preenchidas com funcionários ativamente identificados com a revolução”.

Em 1 de maio foi decretado feriado obrigatório pela Junta de Salvação Nacional. De acordo com Lima (1992, p. 218) foi “apoteose participativa ainda em unidade”.

A participação popular, a um primeiro tempo espontânea e desorganizada, irá progressivamente ceder lugar a uma participação mais organizada com objetivos e estratégias diferenciados, radicados em diferentes projetos e ideologias, visando a conquista do poder e o controle político do Estado (LIMA, 1992, p. 219).

Logo em maio de 1974, foi formado o I Governo Provisório. Representantes da oposição à ditadura, como Mário Soares, dirigente do recém-formado Partido Socialista (PS), e Álvaro Cunhal, dirigente do Partido Comunista Português (PCP), voltaram do exílio e aceitaram compor o governo. Houve seis governos provisórios entre 1974 e 1976. No Quadro 2 apresentamos os seis governos provisórios durante o processo revolucionário e sua composição partidária.

---

<sup>13</sup>Pontua Vieira e Oliveira (1976, p. 27), que a capacidade de mobilização dos organismos de poder popular sempre foi muito maior que a de qualquer organização ou conjunto de organizações.

**Quadro 2 - Governos Provisórios**

Período	Governo Provisório	Composição partidária
16/maio/1974 - 11/jul/1974	I	Partido Socialista (PS) Partido Popular Democrático (PPD) Partido Comunista Português (PCP) Movimento Democrático Português (MDP)
17/jul/1974 - 30/set/1974	II	Partido Socialista (PS) Partido Popular Democrático (PPD) Partido Comunista Português (PCP) Partido da Democracia Cristã (PDC)
30/set/1974 - 26/mar/1975	III	Partido Socialista (PS) Partido Popular Democrático (PPD) Partido Comunista Português (PCP)
26/mar/1975 - 08/ago/1975	IV	Partido Socialista (PS) Partido Popular Democrático (PPD) Partido Comunista Português (PCP) Movimento Democrático Português (MDP)
08/ago/1975 - 19/set/1975	V	Movimento Democrático Português (MDP)
19/set/1975 - 23/jul/1976	VI	Partido Socialista (PS) Partido Popular Democrático (PPD) Partido Comunista Português (PCP) <sup>14</sup>

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Podemos observar que o PCP, o MDP, o PS e o PPD foram parte de cinco governos provisórios, sendo, portanto, os que sobretudo governaram durante o processo revolucionário. No Quadro 3, caracterizamos os partidos políticos, que apresentaram proposta de redação à Constituição promulgada em 1976, por sua base social e programa. Apresentamos a posição política de cada um em relação à GD na escola que será discutida no texto.

**Quadro 3 - Principais partidos políticos**

Sigla	Nome	Base social	Programa	Outros dados relevantes
CDS	Centro Democrático Social	Burguesia Sujeitos ligados à ditadura	Necessidade de fazer uma gestão da escola, a sério, com um diretor (LL, 2016).	Único partido que votou contra a constituição (NM, 2016).

<sup>14</sup>Com apenas um Ministro.



MDP/CD E	Movimento Democrático Português/ Comissão Democrática Eleitoral	Trabalhadores Militantes do PCP  Estudantes Professores	Tradição republicana, desde a primeira república.	Em termos organizacionais baseado no PCP, em pessoas sem filiação em partidos e nos socialistas. Em 1969 os socialistas se dividiram (AM, 2016)
PCP	Partido Comunista Português	100 mil militantes Classe trabalhadora  Influência no MFA  Estudantes e Professores  Majoritário nas grandes concentrações da classe operária, trabalhadores rurais do Alentejo e trabalhadores do sul	Socialismo não estava na ordem do dia.  Batalha da produção.  Defendeu a gestão democrática na escola, como uma conquista de abril.	Tornou-se o principal adversário do movimento grevista durante a revolução.
PPD	Partido Popular Democrático	Burguesia Sujeitos ligados à ditadura	Declaração Universal dos Direitos do Homem  Defesa de uma gestão da escola <i>séria</i> com um diretor.	Atualmente PSD  Pressão na constituinte e nos governos provisórios com conteúdo meritocrático para interferir e desmobilizar a democracia direta nas escolas
OS	Partido Socialista	Trabalhadores de serviço Operários mais moderados, sobretudo no centro e no norte.  Apoio da igreja católica e do setor reacionário da forças armadas.	Liberdade sindical, que possibilitou criar diferentes centrais sindicais.  Promulgou toda a legislação que retrocedeu a gestão democrática nas escolas.	Partido de massas e de correntes.  OCI francesa elegeu 2 deputados: Carmelinda Pereira (professora) e Aires Rodrigues (operário da marinha grande). Foram expulsos.
UDP	União Democrática Popular	2 mil militantes  Estudantes Professores  Grupos maoístas	Inspirava-se na experiência chinesa e albanesa. Eram marxista-leninistas e chamavam de revisionista e social-fascista o PCP.	Único partido à esquerda do PCP e do PS que elegeu deputado na constituinte de 1975.

			Defenderam a democracia direta e o poder popular	
--	--	--	--	--

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Vários partidos políticos foram fundados em 1974. Dentre as forças políticas, os partidos que lutavam pela implementação socialista desde o início são entusiásticos apoiantes das CTs que, em alguns casos, conseguem ter uma ampla influência, como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), maoísta<sup>15</sup>, o Movimento da Esquerda Socialista (MES), o Partido Revolucionário do Proletariado – Brigadas Revolucionárias (PRP-BR), os grupos maoístas que fundaram a União Democrática Popular (UDP), etc. (VARELA, 2014, p. 214). Apontamos essas e outras forças políticas que tiveram influência no segmento docente e estudantil no Quadro 4 a seguir.

**Quadro 4 - Outros partidos políticos com base estudantil e docente**

Sigla	Nome	Base social	Programa	Outros dados relevantes
PRP-BR	Partido Revolucionário do Proletariado - Brigadas Revolucionárias	Trabalhadores Soldados Marinheiros Intelectuais  Influência no MFA	Inspiração castrista, defendia um bloco das organizações revolucionárias com o MFA.	Ocupação de um edifício em Cacilhas, Almada, pelo PRP-BR com o objetivo de criar uma Universidade Proletária. (16/5/75)
PRT	Partido Revolucionário dos Trabalhadores	200 militantes  Estudantes secundaristas de Lisboa  Metalúrgicos de Aveiro	Trotskista  ASJ era uma organização de jovens e estudantes	Atualmente MAS  O Grupo Marxista Revolucionário (GMR) era um pequeno grupo formado em 1972-1973 que fundou o PRT.  Em 1978 unificou-se com a LCI. Desta unificação nasce o Partido Socialista Revolucionário (PSR), que muito mais tarde integra-

<sup>15</sup>Para uma análise sobre os maoístas portugueses ver Cardina (2011, 2010).

				se ao Bloco de Esquerda.
<b>LCI</b>	Liga Comunista Internacionalista	500 militantes Trabalhadores Soldados Estudantes	Trotskista Toupeiras Vermelhas era uma organização estudantil	
<b>MÊS</b>	Movimento da Esquerda Socialista	Intelectuais Professores Estudantes Influência no MFA	Marxista-leninista Núcleo estudantil de intervenção política (NEIP) era uma organização estudantil	Primeiro a identificar as CTs como embrião do controle operário
<b>LUAR</b>	Liga de União e de Acção Revolucionária	Intelectuais Influência no MFA		
<b>MRPP</b>	Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado	Estudantes Professores Influência em setores operários	Maoísta	Aliança com o PS
<b>PCP-ML</b>	Partido Comunista Português – Marxista Leninista	Estudantes	União da Juventude Estudantil Comunista Marxista – Leninista (UJECM-L) era uma organização estudantil	Aliança com o PS

**Fonte:** Elaborado pela autora.

O PS venceu as eleições para a Assembleia Constituinte em 25 de abril de 1975, com 37,87% dos votos. Já o PCP obteve 12,53% dos votos, menos que o PPD, com 26%. Até mesmo o CDS conseguiu representação parlamentar. Arcary (2004) afirma que a política se inclinou para a extrema-esquerda e o discurso da direita girou para o centro, enquanto o centro para a esquerda.

O travestismo político – o descompasso entre as palavras e os atos – fez o discurso dos partidos eleitorais tornar-se irreconhecível. As forças burguesas superaram o unimaginável. Até o Partido Popular Monárquico (PPM) e todos os demais reivindicavam alguma forma de socialismo, o que explica a retórica da constituição<sup>16</sup> que até hoje produz espanto (ARCARY, 2004, p. 79-80).

Houve uma divisão e oposição entre o V governo (com hegemonia do MDP) e o VI governo provisório (com hegemonia do PS). Além disso, como apontamos, estabeleceu-se um poder dual com um terceiro projeto em defesa do Poder Popular, implementado pelas

<sup>16</sup>A Constituição de 1976 coloca o país em direção ao socialismo e o estabelecimento de uma sociedade sem classes. É uma das mais avançadas da Europa, em termos da abrangência de direitos sociais e de participação dos trabalhadores.

Comissões de Trabalhadores, Comissões de Gestão, auto-organização de soldados e marinheiros e Comissões de Moradores.

Compreendemos o processo revolucionário não de acordo com a periodização dos governos provisórios, mas sim, de acordo com a situação revolucionária e a dinâmica da luta de classes. Argumentamos, de acordo com Arcary (2004), que houve três conjunturas com semelhanças com as situações revolucionárias da Rússia em 1917.

Entre 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975, portanto, do I ao III governo provisório, existiu uma situação revolucionária semelhante à de fevereiro russo: ficaram garantidos direitos democráticos, como de reunião e liberdade de expressão e o cessar-fogo em África. Houve duas tentativas de golpes de Estado do General Spínola para a consolidação de um regime presidencialista, que foram derrotadas pelos trabalhadores.

A partir do dia 1 de Maio de 1974, “assistiu-se a um incremento significativo da agitação ao nível sindical e, simultaneamente, a uma explosão das reivindicações laborais, das tentativas de saneamento das administrações, ensaios de adoção de modelos de autogestão empresarial e mesmo das ocupações de instalações” (GOMES; SÁ, 2008, p. 36). O embaixador norte-americano, Stuart Nash Scott, chamou atenção para “o sector laboral, alertando para o facto de os trabalhadores estarem ‘a exigir a demissão dos antigos patrões” (GOMES; SÁ, 2008, p. 37).

“A 13 de Maio, o embaixador comunicou que esta dinâmica laboral tinha ‘atingido empresas americanas, como a General Motors, a Firestone a Timex’, onde ‘comissões ad hoc de trabalhadores’ ameaçaram com greves”. (GOMES; SÁ, 2008, p.38).

O Departamento de Estado do governo norte-americano enviou o general Vernon Walters a Portugal para avaliar a situação em 19 de Agosto de 1974.

No relatório final da sua missão a Portugal, o director-adjunto da CIA recomendou a mudança da equipa da embaixada norte-americana em Lisboa, dizendo que ‘havia em Portugal um problema de primeira importância e uma embaixada de segunda categoria’; acto contínuo recomendou a substituição de Stuart Nash Scott por Frank Carlucci (GOMES; SÁ, 2008, p. 71)

O Secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger apoiava uma saída para Portugal pela proposta de Spínola, isto é, estabelecer uma federação nas colónias. Spínola tentou obter mais poder no MFA. Em 28 de setembro de 1974 foi marcada uma manifestação pró-Spínola em Lisboa. Contudo,

[...] um contragolpe trouxe centenas de comunistas e de outros elementos de esquerda para as ruas para impedir que a manifestação ocorresse. [...] Por Portugal inteiro há uma forte atmosfera de vitória do Partido Comunista e de outros grupos a esquerda do espectro político. A resignação de Spínola está a ser aclamada como ‘um triunfo sobre o fascismo’ e – repetindo os excessos do pós-golpe de 25 de Abril – multidões

‘esquerdistas’ saquearam as sedes de partidos políticos de direita no Porto. Em Lisboa, as sedes de pelo menos duas organizações de direita estão agora ocupadas por militares. (GOMES, SÁ, 2008, p. 81-82).

Spínola se demitiu em 30 de setembro. Entretanto, lidera uma segunda tentativa de golpe em 11 de março de 1975, início da segunda situação revolucionária, com bombardeio em Lisboa. Como resposta, há intensa mobilização popular, com concentrações, vigílias, ocupações, barricadas, após os apelos dos diversos partidos políticos e militares progressistas, em várias cidades como Beja, Coimbra, Covilhã, Faro, Lisboa, Porto, Setúbal, Caldas da Rainha, Angra do Heroísmo, etc. (VARELA, 2014, p. 332-333).

Realizou-se no Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, na noite de 11 para 12 de março de 1974, uma assembleia do MFA, conhecida como a *assembleia selvagem*, em que se decidiu o saneamento dos oficiais spinolistas implicados no golpe, a institucionalização do movimento, a reestruturação da Assembleia do MFA e a adoção de algumas medidas políticas, entre elas as nacionalizações de empresas, bancos, seguros, transportes e a reforma agrária. No dia 12 de março, foram extintos a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e, em sua substituição, foi criado o Conselho da Revolução (VARELA, 2014, p. 332-333).

Spínola e outros oficiais cúmplices fugiram para países com regimes ditatoriais (como a Espanha, onde foram acolhidos pelo governo de Franco). Muitos vieram para o Brasil depois e o governo Geisel concedeu-lhes asilo político. (ARCARY, 2004, p. 76-77). A Guarda Nacional Republicana (GNR), equivalente à Polícia Militar (PM) no Brasil, apoiou o segundo golpe, oferecendo contingente para a ação armada. Partidos burgueses, como o Partido Popular Democrático (PPD) e o Centro Democrático Social (CDS), estavam debilitados. A burguesia precisava enquadrar o PS e o PCP (ARCARY, 2004, p. 77).

“Após a queda de Spínola, o governo norte-americano decidiu trocar o embaixador Stuart Nash Scott, considerado um *soft-liner*, por Frank Carlucci, um *hard-liner* com vasta experiência em situações revolucionárias”. (GOMES; SÁ, 2008, p. 84). Em 9 de Dezembro de 1974, Kissinger debateu no interior do Departamento de Estado, a aprovação de um programa de ajuda econômica a Portugal, o qual foi aprovado publicamente no dia 13. Kissinger foi direto quanto ao seu objetivo: “tentar influenciar o resultado das eleições marcadas para Março de 1975” (GOMES; SÁ, 2008, p. 123). Scott escreveu a Washington em 12 de dezembro dizendo que “era importante que o anúncio público [da assistência econômica] fosse feito antes do Congresso socialista, que começa amanhã, de modo a demonstrarmos apoio aos nossos amigos” (GOMES; SÁ, 2008, p. 126).

A ajuda consistia em 20 milhões de dólares em empréstimos americanos privados para a construção de habitações, a disponibilização de especialistas do governo norte-americano para áreas prioritárias, como agricultura, transporte, administração pública, saúde e educação, o financiamento de bens e serviços norte-americanos necessários ao desenvolvimento de projetos portugueses, bem como apoio às reservas monetárias de Portugal, caso necessário. Ainda, o governo dos EUA apoiariam o país no Banco Mundial, FMI e OCDE. (GOMES; SÁ, 2008, p. 125).

A partir de 11 de março de 1975 (do III ao IV governos), houve uma situação revolucionária semelhante à que precedeu o Outubro Russo. Os proprietários e principais industriais e banqueiros, assim como grandes latifundiários, fugiram de Portugal. Verificou-se a nacionalização de parte das maiores empresas e o reconhecimento das independências africanas, com exceção de Angola. Houve generalização da auto-organização de trabalhadores, sobretudo no exército, mas sem que o duplo poder encontrasse centralização.

Demonstra Varela (2014, p. 273) que o golpe em 11 de março de 1975 surgiu como uma tentativa desesperada de um setor/fração da burguesia portuguesa para recuperar o poder, “[...] porque justamente se tinha ampliado o processo de dualidade de poderes, nomeadamente nas escolas (com a greve dos liceus de fevereiro), nos bairros, com a explosão do movimento de moradores a partir de fevereiro de 1975, e com o próprio desenvolvimento do controle operário”. (VARELA, 2014, p. 273).

Nesse período, muitas empresas foram ocupadas pelos trabalhadores. Na análise de Arcary (2004, p. 77), “A burguesia fugiu. Em 26 de março de 1975, início do IV Governo Provisório, a burguesia teme o pior. Tinha que improvisar uma representação política, atrair a maioria das classes médias e derrotar os trabalhadores”.

O Governo implantou uma série de medidas para concretização de direitos sociais, que visavam desestimular a insurreição, isto é, o deslocamento do Estado sob a direção dos trabalhadores.

[...] grosso modo, vão constituir aquilo que se determinou chamar Estado social, isto é, a alocação de recursos para o trabalho através das funções sociais do Estado (educação, saúde, segurança social, lazer, desporto, transportes públicos subsidiados, rendas subsidiadas, etc.). (VARELA, 2014, p. 305).

Além das medidas para formação de um Estado Social, a propriedade privada se modifica: 117 empresas são nacionalizadas, outras 219 têm mais de 50% de participação do Estado, 206 são intervencionadas, abrangendo 55 mil operários. Além disso, 700 empresas passam a funcionar com autogestão, abarcando 30 mil operários (ARCARY, 2004, p. 79).

Entre o IV e V governos provisórios, de julho a novembro de 1975, houve uma crise revolucionária a partir da divisão do MFA. Ocorreu também a independência de Angola. A auto-

organização levou à radicalização anticapitalista e desligamentos de massas da influência do PS e do PCP. Formou-se os Soldados Unidos Venceremos (SUV), auto-organização de soldados e marinheiros com manifestações armadas, “[...] ante-sala de uma revolução social na qual, ou o deslocamento do Estado ou um golpe contrarrevolucionário tornavam-se inadiáveis” (ARCARY, 2004, p. 76).

No final de 1975, Kissinger reuniu-se com embaixadores norte-americanos colocados na Europa e “deu instruções aos seus diplomatas para fazerem tudo o que fosse possível para combater a ameaça do avanço dos partidos comunistas no seio da Aliança Atlântica”. (GOMES; SÁ, 2008, p. 39-40). Já afirmamos que após o fracasso das tentativas de Spínola, o apoio do governo norte-americano foi a Mário Soares, do PS.

Quanto ao problema da presença de comunistas no executivo, Álvaro Cunhal, do PCP, em encontro com Scott, tratou de afirmar que ‘as preocupações existentes nos EUA sobre uma possível interferência da participação do PCP no governo português ao nível das relações entre os dois países eram infundadas’, e expressou a sua confiança de que ‘a actuação do novo executivo tornará muito mais fácil aos EUA apoiar Portugal’. (GOMES; SÁ, p. 2008, p. 46-47).

Recorrendo à Arcary (2004, p. 80) três projetos/legitimidade entraram em conflito, dividindo também o MFA.

1. Vasco Gonçalves, apoiado pelo PCP e pela maioria do MFA;
2. Mario Soares (PS) reivindicava autoridade da votação nas urnas e tinha o apoio dos Estados Unidos e da União Europeia;
3. Forças políticas anticapitalistas, reunidas em organismos de democracia direta dos trabalhadores, aquele que nascia do germen de controle operário<sup>17</sup>.

O primeiro projeto foi de Vasco Gonçalves, apoiado pelo PCP e maioria do MFA. Vasco Gonçalves surgiu no movimento dos capitães em dezembro de 1973. Coronel de engenharia viria a integrar a Comissão de Redação do Programa do MFA. Membro da Comissão Coordenadora do MFA, foi, mais tarde, primeiro-ministro de sucessivos governos provisórios (II a V). Tido geralmente como pertencente ao grupo dos militares próximos do PCP, perdeu toda a sua influência na sequência do 25 de novembro de 1975.

O PCP era a organização dirigente mais estruturada da classe trabalhadora. Foi o primeiro partido comunista a participar de um governo na Europa Ocidental após a Segunda

---

<sup>17</sup>De acordo com Vieira e Oliveira (1976, p. 20), a Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR) falava em poder popular, mas com uma concepção vagamente anarco-sindicalista. Já o MES, tendo tomado contato mais direto com a experiência chilena e contribuições de organizações italianas começou a propor o poder popular como palavra de ordem. Ainda, o MES teve o mérito de ser a primeira organização a identificar as CTs como germen do controle operário.

Grande Guerra. Álvaro Cunhal foi o dirigente de um dos partidos mais organicamente integrados a Moscou, onde a maior parte dos dirigentes passou longas estadias. O PCP chegou à revolução com uma estrutura de alguns milhares de quadros (considerando a clandestinidade); em 1975 tinha 100 mil militantes. Foi majoritário nas grandes concentrações da classe operária, nos trabalhadores rurais do Alentejo e também na população pobre do sul do país. Tinha influência no MFA. Durante o V Governo Provisório, depois da ruptura do PS, quando já não havia representantes diretos da burguesia, o PCP defendeu Vasco Gonçalves até o último dia (ARCARY, 2004, p. 81).

Cunhal (apud ARCARY, 2004, p. 82) defendeu a política dos partidos comunistas que estavam sob direção política da União Soviética: esta política tinha como conceito que a revolução social não era possível em Portugal, pois se tratava de recuperar uma economia capitalista decadente e estabelecer uma disputa entre partidos; devido a isto, houve ocupação de cargos e controle de espaços. O resultado foi uma sistemática política que atrelava as estruturas sindicais à sua própria organização, semeando divisão e desconfiança entre os trabalhadores (ARCARY, 2004).

O PCP defendeu que o poder político estava conquistado e que faltava apenas o poder econômico. Contudo, concordamos com Arcary (2004, p. 82) que se dava o oposto, pois grande parte do capital já tinha sido expropriado, mas a burguesia – politicamente - ainda estava no poder, porque detinha posições-chave nas Forças Armadas. Além disso, o PCP argumentou que o socialismo não estava na ordem do dia. Essa posição difundiu ilusões a respeito do mais importante: a luta pelo poder. Dessa forma, o PCP se tornou o principal adversário do movimento grevista, como apresentamos nos tópicos a seguir (ARCARY, 2004, p. 82).

O segundo projeto foi representado por Mario Soares (PS), que reivindicava a autoridade obtida na votação das urnas e tinha o apoio dos governos dos Estados Unidos e da Europa diretamente e indiretamente por meio dos organismos internacionais, como a OCDE. Coube ao PS o papel-chave na disputa política pela estabilização, diante da fragilidade estrutural dos partidos burgueses. Seu plano foi derrubar o V Governo, composto pelo MDP/CDE, pela divisão do MFA e, na sequência, encerrar a revolução pela via eleitoral (ARCARY, 2004, p. 84).

O PS era o partido dos trabalhadores do setor de serviços e dos operários mais moderados - maioria das classes médias -, sobretudo no centro e no norte do país, que conquistou o apoio da burguesia, da Igreja e da oficialidade reacionária das Forças Armadas. O objetivo era consolidar um regime democrático liberal estável e enterrar o mais rápido possível a experiência de dualidade de poderes. O PS esteve em todos os governos provisórios até julho



de 1975, quando rompeu com Vasco Gonçalves. Fez uma campanha contra o V Governo, operou a divisão do MFA, fomentou o Grupo dos Nove<sup>18</sup> e construiu uma mobilização que levou centenas de milhares de pessoas às ruas. Para Arcary (2004, p. 84), o PS não conseguiria se mobilizar apenas com a base social da contrarrevolução, por isso os trabalhadores que repudiavam as limitações às liberdades democráticas responderam ao seu chamado.

Mário Soares usou como bandeira a defesa das liberdades democráticas e como exemplo a ocupação pelos operários gráficos do jornal República, de Raul Rego, membro executivo do PS, jornal diário da socialdemocracia (ARCARY, 2004, p. 84-85). Os trabalhadores do jornal República ocupam e demitem a direção do jornal acusando-a de ter transformado o jornal em porta-voz dos interesses do PS. Na sequência deste incidente, os ministros afetos ao PS, abandonam o IV Governo Provisório. Os ministros do PPD - atualmente PSD -, dias mais tarde, solidarizam-se e abandonam também o governo. A ocupação do jornal manter-se-á por vários meses, até 25 de novembro de 1975. (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL, 2012).

Em 18 e 19 de julho de 1975, o PS foi às ruas em manifestação. Soares ameaçou parar o país e parecia capaz de fazê-lo. Em 20 de julho começaram os assaltos, no norte e no centro do país, contra as sedes do PCP, MES, MDP/CDE. Durante 15 dias houve saques e incêndios até contra sedes de sindicatos (ARCARY, 2004, p. 85).

A Igreja Católica se somou a essa frente enquanto autoridade moral. Seus “músculos” foram a força do aparato do PPD, partido burguês que reunia em sua maioria os quadros do salazarismo reciclado - e do CDS. Muitos milhões de dólares foram articulados pela embaixada americana dirigida por Frank Carlucci (o homem de Reagan na Nicarágua e, em 2004, grande investidor imobiliário em Portugal), para lançar jornais e manipular as rádios (ARCARY, 2004, p. 86).

Para o governo norte-americano,

A ascensão dos ‘gonçalvistas’ no aparelho de Estado, a aprovação de um amplo programa de nacionalizações e de reforma agrária, a confirmação da ‘unicidade’ sindical e a concretização da institucionalização do Movimento das Forças Armadas através da criação do Conselho da Revolução e da Assembleia do MFA, tudo somado, contribuiu para convencer definitivamente o Departamento de Estado, muito em especial Henry Kissinger, de que Portugal estava perdido para o Ocidente, acabando por se transformar ou numa ditadura militar, sob forte influência do PCP e com uma política externa ‘terceiro-mundista’, ou num país comunista, alinhado com a URSS, sendo ambos os casos inaceitáveis dado tratar-se de um Estado membro da NATO. Deste modo, a partir do 11 de Março, o governo norte-americano não só passou a dedicar uma atenção sem precedentes à revolução portuguesa, como endureceu de

---

<sup>18</sup> Grupo de oficiais de tendência moderada pertencente ao MFA e que publicaram em agosto de 1975 um documento com posições políticas e ideológicas dentro e fora das Forças Armadas, que dividiu o MFA à direita e contribuiu para o estabelecimento da democracia representativa.

modo significativo a sua posição para Portugal, começando mesmo a equacionar seriamente a adopção de uma política de ostracização de Lisboa no seio da Aliança Atlântica. (GOMES; SÁ, 2008, p. 163).

O terceiro projeto era mais frágil, porém o mais temido: anticapitalista, era aquele que nascia do gérmen do controle operário, sob a palavra de ordem *Poder Popular*. Formado por forças à esquerda do V Governo, único a defender, em tese, a necessidade da revolução socialista. Entretanto, não conseguiu sequer se afirmar como oposição à Vasco Gonçalves; contudo, o impacto de suas iniciativas políticas foi significativo. Tinha influência, embora minoritária, entre os jovens operários, estudantes e professores. Sem direção homogênea, contava com a simpatia de uma parcela grande da base socialista e comunista que, sem romper com seus dirigentes, estava pressionada pelo entusiasmo da participação nos organismos de democracia direta (ARCARY, 2004, p. 87).

A iniciativa dessa militância esteve no estopim de uma parte significativa de episódios heroicos da revolução. Não obstante, cedia às pressões das duas forças políticas mais poderosas: o PS e o PCP. Uma dessas organizações foi o MES, que "[...] surge logo e imediatamente a seguir ao 25 de Abril, com alguns poucos dissidentes do PCP, alguma gente que vinha do exílio - e com o 25 de Abril voltou -, e outros pensadores e intelectuais." (AM, 2016).

Outra força política importante foi o PRP/BR, que influenciava os Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros e que chegou a realizar em Lisboa uma manifestação armada. Em 25 de setembro de 1975, os Soldados Unidos Venceremos (SUV) conseguiram libertar dois soldados ativistas que haviam sido detidos pelo governo provisório. Em 30 de setembro, um capitão assaltou o quartel para desviar um número considerável de armas, passando-as à clandestinidade e afirmando que seriam usadas para defender as lutas do povo. Otel Saraiva de Carvalho, comandante do Comando Operacional do Continente (COPCON), uma força militar de intervenção importante, declarou, quando desafiado pela mídia, que se as armas estavam com o povo, então, estavam em boas mãos (ARCARY, 2004, p. 87).

Em 25 de novembro de 1975, o V Governo Provisório foi derrubado. Começou com uma provocação, uma ordem do estado-maior que desmobilizou alguns regimentos. Em resposta, um levante militar se iniciou: uma ala da oficialidade, comandada pelo General Ramalho Eanes, deu um contragolpe fulminante e assumiu o poder dentro das Forças Armadas, destruindo a democracia direta nos quartéis e reestabelecendo a hierarquia. O duplo poder foi minado com o fim das assembleias e o direito dos trabalhadores de se reunir dentro dos locais de trabalho. O MFA e o PCP consideraram que o país não poderia suportar uma guerra civil.

Costa Gomes decretou estado de sítio parcial em Lisboa. Nos dias seguintes, dezenas de oficiais foram detidos, encerraram-se diversos jornais, dissolveu-se o COPCON e substituiu-se as altas patentes do exército. Nos seis meses seguintes, uma parcela muito significativa da tropa foi desmobilizada. (ARCARY, 2004, p. 90-91).

Após novembro de 1975, a força da resistência operária popular ainda permaneceu viva. A eleição presidencial foi realizada em 1976, sob a propaganda de que o dinheiro da Europa e dos EUA só viriam se os *extremistas*, isto é, forças que impunham a revolução socialista, fossem derrotadas (ARCARY, 2004, p. 86). O regime político democrático-representativo implementado foi semiparlamentarista, concentrando maior poder no legislativo em relação ao executivo, tendo primeiro-ministro e presidente. Ramalho Eanes (o general de 25 de novembro) foi eleito presidente, com apoio do PS, partidos burgueses e MRPP. Mario Soares foi eleito primeiro-ministro em 1977 e o MFA dissolvido. Ao longo de três anos, apesar da resistência nos setores mais organizados, a revolução foi agonizando (ARCARY, 2004, p. 91).

Com a destruição da dualidade de poderes nas Forças Armadas, o processo assumiu uma dinâmica lenta, contudo irreversível, de estabilização de um regime democrático liberal. “A oportunidade tinha sido perdida”. (ARCARY, 2004, p. 92). Porém, o que a revolução fez em 19 meses, a contrarrevolução precisou de 30 anos para desmontar, particularmente na educação.

A Revolução dos Cravos foi uma revolução política, na qual o regime modificou-se. Entretanto, foi também uma revolução econômico-social derrotada. O terceiro projeto em disputa lutou pela imediata construção da sociedade socialista, como mostramos a seguir. Fizeram parte organizações e movimentos sociais, entre eles o da Educação.

### **3.2 Origem da gestão democrática na educação escolar durante a situação revolucionária portuguesa**

“A democracia direta é filha da revolução e a democracia representativa da contrarrevolução”. (VARELA, 2014, p. 485). Pontua Vieitez (2015, p. 28) que a participação representativa é uma categoria-mestra do sistema democrático liberal, uma invenção do mundo burguês.

O representante é eleito em princípio para representar os interesses de seus eleitores no executivo ou legislativo. Contudo, pelo princípio conceutivo da representação liberal, o eleito é livre para interpretar quais são os interesses de seus eleitores. Essa liberdade de interpretação, ou seja, de decidir à revelia dos eleitores, em geral, resulta num abismo entre os interesses dos eleitores e o que faz seu representante, nas instâncias decisórias.

Em contraposição à concepção liberal apresentada, o que ocorreu nas escolas portuguesas foi

[...] de um momento para outro, uma deslocação do poder do Ministério da Educação para as escolas, dos diretores das escolas e do corpo docente tradicional para os professores progressistas e para o corpo estudantil. Iniciativa local comandou pelo menos durante os seis primeiros meses e durante mais tempo em termos de seus efeitos. Tudo se passou como se tivessem sido ocupadas pelos próprios professores e alunos. A tomada de poder da gestão das escolas passou para comissões de alunos e professores criando a gestão democrática (STOER, 1986, p. 127).

Priorizamos dois principais aspectos na análise das concepções teórico-práticas da GD em disputa: a estrutura dos órgãos colegiados com ênfase na composição e a descentralização do poder político deliberativo com autonomia para as unidades escolares versus centralização escolar com políticas homogêneas de democratização da educação. Segundo Barroso (2003) e Dal Ri (2015), houve uma tentativa institucional com políticas homogêneas de democratização da educação e outra tentativa de autonomia para as unidades escolares, contra a lógica reformista do Estado. Entretanto, “desde a revolução até o verão, fim do ano de 1974, havia outro setor que defendia o fechamento para refazer completamente a escola. Isto foi uma posição aqui por Coimbra, mas não só, em Lisboa e Porto também aconteceu”. (AM, 2016).

As posições estavam subdivididas em três modelos de composição: majoritária a paridade entre os segmentos de estudantes, docentes e demais trabalhadores; controle estudantil; maioria docente. Entretanto, as forças políticas e o próprio movimento em conjunto reivindicavam algum formato de GD.

A tentativa institucional passava pela organização dos sindicatos e associações dos segmentos, como parte da reconstrução do Estado. A GD centralizada pelo Estado, por via dos decretos promulgados pelo Ministério da Educação, foi proposta pela composição de órgãos de gestão eleitos com maioria docente. Impunha uma democracia representativa com predomínio meritocrático, diminuindo progressivamente o poder do segmento estudantil. Já o bloco contra a lógica reformista do Estado apresentava formas variadas de composição, mas foi impulsionado pela posição do poder popular, reivindicado por forças à esquerda do PCP como maoístas e trotskistas. Era favorável à autonomia de organização em cada escola.

A maior diferença entre os blocos era em relação ao controle do Estado sobre a escola. Enquanto o primeiro bloco defendia a institucionalização da GD no quadro do Estado democrático-representativo, o segundo defendia a da escola socialista sob controle dos sujeitos escolares e trabalhadores. Dessa forma, a posição do poder popular consistia na aplicação da

democracia direta, pela base, enquanto o primeiro bloco apresentava uma concepção centralizadora, que limitava principalmente o poder do segmento estudantil.

O fundamental, descreve Stoer (1986, p. 128), é que “[...] a ocupação das escolas e formas de participação foram os primeiros passos espontâneos em direção à democratização da tomada de decisão” (STOER, 1986, p. 128). “A gestão democrática emergiu das próprias escolas e universidades. Teve aí a sua origem” (STOER, 1986, p. 155). A ocupação das escolas foi o primeiro sinal de mobilização. “Em consequência vem a GD como o primeiro elemento concreto de um movimento mais amplo, não coordenado, mas revolucionário e autoconsciente, que tinha como objetivo criar uma nova lógica para a educação” (STOER, 1986, p. 157).

Stoer (1986, p. 198) aponta que, para compreender as forças atuantes na escola, seria necessário um estudo pormenorizado dos grupos políticos do período e suas estratégias políticas, métodos de organização e fontes de financiamento. Entretanto, pelo levantamento que realizamos, há apenas um estudo sobre o Movimento Esquerda Socialista (MES) realizado por Estêvão (2004).

No caso da obra de Stoer (1986), seu estudo se centralizou nas políticas educacionais estatais implementadas. Nesse sentido, o autor dividiu as posições educacionais em dois grupos, àqueles que partilhavam do poder popular e àqueles em defesa da centralidade da alfabetização. O poder popular propunha a imediata implantação do socialismo, de modo que o governo se desse por meio de conselhos escolares autogestionados, isto é, a escola sob controle dos trabalhadores. Já a corrente da alfabetização era a política do PCP, na qual a escola deveria primeiramente ser democratizada nos moldes burgueses para vencer o analfabetismo e depois deveria se pensar no modelo gestionário. Com isso, o Estado manteria o controle sobre as escolas.

Os grupos que partilhavam a política central do poder popular tinham como prioridade a condenação da natureza de classe da escola capitalista e a criação imediata da escola socialista. Os grupos que partilhavam de uma política estratégica tinham como prioridade a expansão da escola e, ao mesmo tempo, a concretização de um poder revolucionário centralizado para a construção futura do socialismo (STOER, 1986, p. 31-32).

A corrente de alfabetização foi colocada por influência do PCP, que compôs os governos provisórios e ocupou postos nos ministérios. Já indicamos que o PCP acusava os defensores do poder popular de “*propulsores de táticas divisionistas*” (STOER, 1986, p. 58). Entretanto, “[...] seria justo dizer que a categoria dominante do movimento espontâneo nas escolas era o poder popular”. (STOER, 1986, p. 158). Esse é o fenômeno generalizado que ocorreu após o golpe de Estado do MFA, no qual destituiu Marcelo Caetano (1968-1974) em 25 de abril de 1974.

Nesse processo revolucionário, a educação se torna uma área relevante de disputa, certamente porque “[...] as revoluções não tornam meramente possível a mudança educativa, elas exigem-na. Tem que transformar o sistema educativo de modo a harmonizá-lo com o novo quadro institucional e ideológico.” (STOER, 1986, p. 28).

### 3.3 Agitação e protestos do Movimento Docente

A partir de 26 de abril de 1974, os docentes chegaram às escolas e iniciaram grupos de trabalho e articulação sindical. Durante a ditadura, a principal reivindicação do Movimento Docente era o direito de se organizar.

A 30 de Abril é constituída no Porto, em ampla assembleia, a Comissão Directiva Provisória do Sindicato dos Professores da zona Norte; a 3 de Maio, numa assembleia que encheu o Pavilhão dos Desportos em Lisboa, é constituída a Comissão Instaladora do Sindicato da zona da Grande Lisboa; depois foi o alargar progressivamente do movimento a todas as regiões do País. (REIS, 2009, p. 36 apud TEODORO, 1978, p. 124).

O movimento docente realiza a primeira eleição para uma Comissão Directiva Provisória para o seu sindicato em julho de 1974, em Lisboa, com a expressiva composição de 65% mesmo no período de férias. O segmento docente era composto por jovens professores formados na conjuntura das lutas estudantis na década de 1960 e parte formada por apoiadores da ditadura. Daí derivavam conflitos, inclusive na concepção e política sindical.

Ao PCP, juntamente com professores progressistas, deveu-se a formação dos Grupos de Estudo, que prosperou durante o período de 1969-1974. Era inevitável que uma organização como essa daria continuidade à formação sindical. Grácio (1983) afirma que a continuidade existiu entre os dirigentes, na definição regional da estrutura do sindicato, na predominância de professores do ensino preparatório e secundário, nos objetivos (quanto à defesa e a promoção dos interesses profissionais dos professores) e na participação da definição e aplicação da política nacional para o ensino. Além disso, na perspectiva política com influência do PCP.

O eleitorado destas primeiras eleições era constituído por todos os professores à excepção dos mais comprometidos com o regime anterior. [...]. A lista vencedora estava conotada com o PCP - sendo representativa dos Grupos de Estudo<sup>19</sup> -, embora na perspectiva da corrente do poder popular. O resultado das primeiras eleições para o sindicato dos professores estava assente num equívoco: o grupo vencedor era formado por uma miscelânea de votantes que requeriam a ordem em vez das assembleias das escolas, eram contra o cabelo comprido, a droga e o amor livre, e

---

<sup>19</sup>Os Grupos de Estudo dos professores do ensino secundário iniciado em 1971, foi concomitante à promulgação da reforma educacional de Veiga Simão (1971-1974) e articulou o segmento docente na luta pela organização sindical e pela GD.

desejavam a ordem da aliança MFA-Povo e a democracia portuguesa em transição para o socialismo (CEC, 1978, p. 58 apud STOER, 2008, p. 63).

Uma questão central na discussão sindical durante o processo revolucionário foi em relação à unicidade, ou seja, ter ou não uma única central: dela resultou, após 1978, uma divisão no movimento docente, com a saída do Sindicato do Norte. Posteriormente, formaram-se duas grandes divisões: o Sindicato Democrático dos Professores (SINDEP) e o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) - parte da Federação Nacional de Professores (FENPROF) (STOER, 1986).

Até 1970, cerca de 80% dos professores das escolas preparatórias e secundárias tinham contratos provisórios ou não tinham contrato. Além disso, não tinham habilitação própria para as disciplinas que lecionavam. Dessa forma, eram pagos apenas por dez meses do ano; não recebiam durante o período de férias; podiam ser dispensados sem justa causa; não tinham garantia de colocação no ano seguinte ou quaisquer direitos trabalhistas, isto é, tinham um trabalho precarizado. “Assim, tinham-se tornado, no sector do ensino secundário, aquilo que os regentes escolares eram no ensino primário: mão-de-obra barata para o Ministério Nacional da Educação”. (STOER, 2008, p. 54).

A primeira reivindicação docente foi o pagamento de férias para todos os professores, a qual foi reconhecida pelo Ministério da Educação. Em outubro de 1974, iniciaram-se negociações com o III Governo Provisório sobre a escala dos salários da função pública. “Estas negociações incluíam também a redução do leque salarial, equiparando os salários dos professores aos dos funcionários públicos com qualificações idênticas e dando prioridade às reivindicações dos professores do ensino primário”. (STOER, 2008, p. 55).

As negociações com o III Governo Provisório ocorreram no período auge de mobilização do Movimento de Educação. Em escolas que se recusavam a seguir os decretos referentes à gestão, o governo se recusava a pagar os salários dos docentes, como é o caso do Liceu da Amadora, onde havia controle estudantil na gestão.

Foram intensas as mobilizações entre novembro de 1974 e março de 1975, com manifestação em frente ao Ministério da Educação, inclusive cercando o prédio, além de reuniões sobre o Decreto-Lei 735-1/74<sup>20</sup>, que regulamentou a gestão das escolas básicas e secundárias, diminuindo o poder do segmento estudantil.

A auto-organização ocorreu por diferentes estruturas, uma delas as reuniões Gerais de Escolas (RGEs) com participação de docentes, estudantes e demais trabalhadores. As RGEs

---

<sup>20</sup>A discussão sobre o decreto é apresentada no próximo capítulo.

foram consequências diretas da necessidade de continuar o trabalho escolar, após o saneamento de reitores e diretores.

A grande maioria das pessoas foi pela primeira vez confrontada com uma série de questões; por exemplo, poder-se gerir uma escola de outra maneira, ir a assembleias. Eu lembro-me muito bem de que um dos papéis que saiu no Liceu Camões foi a dizer como era uma assembleia democrática, uma mesa, porque havia mesa nas reuniões, o que era uma pessoa inscrever-se para falar, o que era votar, porque as pessoas nunca tinham votado... Enfim, havia outra maneira de as pessoas se organizarem, que a opinião dos efectivos e do eventual eram iguaizinhas naquele momento, e que o grau de responsabilidade do professor e do aluno era igualzinho nas RGEs [Reuniões Gerais de Escolas] (SANCHES, 2004, p. 156).

Apenas após o 11 de março de 1975, a proposta dos professores acerca da questão salarial foi aceita pelo IV Governo Provisório. Por conseguinte, “[...] concretiza-se o maior aumento de salário dos professores, especialmente professores do ensino primário, verificado durante dezenas de anos”. (STOER, 2008, p. 55).



## **4 CONCEPÇÕES TEÓRICO-PRÁTICAS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR**

Neste capítulo, temos como objetivo discutir as concepções teórico-práticas da GD, seus conflitos e oposições. Analisamos a política educacional e o Movimento de Educação durante os governos provisórios e constitucional (1974-1976) em relação à GD.

### **4.1 Movimento da Educação e políticas educacionais entre 1974 e 1976**

O novo quadro institucional e ideológico estava em disputa. Projetos e ações começam a ser implementados pelas classes sociais e frações de classe que disputavam o poder político. Lima (2009) pontua que a gestão das escolas básicas e secundárias nesse período é de generalizada heteropraxia, em busca de ordenamentos alternativos e de regras próprias. A gestão das escolas tem em comum a tomada de poder pelo coletivo e o exercício da democracia direta (GRÁCIO, 1981; STOER, 1986; LIMA, 1988, 1992; AFONSO, 1993; SANCHES; NADAI, 1995; SANCHES, 2004; SILVA, 2003; SÁ, 2004; TEODORO, 2004; TORRES, 2003, 2005; SANCHES, SEIÇA, 2007).

A partir de 25 de abril de 1974, ocorreram manifestações, substituição de reitores de liceus e diretores de escolas por comissões de gestão, demissão da gerência de certas autarquias e a sua substituição por comissões administrativas, constituição de novos sindicatos, reuniões de trabalhadores nas empresas, assembleias de professores e estudantes, comissões de moradores, entre outros. Lima (1988, p. 35) considera que “estes são alguns indicadores bem expressivos das novas formas de participação, mesmo à revelia de qualquer enquadramento jurídico e formal”.

Ao que Lima (1988) se refere como novas formas de participação, consideramos que a GD é parte da dualidade de poderes estabelecida na revolução portuguesa. Perante as formas de controle que os trabalhadores construíram durante a revolução, tais como os Conselhos de Gestão e as Comissões de Trabalhadores, representantes da burguesia e da social-democracia começaram a contrapor formas de gestão controladas, como a cogestão e a codireção. Pelo contrário, a GD advém da forma organizativa de organização da classe trabalhadora, segundo a qual a luta pelo controle do processo e do produto do trabalho pode ser denominada como auto-organização, autogoverno, poder popular, autogestão e controle operário. No processo de controle do trabalho, estava em curso a desalienação e a experiência concreta de tornar-se sujeito social.

Uma das coisas que acontece logo no dia 26 de abril, descrevo várias dessas coisas neste trabalho, é que os rapazes decidem sem autorização, - porque a partir de 25 de abril tudo acontece sem autorização, sem perguntar se é possível, - deslocar-se para o pátio das moças. O pátio dos rapazes ficou deserto, nós nunca mais frequentamos. Essa é uma mudança extremamente expressiva. (LC, 2016).

A vanguarda do processo de auto-organização se iniciou nas Forças Armadas. Logo a seguir, ao 25 de abril de 1974, houve auto-organização nos locais de trabalho - inclusive nas escolas - e posteriormente nos bairros. O Movimento da Educação (principalmente no início de 1975) se fortaleceu. A mobilização ocorreu mediante greves, paralisações, ocupações, assembleias/plenárias e pela organização de cada setor em entidades/associações e sindicatos ou RGE deliberados por voto universal. Entretanto, é a partir do saneamento de antigos dirigentes, como reitores e diretores, que surge a necessidade de gerir a própria escola. A constituição de uma comissão de gestão foi o fenômeno generalizado nas escolas e universidades a partir de 25 de abril, com formas de democracia direta (STOER, 1986; LIMA, 1988). Foi o primeiro movimento auto-organizado a ser objeto de controle por parte dos governos provisórios e constitucional entre 1974 e 1976 (LIMA, 1988).

De acordo com Sanches (2004), os grupos de trabalho dos docentes deram origem às primeiras comissões de gestão, como no Liceu Camões, por exemplo. O Decreto-Lei nº. 221/74, de 27 maio de 1974 (PORTUGAL, 1974a), aprovou as práticas de auto-organização em desenvolvimento com comissões de gestão, tendo a representação de um docente eleito para executar as deliberações das assembleias ou outro tipo de plenárias. Antes da promulgação do decreto, o poder era colocado por iniciativas dos sujeitos escolares, isto é, o controle já estava em curso. “A gestão democrática era democracia direta na prática das escolas”. (STOER, 1986, p. 140). Por isso, a autonomia foi praticada por meio da democracia direta. Lima (2009) assinala que a gestão foi dominada por professores e estudantes, tendo pouca ou nenhuma participação das famílias e representantes do ministério da educação.

O período de 25 de abril de 1974 a 11 de março de 1975 é de intensa polarização no Movimento da Educação. O governo corre para controlar o Movimento, tanto que o III Governo Provisório (09/74 a 03/75) sofre quatro remodelações na pasta ministerial de Educação. Ocorre uma ferrenha luta pelo estabelecimento de uma educação socialista controlada pelos sujeitos escolares.

Discorre Arcary (2004, p. 79), que

[...] uma onda de auto-organização, formação nas empresas de comissões de trabalhadores, que aprofundou a dinâmica revolucionária da situação produziu reações. Os sindicalistas do PCP queixam-se amargurados. PCP tentava frear as greves. A pressão estudantil nas universidades impunha assembleias deliberativas.

Para compreender o Movimento de Educação durante esse período, buscamos a documentação e bibliografia que indicaram as mobilizações dos sujeitos escolares, em especial aquelas que foram noticiadas pela mídia impressa de circulação nacional, com base em Varela (2014) e nos dados coletados. Dessa forma, entendemos que o Movimento da Educação faz parte do movimento geral do processo revolucionário, seja por suas reivindicações, seja por serem realizadas por sujeitos escolares. Afinal, os sujeitos escolares atuaram interna e externamente à escola.

A seguir ao 25 de Abril, há uma explosão de mobilizações e, de fato, é uma das principais reivindicações. Não é só reivindicação, é posta em prática a gestão democrática, tanto em liceus quanto em faculdades. Nos liceus, creio eu que só ocorreu em alguns de vanguarda, e eu estou a falar apenas do universo de Lisboa, não conheço o universo do Porto, por exemplo. Alguns liceus de vanguarda, como o Liceu Padre Antônio Vieira, em Alvalade, Lisboa, houve um conselho diretivo eleito democraticamente, com a participação de professores, alunos e funcionários, do qual eu fiz parte. (LL, 2016).

No Liceu Dom Pedro V, em Lisboa, não houve aula nos dias 25 e 26 de abril de 1974. No dia 27, a organização nasceu da necessidade e da iniciativa de grupos organizados.

No dia 27, o primeiro em que voltou a haver aulas, eu e o meu grupo chamamos uma assembleia para as onze horas e pusemos à votação duas propostas. Uma, prender os funcionários que eram notoriamente da PIDE, portanto os nossos gorilas, e outra sair em manifestação de apoio dos estudantes às causas populares e assim fizemos. Prendemos dois funcionários que eram informantes da PIDE. Claro, prendemos os homens e não soubemos o que fazer com eles! De maneira que ligamos não sei para onde, na época não havia ainda o COPCON, e chamamos o MFA. Conseguimos que viesse um jipe com as tropas e levasse os funcionários. É evidente que eles devem ter parado na primeira esquina e libertado os homens, mas também nunca mais soubemos deles. Depois, a escola inteira saiu em manifestação. Foi bonito de se ver! A escola inteira saindo em manifestação em direção ao largo de Sete Rios. Chegamos e já havia uma concentração enorme em frente à escola da PIDE, porque ali tinha funcionários da escola de formação dos PIDEs e havia a informação que havia PIDEs escondidos nos subterrâneos da escola. Havia uma lenda que eu nunca confirmei, que debaixo do edifício da escola da PIDE havia uns túneis que saiam no Monsanto. Nunca confirmei se isso era verdade ou se era lenda, mas a manifestação da nossa escola depois juntou-se a essa que também foi até a escola da PIDE (LL, 2016).

Em Viana do Castelo, no norte,

Não havia propriamente uma politização, mas logo a seguir ao 25 de abril, no dia 01 de maio participei de uma manifestação. Antes do 1 de maio, participei de uma passeata organizada em apoio ao MFA em Viana. Portanto, nós aprendemos muito

rapidamente os princípios da mobilização, das reuniões magnas dos alunos, dos plenários de alunos, que depois vieram a ser importantes para a greve de 1975, na qual fui um dirigente grevista (LC, 2016).

Em 30 de abril, um Plenário do Instituto Superior Técnico, em Lisboa, reuniu 10 mil estudantes.

Os liceus estão em ebulição, num processo que vinha desde os anos 60. As universidades são palco politizado e radicalizado, onde pululam as ideias marxistas de diversas correntes. Se é verdade que o PCP era maioritário nas fábricas, ainda que tivesse de disputar muitas delas com a extrema-esquerda, nas universidades, em muitas delas, a extrema-esquerda tinha mais força que o PCP (VARELA, 2014, p. 311).

A partir de 23 de maio começou greve no ensino secundário pela abolição dos exames de ingresso no ensino superior. No dia 24 e 25 de maio, cerca de 10 mil estudantes se manifestaram pelo fim dos exames; em 26 de maio expandem-se as greves no ensino secundário; em 29 de maio foram abolidos os exames para estudantes com média superior a dez valores. “ O resultado foi que o Governo foi obrigado a deixar entrar nas universidades todos os alunos que tivessem aprovação independentemente da nota final, o que significou um aumento para o dobro [...]. Passava-se de 14 mil para 28 mil.” (VARELA, 2014, p. 311).

Em 1 de junho de 1974, ocorre uma manifestação da Intersindical contra a greve nos locais de trabalho (esta central sindical era formada por expressiva participação do PCP). Acusavam as greves e as forças políticas que as impulsionavam de ‘táticas divisionistas’, por não seguirem a política do governo provisório.

Em 9 de julho, foi aprovada a manutenção da greve por tempo indeterminado na Faculdade de Direito, dirigida pelos maoístas. Em 10 de julho, houve assembleia no IST, que exigiu saneamento do Ministro da Educação. Em 28 de agosto, o governo provisório promulgou a lei de greve, que de fato restringiu o direito à greve. (VARELA, 2014).

O verão de 1974 foi marcado pela *Campanha de Alfabetização e Educação Sanitária da Pró-União Nacional dos Estudantes Portugueses* (Pró-UNEP) (O SÉCULO ILUSTRADO, 1975).

Então cria-se uma coisa extraordinária, nesse verão de 1974, que é a criação das brigadas de alfabetização, muito inspiradas no método de Paulo Freire, brasileiro como sabes com certeza, que tem essa experiência extraordinária de criar um método para ensinar em muito pouco tempo, o povo, os operários, os camponeses, as pessoas a lerem e a escreverem (MF, 2016).

A Pró-UNEP foi iniciativa política do PCP, que durante este momento estava no governo. Em 15 de setembro de 1974, pequenas organizações<sup>21</sup>, associando-se às manifestações de solidariedade com o Chile, promovem, em Lisboa, uma manifestação de apoio. Verificou-se uma reunião nacional dos sindicatos docentes.

Em plenário ocorrido em 18 de setembro, com 68 votos a favor, 60 contra e 16 abstenções - num universo de 300 pessoas -, decidiu-se pela ocupação das instalações do Instituto Superior Económico e Social de Évora (ISESE) pelos estudantes, até serem satisfeitas as suas reivindicações. A direção do Instituto protestou contra esta ocupação e o Ministério da Educação (por considerar o ISESE uma escola particular) não se manifestou sobre a atitude tomada pelos estudantes. A desocupação ocorreu em 28 de dezembro de 1974 (VARELA, 2014).

A greve na Faculdade de Direito em Lisboa terminou em 4 de outubro de 1974. Foi realizada assembleia docente em 15 de outubro, na escola secundária Rodrigues de Freitas, onde foi fundado o Sindicato dos Professores do Norte (SPN). Acontece uma reunião com representantes dos professores de todos os liceus noturnos para discutirem uma proposta já elaborada pelo ministério acerca de sua remuneração salarial. Em 17 e 18 de novembro ocorreu a assembleia constituinte do sindicato docente do Norte.

Efetou-se a ocupação do Seminário Menor do Funchal por estudantes em 1 de novembro. Em 12 de dezembro, 300 estudantes do Liceu de Santo Tirso e outros segmentos realizaram manifestação no Ministério da Educação. Os estudantes do ensino superior e secundário de Lisboa (em reunião convocada pela direção provisória da Faculdade de Direito de Lisboa) decretaram greve em todas as escolas da cidade a partir de dia 16 de dezembro, no oitavo dia de greve de fome de Maria José Morgado, militante do MRPP, que lutava pela libertação de todos os estudantes antifascistas presos. Em 13 de dezembro, cerca de 3.600 estudantes do Liceu Nacional de Almada ocuparam a instalação de uma igreja local. Em 14 de dezembro, os estudantes da Escola de Enfermagem de São João, no Porto entraram em greve pelo saneamento de sujeitos fascistas, docentes e o diretor, que impediram a democratização da escola. A greve teve apoio de alguns docentes. O Liceu Garcia da Orta, pela Junta Diretiva gritava: "O Liceu é nosso!". (VARELA, 2014).

“A *esquerdização* das universidades era indiscutível”. (VARELA, 2014, p. 312). As universidades foram dominadas pelos professores e estudantes, tendo domínio do segmento estudantil. As forças do segmento estudantil se orientavam por correntes políticas, entre elas

---

<sup>21</sup>LUAR, GMR, MSP, LCI e MES.

correntes maoístas, trotskistas e pela União dos Estudantes Comunistas (UEC), juventude do PCP (a primeira sendo a mais forte). “Estudantes maoístas colocavam posições de controle estudantil, autogestão, controle operário” (STOER, 1986, p. 144) e publicaram cerca de 100 documentos oficiais apenas para o ensino superior. O segmento estudantil organizou um Congresso sobre a GD em 1974 e é possível indicar que dirigiu as universidades pelo menos até 1975. Entretanto, os documentos acerca do congresso realizado pelos estudantes universitários em 1974 (CD25, 1974) indicam influência política do PCP.

O governo provisório realizou, ainda em 1974, o Serviço Cívico Estudantil, programa anual de serviço social voluntário para os concluintes do secundário. Esta política interrompeu os estudos e adiou a entrada na universidade dos estudantes concluintes do secundário. Com isso, o PCP conseguiu um alcance maior para seu movimento estudantil. Esse expediente adiou o ingresso de quase 20 mil estudantes nas universidades nos dois anos em que se realizou (no primeiro facultativo, no segundo, obrigatório). (VARELA, 2014, p. 312-313).

No ensino secundário, o segmento estudantil era mais fragmentado. Em Lisboa, dividiam-se em várias entidades, como o Movimento Associativo dos Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa (MAEESL), Aliança Socialista da Juventude (ASJ) e UEC, entre outros. O MAEESL foi a entidade que organizou os estudantes antes de 1974, mas perdeu força com a criação de outros grupos durante o processo revolucionário.

Organizações distintas de estudantes (das quais muitas se combatiam) viraram-se contra a UEC e o PCP. Pode ser observado nos Quadros 3 e 4 a base social dessas organizações: o MRPP, na Faculdade de Direito e no Liceu Pedro Nunes; Impulso, ligado à ASJ, na Amadora; Toupeiras Vermelhas (a juventude da LCI) no Liceu Camões; os núcleos estudantis de intervenção política (NEIPs), com atuação do MES no ISE; *Por um Ensino Popular*, na Faculdade de Ciências, IST e no Liceu D. Pedro V.

A atuação estudantil dava-se em conjunto no ensino secundário e universitário, principalmente nos liceus. Stoer (1986, p. 141) pontua que o movimento secundarista teve força principalmente nestes liceus, onde os estudantes fizeram várias manifestações pelo fim dos exames. Além disso, eram a favor do poder nas escolas e contrários à centralização estatal.

Militantes do MDP elaboraram e distribuíram seu estatuto e programa, o qual tinha como eixo a batalha na educação e incluía a GD dos organismos de direção da educação escolar. Defendiam a participação livre e responsável na gestão escolar os estudantes, professores e outros trabalhadores da escola, bem como outras pautas inerentes à educação. (MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS, 1974, p. 55-56).

A principal luta colocada pelos sujeitos escolares logo de imediato, como já expusemos, foram os saneamentos de pessoas ligadas ao antigo regime. “É na educação que se faz o maior número de saneamentos [...]” (VARELA, 2014, p. 311). Entretanto, tanto no interior da escola como no Ministério da Educação, tais saneamentos não foram por completo. Parte daqueles que foram saneados após 25 de abril retornaram durante o I Governo Constitucional em 1976.

Uma questão importante é que, independente das mudanças dos Ministros da Educação durante os seis governos provisórios, verifica-se a manutenção de sujeitos ligados ao antigo regime: José Manuel Protes da Fonseca foi diretor-geral da Administração Escolar antes do 25 de Abril e secretário de Estado da Administração Escolar durante os três primeiros governos provisórios, indicado pelo ex-Ministro da Educação Veiga Simão (TEODORO, 1999, p. 40). Fonseca ocupou também o cargo de presidente do conselho diretivo do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), entre os anos de 1984 a 1990 e até sua morte, foi secretário executivo do Centro Europeu de Empresas com Participação Pública (CEEP) Portugal. Isso indica que durante a promulgação da legislação acerca da gestão das escolas, os legisladores eram os mesmos do período de regime autoritário, ou seja, demonstra que a estrutura burocrática se manteve. Os trabalhadores do próprio Ministério da Educação foram protagonistas de mobilizações por saneamentos que não foram realizados.

O período do III Governo Provisório (30/9/74 – 26/3/75) foi polarizado ao extremo, principalmente na área da educação. A cada novo avanço do Movimento da Educação, protagonizado pelo segmento estudantil e com expressiva participação de professores progressistas, foram realizadas modificações nos cargos do Ministério da Educação. Vitorino Magalhães Godinho foi Ministro da Educação neste período, mas em 30 de novembro de 1974, o próprio Vasco Gonçalves assumiu. Em 04 de dezembro de 1974, foi nomeado Manuel Rodrigues de Carvalho e em 05 de dezembro de 1974 ocorre modificação nas secretarias do Ministério: foi durante esse governo que a luta se acirrou entre as práticas autogestionárias escolares e o Estado.

Em dezembro de 1974, o governo aprovou o Decreto-Lei 735-A/74 (PORTUGAL, 1974b), que regulou os órgãos de gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário. O objeto central do Decreto-Lei foi a disparidade de representação entre os segmentos, já que os estudantes (sendo a maioria dos sujeitos escolares) eram também a maioria nas plenárias e assembleias que deliberavam acerca da organização escolar. Dessa forma, as escolas em que os estudantes eram mais organizados, foram dirigidas pelo segmento estudantil. É por isso que a legislação promulgada visou a criação

[...] segundo moldes que, assegurando a adequada representação dos docentes, discentes e funcionários administrativos e auxiliares, salvaguardem a seriedade do próprio processo democrático e garantam as indispensáveis condições de eficácia no funcionamento das escolas (PORTUGAL, 1974b).

Logo a seguir, está referido no decreto como deveriam se expressar as reivindicações estudantis, “[...] há que ter em conta a acção de grande relevo que, certamente, caberá às respectivas associações, cujas bases legais serão, em breve, promulgadas.” (PORTUGAL, 1974b). A lei definiu que as reivindicações estudantis deveriam se manter em associações restritas ao seu segmento, esvaziando o poder dos estudantes no controle da organização escolar.

A democracia se resolve de maneira concreta, afinal quem estava controlando a instituição escolar? Os sujeitos escolares, inclusive com a natural composição majoritária do corpo estudantil. O governo substituiu as comissões de gestão (que considerava provisórias) por três conselhos: diretivo, pedagógico e administrativo.

Pelas suas atribuições, o conselho diretivo foi o órgão mais importante das escolas secundárias, tendo a composição paritária de professores, estudantes (maiores de 14 anos) e demais trabalhadores. Esteve assim assegurado grande controle do segmento docente sobre a organização escolar. “A democracia representativa foi regulamentada por regras eleitorais precisas, apresentação de chapas, voto secreto e atas para homologação ministerial, organização mantida até a reforma educacional em 2008.” (LIMA, 2009, p. 229-230).

José Manuel Protes da Fonseca, então secretário de estado da administração escolar, aprovou o despacho n. 85/74 sobre a execução do Decreto-Lei 735-A/74, afirmando que havia

- a) situação insustentável de grande número de estabelecimentos de ensino, que têm funcionado com estruturas directivas provisórias, por vezes extremamente precárias, cuja manutenção poderá provocar a deterioração irremediável dos respectivos ambientes escolares;
- b) necessidade de experimentar um modelo de gestão devidamente sistematizado e coerente, sem o que, em 1975/76, estaríamos perante problemas escolares idênticos - ou de maior gravidade - aos que têm afectado 1974/1975 (CEC, 1978, p. 6).

O Decreto-Lei 806/74 legislou acerca do ensino superior em 31 de dezembro de 1974 (PORTUGAL, 1974c). Assim como na legislação do ensino secundário e preparatório, foi instituída a paridade entre docentes e estudantes. É, entretanto, menos retraída, pois mantém a assembleia como instância máxima de decisão. Isso se deve às universidades que estavam mais mobilizadas, principalmente pelo movimento estudantil em torno da GD. Dessa forma, o legislador discutiu o Decreto-Lei com os segmentos universitários antes da aprovação. Todavia, “[...] as leis prescreviam a reinstauração do poder de uma minoria hierarquicamente superior.” (STOER, 1986, p. 148). Gomes (1977 apud STOER, 1986, p. 143) afirmou que a GD colocou



os estudantes contra os docentes no formato de uma luta de classes, mas na prática era uma disputa de espaços, já que a expressiva maioria estudantil teve pela primeira vez o controle de seu processo de formação após 25 de abril e, com a promulgação dos decretos, esse controle foi restringido.

Stoer (1986, p. 143) afirma que os liceus recusaram colocar em prática a nova Lei (735-A/74). Também relata Varela (2014, p. 313) que

Os estudantes do liceu rejeitam, já em fevereiro de 1975, a lei de gestão aprovada pelo Governo, por considerarem que é antidemocrática, e recusam-se a participar no Serviço Cívico. Por outro lado, não aceitam que haja notas mínimas para se dispersar dos exames e não consideram as faltas eliminatórias. Iniciam, a 17 de fevereiro, uma greve geral que se prolonga pelo mês de março.

Os meses que se seguiram à promulgação dos decretos foram de intensa mobilização educacional, principalmente estudantil. "A greve nos liceus instalou-se no norte, mas expandiu-se rapidamente a todo País.". A maior central sindical, a Intersindical, foi contra a greve dos liceus em começo de 1975 (O SÉCULO ILUSTRADO, 1975).

Em 6 de janeiro de 1975, os alunos do Instituto de Arte e Decoração (IADE) do Porto ocuparam as instalações do estabelecimento de ensino. Em 17 de janeiro, os trabalhadores do Ministério da Educação protestaram contra a ineficácia do saneamento; neste mesmo dia, o Governo Provisório mandou encerrar o Liceu Rodrigues de Freitas, no Porto, paralisado desde dezembro por uma greve estudantil que pretendia sanear alguns professores. Durante a intervenção, a polícia provocou alguns feridos. Em 19 de janeiro, realizaram-se as assembleias gerais de estudantes em Lisboa e Coimbra: exigiram a eliminação do exame de aptidão para a Universidade e rejeitaram a obrigatoriedade do Serviço Cívico Estudantil, por considerarem antidemocrático e profundamente antipopular. Em 29 de janeiro, os trabalhadores da Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa ocuparam as instalações de forma a acelerar a transferência de poderes para a comissão de gestão.

No primeiro dia de fevereiro, realizou-se o plenário de professores do ensino secundário de Lisboa, no salão nobre do IST, para apreciar o decreto da GD das escolas. Quatro dias depois, no plenário da Comissão Diretiva Provisória do Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, reunido no Ginásio da Escola Josefa de Óbidos, aprova-se a aplicação do decreto n. 735-A/74, o qual regulamentou a GD das escolas. Entretanto, um comunicado do Núcleo de Professores de Lisboa do MES afirmou que "O Decreto-Lei sobre gestão dos ensinos preparatório e secundário [...] surge quando largos sectores de alunos têm vindo

progressivamente a escapar ao controlo do MEC e de forças reformistas [...]" (MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA, 1975, p. 41).

Simultaneamente, ocorria uma mobilização estudantil na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária de Lisboa: realizou-se o II Encontro Nacional de Estudantes Candidatos ao 1º ano universitário, sendo este uma iniciativa da Comissão Pró-UNEP (União Nacional de Estudantes Portugueses), para apreciar o Serviço Cívico Estudantil. A comunicação dos militares foi boicotada sistematicamente por parte de estudantes presentes.

Em 17 de fevereiro, houve graves incidentes no boicote à assembleia geral da Associação de Estudantes do Ensino Secundário de Lisboa, a qual ocorreu na Aula Magna da Reitoria da Cidade Universitária. No dia seguinte, os estudantes ocuparam as instalações da Escola Técnica Antonio Inácio da Cruz, na cidade de Grândola, em oposição às ilegalidades ocorridas no processo de eleição dos representantes dos professores à Comissão Diretiva; no dia 19, cerca de 1200 estudantes do Liceu de Abrantes entraram em greve por considerarem que o ministério teria sido incapaz de resolver os problemas da educação escolar; no dia 20, os estudantes do Liceu de Covilhão entraram em greve com ocupação das instalações em solidariedade aos restantes liceus; no dia 21 de fevereiro, os estudantes de vários liceus do País entraram em greve contra as medidas governamentais; em 28 de fevereiro, houve manifestação nacional de estudantes no âmbito da greve nas escolas.

Em 3 de março de 1975, algumas centenas de escolas se encontravam em mobilização. Em 5 de março, os estudantes ocuparam as instalações em mau estado de conservação do Colégio Belmonte (propriedade do cacique local), negando a entrada de pessoas estranhas à vida escolar, reivindicando a nacionalização do colégio que, de acordo com eles, deverá servir os interesses dos cidadãos e não interesses econômicos. No dia 6, durante cerca de seis horas, mais de 100 professores do Liceu de Almada ocuparam as instalações do Ministério da Educação, procurando resolver o problema de uma colega impedida, por motivos de saúde, do exercício das funções docentes. Os professores daquele estabelecimento já haviam dado um prazo ao MEC para resolver a situação. (VARELA, 2014).

Contamos pelo menos 16 mobilizações educacionais em um período de 60 dias no início de 1975, durante o III Governo Provisório; fora um período de instabilidade política, pouco antes do IV Governo ser implantado. Em março, o governo trabalha para impedir a insurreição dos trabalhadores: os estudantes protagonizaram a maioria das mobilizações apoiadas por trabalhadores e para pressionar o governo.

O segmento docente aprovou o Decreto-Lei da GD e a indignação e intensificação da luta veio do segmento discente. O Liceu Nacional da Amadora, maior liceu do país, estava

sendo dirigido pelo segmento estudantil e pela ASJ. Ressalta José Garcia (2016) que eles não aceitaram seguir o decreto. O Ministro da Educação, Rodrigues de Carvalho, em 1 de março de 1975 declarou que a greve

[...] ‘é de ordem política, a julgar pelos aspectos que se estão a revelar no meio da confusão que reina no ensino secundário’. No mesmo dia o PCP declara que ‘a greve no ensino é reacionária’. Os liceus não cedem. O governo usa a política do ‘pau e da cenoura’. Ameaça intervir nos liceus com medidas coercivas, por um lado, e por outro, revê os critérios de remuneração dos professores tentando evitar uma unificação entre os estudantes e professores nos liceus. Em declarações sancionadas pela Junta de Salvação Nacional, o Governo declara que vai usar os meios coercivos e encerrar escolas se não forem reconhecidos os órgãos de gestão definidos no quadro legal, em vez dos órgãos de gestão eleitos democraticamente nas escolas. O Ministério da Educação e Cultura declara que as reuniões gerais de alunos não podem revogar decretos do Governo<sup>22</sup> (VARELA, 2014, p. 313-314).

Intensas mobilizações dos estudantes secundaristas foram realizadas neste período. Podemos afirmar que atingiu o auge do período revolucionário, tendo, portanto, fortalecido o surgimento da situação revolucionária que se iniciou a partir de 11 de março de 1975. A partir dessa data, modificou-se a conjuntura, contexto que abre uma nova situação do processo revolucionário.

No período de 03 de abril a 10 de julho de 1975, as lutas do Movimento da Educação expandiram-se a partir da ação de novos sujeitos, como no caso das comissões de moradores, formadas majoritariamente por mulheres e mães. Os sujeitos escolares, docentes e estudantes, se voltam às suas reivindicações específicas; por exemplo o segmento docente a partir das questões salariais e da colocação nas escolas. Entretanto, as reivindicações específicas em conjunto, unificava o Movimento de Educação em mobilização constante. Ainda houve uma

[...] manifestação/cerco em torno ao MEC pela soberania da assembleia por professores e estudantes fazendo com que o Ministro Major José Emílio da Silva e o Secretário de Estado da Administração Escolar, Capitão Almeida (IV governo) dormissem no Ministério, pois estavam sitiados (STOER, 1986, p. 145).

Em 3 de abril, um grupo de pais residentes no Campo de Santana ocupou um palacete abandonado, na Rua Júlio de Andrade, n. 3, com o fim de transformá-lo em creche popular. Contavam já com o apoio de médicos, enfermeiros e educadores. A creche teve o nome de Ribeiro Santos, estudante assassinado em 1972, organizada e dirigida por uma cooperativa de pais.

---

<sup>22</sup>República, 1-3-5 de março de 1975, p. 20-7-12.

Em 11 de abril, sem receberem desde novembro, entraram em greve os professores do ensino liceal noturno; os estudantes do noturno ficaram solidários aos professores. “Assembleia reuniu cerca de ‘centena e meia’ de professores e alunos do noturno e teve como base a remuneração das aulas noturnas”. (O SÉCULO ILUSTRADO, 1975).

Em 25 de abril de 1975, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte. Lima (1992, p. 227) observa que “estava criado outro centro de decisão política – a Constituinte – cuja importância se revelou antes ainda da aprovação da Constituição de 1976”. A dualidade de poderes se expressava entre os organismos de trabalhadores e a tentativa de reconstrução do estado por meio das instituições democrático-representativas, como o parlamento. O resultado da eleição garantiu a legitimidade eleitoral do PS.

Em 16 de maio, houve ocupação da cantina da escola do Lavradio, em Barreiro – que até então funcionava somente para crianças pobres, pelos pais, professores e outros trabalhadores do estabelecimento de ensino com o objetivo de criar uma cantina para todos, educando as crianças no sentido do socialismo. O objetivo seguinte foi modificar os métodos de ensino e a relação aluno-professor em que o aluno é o subalterno. No mesmo dia, houve ocupação de um edifício em Cacilhas, em Almada, pelo PRP-BR, com o objetivo de criar uma universidade proletária. Em 21 de maio, em Lisboa, dezenas de estudantes concentraram-se em frente ao Ministério da Educação, manifestando-se contra o serviço cívico e a oficialização do 1º. ano universitário no corrente ano letivo.

Em 30 de maio houve ocupação de um prédio devoluto da zona do Areeiro, em Lisboa, pela comissão de moradores, com o objetivo de instalar uma escola primária e outra para adultos. Em 6 de junho, entraram em greve os professores provisórios de algumas zonas da Grande Lisboa, sentindo que os interesses da classe profissional não estavam sendo representados pelo ministério. No dia seguinte, ocorre uma manifestação na Moita para a construção de uma creche.

Em 12 de junho, acontece uma greve de zelo dos professores, estes do distrito de Évora. Reivindicaram a revogação imediata do ponto 5 da “Comissão Central de Colocações do Despacho”, de 12/5/1975, sobre colocações e reconduções que afirmaram negar, na prática, o direito ao trabalho aos professores provisórios sem habilitação própria. O quadro docente no período da revolução era de que 80% por cento da categoria não tinha habilitação própria. Com o despacho ministerial, a maioria dos trabalhadores docentes ficava sem trabalho.

Em 16 de junho, a população de Talaíde, dinamizada por uma comissão de moradores, ocupou parte das instalações da escola primária local (a qual era utilizada para guardar móveis sem interesse didático), de modo a possibilitar às crianças da localidade mais uma sala de aula.

No dia seguinte, a colônia de férias do Banco Nacional Ultramarino, em Figueiró dos Vinhos - agora propriedade do Estado -, foi ocupada por famílias e pela escola de ensino secundário local. Também houve grande manifestação de trabalhadores em Lisboa, levada a cabo pelos Conselhos Revolucionários de Trabalhadores, Soldados e Marinheiros (CRTSM). Defendeu-se a formação de um governo revolucionário e a dissolução da Assembleia Constituinte.

Em 25 de junho, um extenso grupo composto por estudantes, professores, encarregados de educação e funcionários do Conservatório Regional de Coimbra, apoiados por militantes da Liga de União e de Acção Revolucionária (LUAR), procederam à ocupação das instalações daquele estabelecimento de ensino, logo após sua diretora despedir inúmeros trabalhadores e, sobretudo, por gerir aquele estabelecimento com fins lucrativos, elitizando o acesso à educação. No dia 27 de junho, no Cacém, o movimento de moradores ocupou uma casa para creche. No dia seguinte, no Barreiro, a LUAR ocupou um prédio, devoluto há anos, para ali instalar um centro cultural de alfabetização; outro prédio igualmente desabitado foi ocupado pelo Comitê Marxista-Leninista.

Estima-se que durante o período de julho de 1975 ocorreram 86 ações de violência contra sedes de partidos à esquerda do PS. O intervalo entre julho e agosto é conhecido como *Verão Quente*. A crise revolucionária se agudizou e o MDP ficou isolado no V Governo Provisório; sua queda, porém, não enfraqueceu os processos de luta. (VARELA, 2014, p. 263).

Em 8 de julho, foi divulgado o Documento-Guia da Aliança Povo/MFA, o qual estabeleceu a defesa do poder popular e do controle operário. Tal documento foi elaborado com base nas posições do MES (VIEIRA; OLIVEIRA, 1976). Varela (2014, p. 260) observa que o MFA tentou colocar os trabalhadores e os órgãos de poder popular sob seu controle e, em particular, do Conselho da Revolução. Porém, o MFA não alcançou seus objetivos centrais, isto é, um projeto de Estado capitalista com equilíbrio entre frações de classes para evitar o poder deslocado de forma insurrecional para os trabalhadores e seus organismos, pois fora enfraquecido. “O enfraquecimento do MFA contribuirá para reforçar as formas de poder local”. (VARELA, 2014, p. 262).

É possível perceber que as mobilizações educacionais são mínimas, enquanto que as mobilizações gerais tomam enormes proporções. É provável que mais dados sobre as mobilizações do Movimento da Educação estejam em outras mídias locais de forma dispersa; um indício disso é a discussão ocorrida na Assembleia Constituinte em 15 de outubro de 1975, quando um deputado discute a questão do Decreto-Lei das escolas, questão apresentada logo a seguir.

Em 10 de julho, um movimento de moradores ocupou casa na freguesia de S. Mamede com o objetivo de implementar uma creche e um centro de convívio; em 13 de julho, têm-se ações violentas contra as sedes de partidos e organizações políticas de esquerda, registradas com maior intensidade no Norte e Centro do país; no dia 16, no Porto, houve manifestação popular pela iniciativa de comissões de moradores, pelo direito ao trabalho e à habitação, através da dissolução da Assembleia Constituinte e por um Governo apartidário e revolucionário dos trabalhadores. No mesmo dia, também no Porto, ocorre manifestação pelo poder popular e controle operário e uma manifestação unitária pelo poder popular em Lisboa, para exigir a dissolução da Constituinte e o controle operário (convocada pelas comissões de trabalhadores e de moradores). Marcam presença, pela primeira vez, centenas de militares fardados e equipados com blindados.

Em 18 de julho, no Porto, houve manifestação dos trabalhadores-estudantes com a finalidade de lutarem pela satisfação das suas reivindicações; no dia 22 de julho, em Sacavém - Lisboa, ocorre manifestação unitária pelo poder popular e pela aliança revolucionária de trabalhadores e soldados: convocada pela Comissão de moradores de Sacavém, reuniu muitas centenas de pessoas. Em 31 de julho, moradores da Torre, em Cascais, ocuparam um sobrado para ali instalar a escola de instrução primária; em 14 de agosto, houve manifestação internacionalista de trabalhadores de apoio à Revolução Portuguesa; e em 20 de agosto, em Setúbal, verifica-se a ocupação de uma casa no Bairro Salgado para instalação de uma creche e centro cultural.

“O verão de 75 com o início da crise revolucionária e mais tensões do movimento, houve dificuldades em continuar o projeto de alfabetização” (O SÉCULO ILUSTRADO, 1975, p. 17). A iniciativa tinha sido da PRÓ-UNEP no verão de 1974, e teve grande repercussão no movimento estudantil e quanto ao aumento substancial de estudantes que se organizaram na UEC e no PCP.

Na data de 8 de setembro, ocorre uma manifestação nas ruas de Setúbal, convocada pelas comissões de trabalhadores e de moradores e apoiada pela Frente Socialista Popular (FSP), LCI, LUAR, MDP/CDE, MES, PRP-BR e UDP, com o objetivo de exigir o poder popular. No dia seguinte, a população de Baltar manifestou-se pelo aproveitamento das instalações do seminário de uma congregação holandesa para o ensino liceal, ministrado num edifício sem condições.

O novo regime democrático representativo estava atuando em busca de hegemonia face às mobilizações populares. A assembleia constituinte foi eleita e os deputados iniciaram a aprovação dos itens da nova constituição. Em 10 de setembro de 1975, tendo presente o relator

da Comissão Carlos Manuel Natividade da Costa Candal (PS), ocorreu a discussão sobre o parecer proposto à terceira Comissão de Direitos e Deveres Fundamentais - Título III – Direitos e deveres econômicos, sociais e culturais. Entre os quesitos que não tiveram unanimidade estavam o controle de gestão, o ensino e a educação. Manuel Pires, do PS, afirmou

Mas nós, trabalhadores, não queremos a participação, a co-gestão ou até a co-direcção. Pela experiência dos outros povos, aprendemos que, embora a co-gestão possa ser considerada por muitos conquista dos trabalhadores, pois que representa recuos do capital, a verdade é que essas formas também são injeções de sobrevivência do inimigo principal. [...] esta burguesia incapaz, incompetente e vencida e arruinada que vem aqui a esta Assembleia, com voz chorona, apresentar um contrato aos trabalhadores portugueses no qual se lhe restaure os privilégios perdidos. Não há dúvidas de que, além de coragem, é também preciso não ter vergonha. O controle de gestão é um dos pilares fundamentais da sociedade de transição para o socialismo. É o embrião da sociedade socialista autogestionária, que nós, socialistas portugueses, pretendemos ver instaurada em Portugal (PORTUGAL, 1975, p. 1246).

Apesar da discussão sobre controle de gestão se tratar dos locais de trabalho em geral e não particularmente das escolas e liceus, ainda assim fora incluída, por fazer parte da generalidade do regime estabelecido pelo poder dual. Era, portanto, uma discussão fundamental, pois se tratava de quem e como se exercia o poder político, econômico e social. Como apresentamos, Manuel Pires mostra a divisão existente entre as forças e como vestido de aparência democrática e avançada. Em verdade, a essência da cogestão e da codireção era um recuo à marcha dos acontecimentos.

Deputados do PCP, Lopes de Almeida e Avelino Gonçalves, foram os únicos a proporem mudanças nos itens em discussão, em relação à forma. Defenderam a junção dos capítulos, de direitos e deveres econômicos, sociais e culturais e não a separação como foi proposta em três capítulos. As demais discussões foram acerca da liberdade sindical (PORTUGAL, 1975, p. 1256-1257). A liberdade sindical, defendida pelo PS com apoio da maioria dos partidos à sua direita, foi disputada contra a unicidade<sup>23</sup> sindical, defendida pelo PCP.

Isso levou a que certa altura, o PSD e o PS tentassem fazer novos sindicatos e fizeram. Uma das principais batalhas políticas em 1975 era se podia haver vários sindicatos ou se só deveria haver um sindicato, a luta sobre a unicidade sindical ou não. Venceu legislativamente a tese de que poderia haver vários sindicatos. O PSD e o PS criaram sindicatos alternativos aos sindicatos controlados pelo PCP (NM, 2016).

Manuel Gusmão (PCP) encerrou a sessão da constituinte colocando como princípios fundamentais da luta pela cultura, a “[...] unidade do desenvolvimento da personalidade e do

---

<sup>23</sup>Ter uma única central sindical.

desenvolvimento social. Da unidade da teoria e da prática, da aprendizagem e do trabalho produtivo; de unidade de instrução e de educação, da unidade dos valores pedagógicos, ideológicos e políticos.” (PORTUGAL, 1975, p. 1267). Não se referiu à democratização, participação ou controle, à GD ou qualquer questão sobre processo de deliberação escolar.

Em 11 de setembro de 1975, na constituinte, o primeiro a falar sobre democratização da cultura, posicionando-se de que existia um consenso acerca dessa questão em nível macro, foi José Augusto Seabra (PPD). Discursou sobre a liberdade da cultura e fez críticas à Marx e ao marxismo. Nessa sessão, terminou o debate de forma ampla dos itens de direitos sociais. (PORTUGAL, 1975, p. 1291-1292). No dia seguinte foi aprovado (com 3 votos contra e 2 abstenções) o documento que continha os artigos acerca da educação. Quando a discussão acerca de mudança de redação se deu início (dez minutos depois) não havia quórum e encerrou-se a sessão (PORTUGAL, 1975, p. 1327). Enquanto isso, prosseguia a abatida greve dos trabalhadores do Instituto de Alta Cultura contra a gestão da instituição. Outros serviços do ministério da educação solidarizaram-se com a luta destes trabalhadores.

Discutindo acerca das CTs e da proposta da Comissão na constituinte de que fossem eleitos por votação secreta, Américo Duarte, da UDP, questionou

Por que é que os tão apregoadores da liberdade dos trabalhadores não deixam aos trabalhadores a liberdade para estes decidirem democraticamente como pretendem eleger as suas comissões representativas? [...]. É aquele já velho hábito que vem da Constituição de 1933 de regulamentar tudo o que tem interesse para controlar a iniciativa revolucionária dos trabalhadores e deixar os outros pontos em abstracto, para que mais tarde a burguesia no poder possa fazer leis que cortem completamente essa liberdade (PORTUGAL, 1975, p. 1318).

A UDP foi o único partido, do grupo que defendia a imediata construção da sociedade socialista, que elegeu deputado para a constituinte. A posição contrária mais contundente vem da UDP que, discordando da totalidade do texto proposto, votou contra (PORTUGAL, 1975, p. 1319).

Vital Moreira (PCP) ressalta

[...] a maneira como a ideologia burguesa conseguiu apropriar-se do conceito de democracia pondo-o ao serviço do seu domínio de classe. Outro exemplo típico temo-lo claro entre nós quando se vê partidos como o CDS e o PPD a reclamarem-se do socialismo. [...] Em Portugal, ou em qualquer outro sítio, as classes que retiram do capitalismo os seus privilégios não estão nem podem estar interessadas no socialismo. Em Portugal, ou qualquer outro sítio, os partidos em que essas classes se organizam politicamente não são nem podem ser socialistas. Tenho dito (PORTUGAL, 1975, p. 1320-1321).



Em 16 de setembro de 1975, na constituinte, o PPD acusou o PCP de não integrar o VI Governo, após realizar várias reuniões para composição do governo. Apesar disto, o PCP reivindicou cargos nos ministérios. A formação do VI Governo (19/09/75-23/07/76) foi estabelecida por base em um programa próximo do Documento dos Nove, isto é, do grupo que dividiu o MFA à direita.

Em 17 de setembro, a Comissão de Moradores do Bairro do Liceu de Setúbal ocupou a sede do Clube de Tênis para a instalação de uma creche.

No dia 19 de setembro, em uma discussão constante acerca do controle de gestão na constituinte, Manuel Pires (PS) sublinha

O controle da gestão por parte dos trabalhadores é peça pela qual nós nos batemos, para que fique consagrada nesta Constituição. Quanto à participação, não só a não aceitamos, como digamos mesmo, a repudiamos. A participação, já aqui o dissemos, é a co-gestão, que também poderá ser co-decisão ou co-determinação. Estas palavras trazem implícitas a ideia de partilha com os representantes do capital, ou seja, do inimigo principal potencial, que se deseja abolir. [...]. Diz o PPD que a co-gestão é uma via para atingir o socialismo, para atingir a autogestão. A autogestão, quer dizer, gestão por si próprio, portanto sem partilha. Ora se a co-gestão representa partilha e a autogestão não, isto quer dizer que se situam em extremos opostos (PORTUGAL, 1975, p. 1453).

Já apontamos que em vista da dualidade de poderes imposta pelos trabalhadores, seja pelo controle operário, autogestão ou outras formas de auto-organização, a discussão generalizada acerca das formas de controle da produção e do Estado assumiam posições de independência do governo ou partilha. Estas questões perpassavam a discussão sobre quem governa.

Em 29 de setembro, houve manifestação em Lisboa pelo PRT, na busca da libertação dos presos políticos espanhóis. No primeiro dia de outubro, ocorre manifestação em Beja de cunho de apoio ao poder popular, reunindo cerca de 2500 pessoas e foi convocada pelo Secretariado das Intercomissões de Trabalhadores e Moradores de Beja, apoiada pela Frente de Unidade Revolucionária (FUR), UDP, ORPC (m-l) e sindicato docente, com a presença de soldados e dos SUV. Contudo, houve repressão. No dia 3, prosseguiu a manifestação popular de protesto contra a transferência de soldados que participaram na manifestação de 1 de outubro. No Porto, verifica-se uma manifestação de trabalhadores, soldados e oficiais milicianos junto do Centro de Instrução de Condução Auto do Porto (CICAP), em protesto contra o saneamento *à esquerda* de oficiais e soldados.

Em 8 de outubro, na Amadora, houve manifestação pelo poder popular, promovida pelo secretariado da Assembleia Popular da Amadora. No dia seguinte, os trabalhadores dos Serviços

Centrais do ministério da educação, em luta durante meses, entraram em greve por não terem sido satisfeitas as suas reivindicações. Ocorre manifestação pelo poder popular em Alverca em 15 de outubro.

É interessante notar que na sessão da constituinte, Gonçalves Sapinho (PPD) afirmou que o Decreto-Lei n.º 735-A/74 consagrou o regime jurídico da GD; a GD foi discutida pela primeira vez na Constituinte em 15 de outubro. Sapinho assinalou que era diretor da única escola democrática antes de 25 de abril, pois tinha estudantes e população geral como consultivos na gestão (PORTUGAL, 1975, p. 1944).

De uma forma autoritária, passávamos à mais avançada gestão democrática do mundo ou quase autogestão, e digo quase porque ainda existe um ténue cordão umbilical que liga as escolas ao MEIC. [...] Pois considero que a situação criada nas escolas é insustentável e é – o porque se fez a confusão da democratização do processo de gestão com a anarquização do mesmo processo ao passar-se abruptamente de um sistema para outro sem que se tenha feito o correcto processo de aprendizagem do sistema adoptado. [...] Porquê, em Portugal, o sistema de gestão democrática mais avançado do Mundo? [...]. Os alunos, guindados à posição de gestores, adquirindo a maioria por concessão, que não por evolução natural, abraçam a nova medida pseudo-revolucionária e vão aproveitá-la, não para participarem numa gestão autêntica, mas numa farsa em que só eles são os sacrificados. [...]. A escola é transformada em campo aberto de querelas e lutas partidárias, em que as juventudes afectas dos vários partidos, incomodando-se mais com a disciplina partidária, relegam para plano secundário o que seria essencial: a aprendizagem. (PORTUGAL, 1975, p. 1945-1946).

É possível perceber que os interesses privados da educação escolar, representado por Sapinho, não estavam de acordo com a auto-organização realizada pelos sujeitos escolares. Como eixo da questão, Sapinho questiona as escolas que estavam sob controle estudantil. Inclusive, é com a leitura de que houve uma anarquização geral na escola básica e secundária durante 1974 e 1976, que o PPD, atualmente PSD, desqualifica o processo de GD na revolução. O próprio processo de controle da educação escolar é por si só um processo essencial de ensino-aprendizagem e as consequências da formação dos estudantes deste período são opostas às que ele se refere. Não há indício de que os estudantes deste período tivessem reduzido seu nível de aprendizado, pelo contrário, a juventude dessa geração ocupa os principais cargos e responsabilidades políticas do Estado. O dirigente estudantil da Faculdade de Direito de Lisboa, atualmente é o responsável legal do país pelas negociações com a União europeia, por exemplo.

Sapinho denuncia que a GD é apenas formal e reivindica o professor como dirigente da sala de aula. Defende uma gestão como sinônimo de eficiência. Embora pela aparência o questionamento seja progressivo, em essência esse tipo de pressão exerceu recuos na mobilização pelo controle da escola.

Os professores, reduzidos à menoridade, como castigo para expiação dos pecados cometidos, ficam impotentes perante a situação. Totalmente desarmados, tentam afastar-se de uma luta desigual e vão recuando, recuando, até à demissão total da sua nobre missão. [...] Não somos contra a democratização da estrutura escolar. Defendemos e propomos que se faça a democratização, mas por fases e com realismo, uma democratização que seja irmã gémea da eficiência. Avancemos nessa democratização até atingirmos ou ultrapassarmos a actual situação a que irrealisticamente fomos conduzidos pela irresponsabilidade e pela incompetência, que em vez de uma democratização produziu a anarquia no campo da vida nacional do qual todos os outros dependem – o campo da educação. Os professores devem ser colocados no lugar que lhes compete e a direcção das escolas confiada a quem tem competência profissional para tal. Faço votos [...] de modo a salvaguardar aquilo que a todos é caro – a eficácia. Mais um ou dois anos de anarquia, Sr. Ministro, e fica consumada a terrível tragédia da geração a que pertencemos – a de não termos sido capazes de preparar a geração que nos suceda. Tenho dito (PORTUGAL, 1975, p. 1945-1946).

Apoiando-se na defesa do setor docente, Sapinho desqualifica o movimento. Se os estudantes não estivessem gerindo ou tendo expressiva composição nos órgãos de gestão das escolas, contrariando o Decreto-Lei, o deputado não teria utilizado seu tempo para discutir tal questão. Isso indica que parte relevante dos sujeitos escolares estava lutando pelo controle de gestão, mesmo depois de quase um ano de promulgação dos decretos.

Verificamos que o PPD se organizou para defender sua posição política nos decretos relacionados à educação na constituinte com base e referência a Declaração Universal dos Direitos do Homem, de matriz liberal. Além disso, o PPD fez uma série de requerimentos de conteúdo meritocrático ao Ministério da Educação, como forma de pressão para interferir nas mobilizações educacionais e na democracia direta das escolas.

No dia 23 de outubro, houve concentração no Rossio, em Lisboa, de trabalhadores, soldados e marinheiros, na luta pelo avanço e reforço das assembleias populares. Centenas de comissões de trabalhadores e de moradores e outros órgãos de poder popular, da e além capital, aderiram. No dia seguinte, verifica-se manifestação em Lisboa pelo avanço da organização popular em que obteve grande adesão. Em 26 de outubro, em Faro, ocorre também uma manifestação pelo poder popular, convocada por órgãos de poder popular, União dos Sindicatos, FUR, CMLP, UDP e PCP. No final, manifestantes ocuparam o governo civil da cidade.

Em 11 de novembro de 1975, houve manifestação em Lisboa de apoio ao povo angolano, promovida pelos setores estudantis da LCI, MDP, MES e UEC. No dia 20, tem-se manifestação unitária em Viana do Castelo, convocada por algumas comissões de moradores e de trabalhadores do conselho de Viana do Castelo, para reforçar o poder popular e contra as manobras contrarrevolucionárias.

No dia 25 de novembro, o Presidente da República decretou estado de sítio na região militar de Lisboa. No dia 27, os generais Carlos Fabião e Otelo Saraiva de Carvalho são

destituídos dos seus cargos: o general Antonio Ramalho Eanes se torna o novo chefe do Estado – Maior do Exército.

No Porto, houve manifestação com cerca de 15 mil pessoas contra os saneamentos à esquerda e contra a repressão, apoiada pela FUR e SUV. No dia 28, é suspensa a publicação dos jornais estatizados e ocorre a demissão de todos os membros dos respectivos conselhos de administração, direção e conselhos de redação.

Em 25 de novembro, foi restabelecida a chefia militar e desapareceram os centros de poder dual, fato que se reflete, fatalmente, nos movimentos e mobilizações populares. As mobilizações conquistam, a partir de 25 de novembro, um controle de redes com apoio civil e militar, a criação de novas formas de exercício da autoridade do Estado, pelo centralismo institucional das forças armadas, etc. Com o restabelecimento da chefia militar, desapareceu a conjuntura extraordinária que permitiu o avanço das mobilizações e o processo de aprendizagem política pelo qual passaram várias dezenas de milhares de portugueses (REZOLA, 2005, p. 964).

Para a educação, de acordo com Lima (2009), fica clara a subordinação a uma administração centralizada que procura regulamentar o sistema de gestão das escolas para poder vir a reassumir o seu controle. Entretanto, as práticas autogestionárias se mantiveram até 1976, quando o Estado retomou a centralização das escolas (LIMA, 2009, p. 232).

Analisamos os projetos dos partidos para a constituinte, CDS, MDP/CDE, PCP, PS, PPD e UDP. Em nenhum deles aparece a GD ou formas de controle e gestão das escolas. Contudo, a Constituição de 1976 apresentou no art. 1º a sociedade sem classes e no art. 2º a “transição para o socialismo mediante a criação de condições para o exercício democrático do poder pela classe trabalhadora.” (STOER, 1986, p. 62). A 1ª revisão em 1982 modificou o art. 2º para “transição para o socialismo mediante a realização da democracia econômica, social e cultural e o aprofundamento da democracia participativa”. (STOER, 1986, p. 62). É somente a partir dessa revisão que a GD é consagrada na Constituição de 1976, no âmbito da democracia representativa liberal burguesa. No art. 77, participação democrática no ensino, inciso 1: “os professores e alunos têm o direito de participar na gestão democrática das escolas, nos termos da lei” (PORTUGAL, 1976).

Apesar das defesas enfáticas dos deputados do PCP e do PS pelo controle da gestão para os trabalhadores na constituinte, foram estes partidos que participaram ativamente de seus recuos. O PCP teve participação direta pelo controle das associações e sindicatos, que incidiram em freios e até mesmo no fim das greves e manifestações pelo poder popular. Já o PS, como

governo, foi o partido que implementou todos os retrocessos à GD, com início no I Governo Constitucional (LC, 2016).

O I Governo Constitucional (com o PS como governo) instituiu o Decreto-Lei nº 769-A/76, em 23 de outubro - de autoria de Sottomayor Cardia, militante da mobilização acadêmica e popular de 1962; sua gestão foi altamente formalizada e suas competências predominantemente de execução institucional das políticas e orientações do governo central. Todavia, os estudantes perderam a representação paritária no conselho diretivo e a referência às assembleias dos segmentos desapareceu (LIMA, 2009, p. 232). Esta mudança foi fortemente contestada pelos segmentos, mas como afirma Antonio Manuel (2016), os estudantes foram derrotados. A luta contra o decreto do Ministro Sottomayor Cardia sinalizou de forma aparente a derrota do Movimento da Educação pela dualidade de poderes consagrada após 25 de abril.

No Quadro 5, podemos observar a síntese dos diplomas legais em relação a GD entre 1974 e 1986. A partir da institucionalização da democracia representativa por colegiados sob o termo GD, a gestão “[...] revelou-se muita gestão para pouca democracia e para pouca, ou mesmo nula, autonomia” (LIMA, 2009, p. 234). A consolidação da democracia representativa por colegiados resultou na diminuição da participação efetiva dos sujeitos escolares. No caso dos estudantes, praticamente a participação foi nula e a participação dos demais trabalhadores normalmente ficou subordinada aos docentes. É nesse momento que a GD se torna objeto dos discursos políticos e legislações educacionais (LIMA, 2009).

**Quadro 5** – Síntese dos diplomas legais de GD entre 1974 e 1986

Legislação	Designação	Publicação	Revogação	Governo	Ministro da Educação	Órgãos
D.L. nº 221/74	Comissões de Gestão	27/05/1974	21/12/1974	I Provisório	Eduardo Correia	Comissão de Gestão
D.L. nº 735-A/74	Órgãos de GD	21/12/1974	23/10/1976	III Provisório	Rodrigues de Carvalho	Cons. Directivo Cons. Pedagógico Cons. Administrativo
D.L. nº 769-A/76	Órgãos de GD	23/10/1976	-	I Constitucional	Sottomayor Cardia	Cons. Directivo Cons. Pedagógico Cons. Administrativo
Port. nº 677/77	Regulamento do Conselho Directivo	04/11/1977	-	I Constitucional	Sottomayor Cardia	Conselho Directivo
Port. nº 679/77	Regulamento do Conselho Pedagógico	08/11/1977	12/11/1980	I Constitucional	Sottomayor Cardia	Conselho Pedagógico - C. Grupo - C. Ano - C. Turma - C. Curso

<b>Port. nº 970/80</b>	Regulamento do Conselho Pedagógico e dos Órgãos de Apoio	12/11/1980	31/07/1986	VI Constitucional	Victor Crespo	Conselho Pedagógico - C. Grupo - C. Turma - C. Curso - C. Dir. Turma - Dir. Instalação
<b>D.L. nº 221-B/86</b>	Regulamento de Funcionamento do Conselho Pedagógico e Órgãos de Apoio	31/07/1986	03/02/1989	X Constitucional	João de Deus Pinheiro	Conselho Pedagógico - C. Grupo - C. Turma - C. Dir. Turma - C. Consultivo

**Fonte:** Adaptado de Lima (1992, p. 299-300).

Os aspectos predominantes dos diplomas legais descritos no Quadro 5 são, de acordo com Lima (1992, p. 299-300), os seguintes.

Em 25 de maio de 1974 com a comissão de gestão tem regulamentação incipiente, uma concepção sincrética da gestão escolar e a base prática de formas de democracia direta (por ausência de regulamentação), isto é, controle da organização escolar pelos sujeitos escolares. Em alguns casos, como no Liceu Camões, uma gestão paritária entre estudantes, trabalhadores docentes e não-docentes. No Liceu da Amadora, por exemplo, houve controle estudantil, na qual os estudantes como maioria tinham maior poder de deliberação quando concentrados.

Em 21 de dezembro de 1974 foram instituídos os órgãos da GD, com o conselho diretivo, o conselho pedagógico e o conselho administrativo. A divisão do controle da organização entre órgãos distintos busca homogeneizar a democratização da gestão, enfraquecendo a forma espontânea que cada escola adotou. O conselho diretivo concentra maior poder sobre a organização escolar. A primeira delas é garantir o controle da escola pelo setor docente, diminuindo o poder do corpo estudantil. Tem caráter experimental, para vigorar por período limitado. Tentativa de introdução de formas de democracia representativa. Representação paritária de professores e alunos no conselho diretivo das escolas secundárias. De encontro, forte mobilização do segmento estudantil, enquanto o setor docente aprova em sindicatos e plenárias a aplicação do decreto. (LIMA, 1992, p. 299-300).

Em 23 de outubro de 1976 os órgãos da GD são novamente regulamentados. Houve normalização da vida escolar. Concepção definitiva de democracia representativa: fim da representação paritária no conselho diretivo, acento na gestão em detrimento do poder de direção. Forte mobilização dos segmentos escolares contrários a aplicação do decreto, que adia

maior fragmentação do controle dos sujeitos escolares. Ao mesmo tempo, o governo impõe maior centralização ao ministério. (LIMA, 1992, p. 299-300).

Em 04 de novembro de 1977, houve regulamentação pormenorizada do funcionamento do conselho diretivo como órgão deliberativo. Atribuições do conselho diretivo e competências dos seus membros docentes, discentes e representantes do trabalhador não-docente. Houve manifestação de falta de autonomia do conselho diretivo face ao ministério da educação. 4 dias depois, é regulamentado de forma muito pormenorizada o conselho pedagógico, com atribuições e competências dos seus membros. Institui órgãos de apoio e descrição pormenorizada das penas disciplinares aplicáveis aos estudantes e respectivos procedimentos. (LIMA, 1992, p. 299-300).

Em 12 de novembro de 1980, novo regulamento do conselho pedagógico, muito pormenorizado e formal. O conselho de ano é extinto e são criados os Conselhos de Diretores de Turma e os Diretores de Instalações, como órgãos de apoio ao conselho pedagógico. (LIMA, 1992, p. 299-300).

Em 31 de julho de 1986, nova composição do conselho pedagógico. Novas regras de nomeação dos Diretores de Turma. Extinção do Conselho de Curso e do cargo de direção de instalações. Criação do Conselho Consultivo. (LIMA, 1992, p. 299-300).

Em situações revolucionárias, as reivindicações democráticas possuem a característica de se tornar transitórias e revolucionárias, se for dirigida de forma independente por uma força política. Entre fevereiro e junho de 1975, criou-se um embrião de coordenação nacional das Comissões de Trabalhadores, que não resistiu à crise revolucionária.

A dualidade de poderes colocada por intermédio do poder popular e de forma espontânea (pela necessidade imediata de organização dos sujeitos escolares) demonstrou sua força, independentemente de ter sido derrotada. Certamente, como Stoer (1986, p. 145) considera, o processo espontâneo nas escolas não tinha a coesão nem as estruturas organizativas necessárias para manterem essa dinâmica. Do período de frenética atividade, passa, gradualmente, para os limites da política representativa.

Basicamente, o período revolucionário representou a máxima utilização dos recursos do país para a igualdade social e econômica e mecanismos para o socialismo. Porém, estes recursos não proporcionaram direção revolucionária, isto é, não tornaram aquela possibilidade insurrecional parte da revolução permanente. Uma força política importante que tinha condições estruturais de impulsionar e organizar os trabalhadores estava sob direção política da 3ª Internacional degenerada: o PCP.

As forças políticas articularam na educação (enquanto parte do processo de mobilização popular) medidas como: a) liberdade de expressão, reunião e associação nas escolas e na sociedade; b) assembleias de escola regidas por procedimentos democráticos; c) associação de estudantes e a criação de sindicatos autônomos de professores; d) “desfascização” dos currículos escolares; e) pedagogia humanista; f) trabalho manual associado ao trabalho intelectual (STOER, 1986, p. 63).

Ao contrário do que se poderia pensar, o movimento de educação, por meio da atuação de seus sujeitos, durante um período liderou, juntamente com o conjunto de trabalhadores, o processo revolucionário, em vez de o ter meramente acompanhado. (STOER, 1986, p. 63).

#### **4.2 É possível caracterização das regiões e escolas mais avançadas?**

Já apresentamos que as concepções teórico-práticas em disputa estavam subdivididas em sua composição em: a) participação paritária na gestão da escola entre os segmentos de estudantes, funcionários e docentes, sendo esta majoritária; b) controle estudantil, ou seja, gestão com maioria estudantil; c) maioria docente. Podemos apontar que a maioria estudantil teve menor expressão na escola secundária. Porém, não há pesquisa sobre a composição de cada escola, por isso não temos como apresentar um quadro mais preciso.

É difícil determinar com precisão as regiões e escolas mais avançadas em relação à política da GD. Para isso, seria necessário um estudo aprofundado de cada escola do país. Localizamos dois estudos que tratam da região norte (nos liceus de Viana do Castelo (LIMA, 1992) e Póvoa do Varzim<sup>24</sup> (TORRES, 2003). Entretanto, é possível apontar que a Grande Lisboa foi o centro do processo, tendo, portanto, refletido nas escolas em sua totalidade. Já que há consenso na literatura acerca da auto-organização nas universidades, Porto (na região Norte) e Coimbra (no Centro) são importantes devido a sua concentração estudantil.

A escola Rodrigues de Freitas, no Porto, nos indica relevante expressão para este estudo. Foi importante aglutinadora dos Grupos de Estudo dos Professores secundários durante a Reforma Veiga Simão (1971-1974). Durante o período estudado, foi uma das escolas encerradas após a intervenção do governo durante o auge do Movimento da Educação (12/1974-03/1975). Além disso, Setúbal tinha influência da corrente comunista e anarquista, a qual deve ter influenciado as escolas no período. Coimbra é uma cidade histórica no Movimento da Educação devido ao seu caráter universitário, que concentra os segmentos de forma expressiva.

---

<sup>24</sup>Apesar do estudo aprofundado sobre o liceu, a autora aborda apenas a perspectiva docente. Entretanto, o órgão eleito após o primeiro e segundo decreto tem composição paritária entre docentes e discentes.



Encontramos indícios de forte mobilização do segmento estudantil nos liceus na Grande Lisboa, como o Liceu da Amadora, Liceu Dom João de Castro, Liceu Dom Pedro V, Liceu Padre Antônio Vieira e Liceu Pedro Nunes. A Amadora é a quinta maior cidade do país, com 200 mil habitantes; à época, era uma cidade industrializada, com cerca de cinco mil estudantes no liceu. Os dados coletados nos indicam ser Amadora o único liceu com maioria estudantil na gestão, isto é, “controle estudantil” como reivindicado.

Como já apresentamos em capítulo anterior, as forças políticas no movimento secundarista da região de Lisboa foram formadas em torno de três grandes entidades estudantis: ASJ, dirigida por trotskistas; a UEC, corrente estudantil do PCP e o MAEESL, dirigida pelos maoístas.

O movimento docente estava mais organizado no Porto e na Grande Lisboa. Os sindicatos do Norte e da Grande Lisboa atuaram ativamente pela construção da gestão democrática e a defesa de sua categoria, antes e durante o período revolucionário. É possível indicar que a revista *O Professor* trouxe importantes contribuições acerca do direito de sindicalização e da participação docente na gestão antes de 25 de abril.

Segundo os informantes da pesquisa (participantes do processo revolucionário), a atuação na época levou-os a uma transformação ideológica; é consenso entre eles que essa experiência foi a mais importante de suas vidas, principalmente por serem jovens.

### **4.3 Oposições e conflitos nas concepções teórico-práticas sobre a GD**

Os principais conflitos existentes entre as concepções teórico-práticas sobre a GD se devem à localização do segmento e sua posição política. Consideramos que não há uma posição política a priori devido à composição do segmento de forma isolada, isto é, apesar de existirem diferenças entre os interesses de cada segmento, a posição política do sujeito não é determinada necessariamente por esses interesses.

Um dado importante em relação à expansão do ensino a partir da década de 1960 é que muitos novos docentes vieram da tradição das lutas estudantis universitárias (1962-1965-1969), como ilustra a entrevista de uma docente a seguir.

Mas aquilo que se começou a dizer em 69 dizia-me muito mais que era o pôr em causa os próprios aparelhos escolares e tentar minar as faculdades pelos conteúdos e pela organização que elas tinham. Ultrapassava a fase de 62 que era a fase da autonomia, a democracia [...]. E foi com essas movimentações em curso que eu deixei de ser estudante e passei a ser professora (SANCHES, 2004, p. 142).

A luta dos estudantes universitários na crise acadêmica de 1962 centra-se no direito de associação, portanto, de discussões sobre a autonomia e democracia. Já a crise acadêmica de 1969 trouxe à tona uma questão essencial e avançada, haja vista a função da escola na sociedade capitalista, sua organização e conteúdo. Por isso, conflitos em relação à posição política e faixa etária eram bem expressas no corpo docente, “[...] mais elevada nos liceus das grandes cidades e mais jovem naquelas onde se encontravam professores recém-licenciados pelas faculdades, com experiência e envolvimento nas lutas estudantis.” (SANCHES, 2004, p. 147).

É possível perceber que a participação do PCP no governo causava conflitos internos nas escolas.

[...] é democratizar, mas como é que se faz? Não há ideia sobre isto. O Ministério da Educação é um vazio, mas é um vazio recheado por dois tipos de pessoas. É o burocrata que continuou como estava antes do 25 de Abril ... houve ali uma estrutura que ficou como estava com a maior parte dos cargos e a introdução de infiltrações de PC's que tinham ideias muito claras, pelo menos nas suas perspectivas, para a tal democratização do ensino, mas que achavam que eram os únicos detentores das propostas de democracia (SANCHES, 2004, p. 151).

Os conflitos existentes no interior da escola se centravam pela polarização dos sujeitos em mobilização e as “posições de resistência e rejeição, de conformidade e acomodação” (SANCHES, 2004, p. 144), herdadas da formação ditatorial dos sujeitos durante os últimos 50 anos. Essa posição se dava principalmente no corpo docente. Como aponta uma professora do Liceu Maria Amália, que também lecionou no Liceu Pedro Nunes no final da década de 1970, “[...] em algumas escolas não chegou a construir-se uma ordem nova.” (SANCHES, 2004, p. 144).

O Liceu de Póvoa do Varzim representa um modelo de liceu institucionalizado, isto é, que seguia e inclusive solicitava a normatização do Ministério da Educação (TORRES, 2003).

O Liceu de Póvoa do Varzim, em comparação a outras escolas de expressiva mobilização, só reafirma a tese de que a auto-organização criou a GD, com a essência da luta pelo controle do trabalho. Nesse caso, a institucionalização passou desde cedo pela normalização e retornou ao vazio participativo existente na democracia representativa (LIMA, 1992).

A relevância da mobilização estudantil era determinante em muitas escolas, “fosse no sentido de esquerda ou de direita.” (SANCHES, 2004, p. 146). É possível indicar que, durante 1974-1976, as lutas se davam sempre à esquerda, mas a partir de 1976, chamado período de normalização (LIMA, 1992), as lutas começam a ser travadas entre esquerda e direita. Ressaltam Licínio Lima (2016) e Antonio Manuel (2016) que antes a direita existia, porém

encontrava-se “silenciosa”, isto é, não tinha condições de expressar-se; após 1976, contudo, consegue se organizar e disputa as direções associativas e sindicais.

Os conflitos tinham “[...] mais força ainda, quando se tratou de contestar as primeiras ingerências do Ministério da Educação (ver Decreto-lei nº735-A/74) nos hábitos de soberania revolucionária instalados em algumas escolas.” (SANCHES, 2004, p. 146-147).

[...] o Ministério desde muito cedo fez marcha atrás, eu não sei se ele alguma vez fez marcha à frente. O Ministério não tinha projectos de grandes modificações de escola [...], mas depois aquilo que se vai fazendo constantemente é limitar por todas as formas a gestão democrática. Parte dessa luta e agora já não estou só a falar do [Liceu] Camões e a falar dos anos seguintes, depois no [Liceu] de Almada, o que se tratava era precisamente de lutar para defender a gestão, para defender essa autonomia [...] o Ministério tem sempre feito muito mais de travão do que propriamente de impulsionador (SANCHES, 2004, p. 150).

Uma força importante na área da educação e inclusive propulsora do poder popular em Portugal foi o MES<sup>25</sup>.

[...] defendia claramente que a definição política da educação não poderia confundir-se com a definição oficial que o Estado poderia eventualmente dar, mas ela tinha a ver sobretudo com o poder que devia ser recolocado na periferia, ou seja, nas escolas, dando assim cobertura institucional às práticas autonómicas que, entretanto, ocorriam nos anos de 1974 e 1975 (ESTÊVÃO, 2004, p. 212).

A posição do poder popular (nesse caso particularmente do MES) defendeu que as assembleias deveriam se constituir em órgãos deliberativos e, por isso, em órgãos máximos de decisão da escola, rejeitando, entre outros aspectos

[...] o papel de árbitro do MEC. Neste ponto, os núcleos estudantis de intervenção política (do MES) eram particularmente enfáticos. Para estes, as RGA's [Reuniões Gerais de Alunos] e RGE's [Reuniões Gerais de Escolas] deveriam ser os órgãos deliberativos da escola, concentrando o poder máximo de decisão (ESTÊVÃO, 2004, p. 212-213).

As Comissões de Gestão não eram órgãos consensuais, mesmo entre os defensores do poder popular. Afirmaram os estudantes.

Snr Ministro e Snres Subsecretários, queremos fazer mais uma pergunta que nos parece importante: querem de uma vez por todas acabar com os famigerados cargos

---

<sup>25</sup>De acordo com Vieira e Oliveira (1976, p. 20), a Liga de União e Ação Revolucionária (LUAR) falava em Poder Popular, mas com uma concepção vagamente anarco-sindicalista. Já o MES, tendo tomado contato mais direto com a experiência chilena e contribuições de organizações italianas começou a propor o Poder Popular como palavra de ordem. Ainda, o MES teve o mérito de ser a primeira organização a identificar as Comissões de Trabalhadores como embrião do controle operário.

de reitores e directores? Se sim, então não basta sanear as pessoas mas também as estruturas! (ESTÊVÃO, 2004, p. 216).

O MES pontuou que as Comissões de Gestão poderiam ser utilizadas por forças reacionárias, pois o que garantia o controle de base eram as assembleias deliberativas. Entretanto, afirmava que a composição do órgão devia ser paritária. Dessa forma,

[...] o MES considera, então, ser necessário manter a vigilância sobre as comissões de gestão (pelo ‘controlo da base’), nomeadamente por parte das assembleias deliberativas, e defender a paridade entre professores e alunos nestes mesmos órgãos (com a possível excepção para o ensino preparatório), procurando enraizar a luta pela democratização da escola, pelo aprofundamento dos poderes e da ‘democracia de base’ essencial ‘mesmo num Estado socialista’ (ESTÊVÃO, 2004, p. 215).

Pelo núcleo de professores do Porto, esse movimento pontua que no quadro da democracia direta, as Comissões de Gestão deveriam exercer

[...] apenas funções de coordenação e de execução de iniciativas decididas democraticamente pela *comunidade escolar*. Já anteriormente, o núcleo de professores de Lisboa, em 4 Fev. /1975, afirmara o *carácter coordenador e executivo do Conselho Directivo*, devendo ainda os órgãos de gestão *responsabilizar-se perante a escola, através das suas assembleias, rejeitando o papel de árbitro do M.E.C.* (ESTÊVÃO, 2004, p. 216).

Em relação à perspectiva dos estudantes, o mesmo movimento

[...] manifestavam, depois, estranheza quer pela não participação dos estudantes na elaboração do decreto entretanto publicado (Decreto-Lei nº 735-A/74, de 21 de Dezembro), quer por se ter escolhido o período de férias para a sua divulgação; finalmente criticavam o ministro por este se referir ‘ao clima insuportável’ que estaria a criar-se nas escolas, acrescentando: ‘achamos que a democracia não se pode pôr em termos de aceitar ou apanhar com medidas repressivas ou mesmo de nos habituarmos todos a obedecer cegamente às estruturas superiores como noutros tempos’ (ESTÊVÃO, 2004, p. 220-221).

De acordo com Estêvão (2004), o MES se posicionou totalmente contrário à imposição do Ministério da Educação de um modelo único de gestão, principalmente após o Decreto-Lei nº. 735-A/74, o qual instituiu o conselho directivo.

Salienta Sanches (2004, p. 147) que “[...] o conflito interno na escola parece ter resultado muitas vezes mais da divergência quanto às estratégias para a acção do que quanto aos princípios que lhes subjaziam”. Durante o processo revolucionário, a discussão de construção de uma nova educação, no marco socialista, foi generalizada. Todavia, a divisão entre forças no

movimento dificultou a construção, principalmente, entre o que era essencial e secundário na luta pelo poder e pelo controle da organização escolar.

Os governos provisórios sofreram pressão social constante. Os trabalhadores do Ministério da Educação se mobilizaram pelo saneamento de sujeitos ligados ao regime fascista. Mas após o V Governo, o estado de sítio parcial de Lisboa, os saneamentos à esquerda e o reestabelecimento da hierarquia de comando nas forças armadas, assim como a posição de aparente neutralidade do PCP, não houve a força política necessária para avançar e estabelecer um Estado e um sistema escolar sob controle de trabalhadores. De forma descentralizada, as experiências de poder dual nas escolas resistiram mais tempo e em relação a seus efeitos até 2008, como já apresentamos na introdução.

A GD foi introduzida pelo processo de auto-organização espontâneo dos sujeitos escolares, em conjunto com os demais trabalhadores e soldados nos locais de trabalho e quartéis que originou um regime de dualidade de poder. A democracia representativa liberal só se consolida quando a possibilidade insurrecional dos trabalhadores é derrotada, por volta de 1986. Todavia, a luta pelo controle do trabalho é intrínseca ao ser social.

## 5 CONCLUSÃO

Na ciência toda conclusão é relativa ao desenvolvimento e acesso tecnológico, cultural, econômico e social de seu tempo histórico, produzida para ser novamente problematizada. É a forma concreta disponível para demonstrar a construção do conhecimento científico, sempre relativa à relação espaço/tempo de seus pesquisadores. Portanto, a construção científica não é neutra e clarificar as posições é a forma mais honesta e ética de produzir conhecimento. Partindo deste princípio, concluímos a análise para contribuir com o aprofundamento da categoria histórico-política denominada de GD e, principalmente, sobre a atuação dos sujeitos escolares no controle da organização escolar.

Demonstramos a hipótese de que a GD originada na Revolução dos Cravos advém da forma organizativa da escola sob controle dos trabalhadores em um regime de dualismo de poder. Os organismos de Poder Popular organizados pelos trabalhadores disputaram o poder executivo e legislativo com os governos provisórios. A democracia direta e a experiência dos soviets russos como base teórico-prática, proposição bastante diferente da GD de matriz liberal com formas de participação representativa, que se concretizou no sistema escolar português a partir da década de 1980. Entretanto, a forma de organização escolar por colegiados não é posição antagônica à matriz marxista. A essência da diferença com a matriz marxista reside em quem controla o que é produzido e com qual objetivo: socialização ou privatização.

Consideramos que a origem da proposição da GD na educação em Portugal é resultado de dois projetos antagônicos que se expressou de forma polarizada no século XIX-XX.

A matriz marxista que se inicia com a produção teórica de Marx e Engels em 1848, mas que é elaborada por Lenin após a Comuna de Paris, ocorrida em 1871, acerca das formas organizativas da classe trabalhadora, produtora e reprodutora da vida social, para o controle da produção e do Estado. A maior referência do poder político, econômico e social dos trabalhadores é a Revolução Russa de 1917, com sua organização em soviets e o partido bolchevique.

Já a matriz liberal, elaborada pelos intelectuais orgânicos da burguesia, como a forma política de domínio do capital sobre o trabalho, utilizou a retórica democrática de exercício do poder para todos, mas de fato as condições objetivas e subjetivas do controle da produção e do Estado estão restritas à classe dos proprietários. A maior referência é a Revolução Francesa de 1789 e a introdução do parlamento como instituição de democracia universal. Mostramos como os agentes do imperialismo norte-americano, que após a Segunda Grande Guerra financiaram e exerceram liderança nos países capitalistas sobre as políticas educacionais, por via da OCDE,

por exemplo, buscaram restringir o controle dos sujeitos escolares sobre a organização escolar. No mesmo projeto foi a defesa enfática de parlamentares dos partidos burgueses portugueses e a promulgação dos diplomas legais pelo PS.

A GD foi introduzida nas escolas pelo processo de auto-organização espontâneo dos sujeitos escolares, em conjunto com os demais trabalhadores e soldados nos locais de trabalho e quartéis que originou um regime de dualidade de poder. A matriz liberal só se consolida quando a possibilidade insurrecional dos trabalhadores é derrotada, por volta de 1986. Todavia, a luta pelo controle do trabalho é intrínseca ao ser social.

Os Grupos de Estudo docente, sindicatos e partidos comunista, socialista, maoísta e trotskista foram os organizadores dos professores progressistas, em sua maioria do ensino básico e secundário. Desde a década de 1960, os professores lutavam pelo direito de sindicalização com pautas democráticas para a instituição escolar. São os que estavam mais organizados para implantar a GD logo a partir de 26 de abril e assim o fizeram.

As associações acadêmicas, órgão representativo dos estudantes universitários e as associações de estudantes, dos secundaristas, também tinham uma tradição de organização que permitiu um grau de experiência entre dirigentes e a possibilidade de direção das escolas, principalmente universidades. A formação e a estrutura das forças políticas impulsionavam a juventude pela construção do socialismo e controle da organização escolar.

O formato da GD nas escolas básicas e secundárias em Portugal deu-se primeiramente pela democracia direta, com diferentes nomenclaturas, como Reuniões Gerais de Escola, Grupos de Trabalho e Comissões de Gestão. Após os decretos promulgados pelo governo provisório, houve uma crescente pressão pela homogeneização em colegiados, denominados por Conselho Diretivo e Conselho Pedagógico. Tais conselhos dividiram o controle da organização, buscando separar os assuntos estritamente pedagógicos.

Os diferentes segmentos na organização escolar participavam da GD por meio direto e por eleição para representantes. É relevante ressaltar que eleições para dirigentes e instâncias deliberativas por colegiados foram os princípios que permearam a GD durante o processo revolucionário. Estudantes no ensino superior e docentes no ensino básico e secundário foram os principais dirigentes da implementação dessa política. No entanto, tanto em RGEs, quanto em órgãos colegiados, a proporção da representação de cada segmento deu-se de acordo com a correlação de forças de cada escola e região. Não podemos delinear um quadro mais preciso devido a quantidade de dados a serem analisados, mas até 1976 houve representação paritária dos segmentos nos órgãos deliberativos prevista nos diplomas legais.

As forças políticas, Movimento das Forças Armadas (MFA), partidos, entidades de educadores, movimento juvenil tiveram influência na introdução da GD nos decretos nacionais entre 1974 e 1976. Os diplomas legais foram elaborados por sujeitos que estavam no campo de luta de oposição ao regime fascista, mas se restringiram ao regime democrático-burguês, enquanto em discurso defendiam uma sociedade socialista.

Os governos provisórios sofreram pressão social constante. Os trabalhadores do Ministério da Educação se mobilizaram pelo saneamento de sujeitos ligados ao regime fascista. Mas após o V Governo, o estado de sítio parcial de Lisboa, os saneamentos à esquerda e o reestabelecimento da hierarquia de comando nas forças armadas, assim como a posição de aparente neutralidade do PCP, não houve a força política necessária para avançar e estabelecer um Estado e um sistema escolar sob controle de trabalhadores. De forma descentralizada, as experiências de poder dual nas escolas resistiram mais tempo e em relação a seus efeitos até 2008, quando foi instaurada a direção unipessoal na gestão escolar.

A democratização do governo das escolas básicas e secundárias, a autonomia e o controle dos sujeitos escolares permanecerão, em boa parte, com o estatuto de promessas adiadas, quando não de discurso retórico circunscrito a programas dos governos e a preâmbulos de diplomas legais. Apenas sob a socialização da produção e reprodução social é possível ter a educação escolar sob controle dos trabalhadores, portanto, dos sujeitos escolares. Sob o capitalismo, o controle da organização escolar será no máximo de partilha, cogestão e participação, pois existe um vínculo profundo entre o modo de produção social e a educação escolar a seu serviço. Afirmaram Marx e Engels (2007) já no século XIX, que as ideias dominantes são as ideias da classe dominante.



## REFERÊNCIAS

ACCORNERO, Guya. **Efervescência estudantil**: estudantes, acção contenciosa e processo político no final do Estado Novo (1956-1974). 2009. 350 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)-Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

AFONSO, Almerindo Janela. O *neoliberalismo educacional mitigado* numa década de governação social-democrata. **Revista Portuguesa de Educação**, v.10, n.2, p. 103-137, 1997.

AFONSO, Natércio. A participação dos encarregados de educação na direcção das escolas. **Inovação**, Lisboa, v. 2, n. 6, p. 131-155, 1993.

ARCARY, Valério. Quando o futuro era agora. Trinta anos da revolução portuguesa. **Revista Outubro**, n. 11, p. 71-92, 2004.

BARROSO, João. Organização e regulação do ensino básico e secundário em Portugal: sentido de uma evolução. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 24, n. 82, p. 63-92, abr. 2003.

BLACKBURN, Robin. The test in Portugal. **New Left Review I**, London, n. 87-88, p. 1-42, Sep./Dec. 1974. [tradução nossa].

CAMPOS, José Roberto. **O que é Trotskismo**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CARDINA, Miguel. **A esquerda radical**. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

CARDINA, Miguel. **Margem de certa maneira**: o maoísmo em Portugal (1964-1974). Lisboa: Tinta da China, 2011.

CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de. Gestão da Educação: em perspectiva comparada Brasil-Portugal. In: CONGRESO NACIONAL, 4.; ENCUESTRO INTERNACIONAL DE ESTUDIOS COMPARADOS EN EDUCACIÓN, 3., 2011, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: SAECE, 2011. p. 1-20.

CASTRO, Dora Fonseca de; SOUZA, Donaldo Bello de. Gestão democrática da educação em Portugal e no Brasil sob enfoque comparado: possibilidades e limites na esfera local. In: CONGRESSO IBERO AMERICANO POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO, 3., 2012, Zaragoza. **Anais...** Zaragoza: ANPAE, 2012. p. 1-14.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO 25 DE ABRIL. O caso república, 2012. Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=casorepu>. Acesso em: 10. Set. 2017.

CONTRA A ESCOLA CAPITALISTA - CEC. **A política na escola**: encontro de professores promovido pela C.E.C. Lisboa: C.E.C., 1978.

DAL RI, Neusa Maria. **As origens da gestão democrática na escola pública no Brasil e Portugal**: inserção na Constituição de 1988 e a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP) no Brasil, a Revolução dos Cravos e reforma educativa em Portugal. Projeto de pesquisa encaminhado e aprovado pelo CNPq, Bolsa Produtividade em Pesquisa 2013-2015, Marília, 2012.

DAL RI, Neusa Maria. Reformas político-educativas e gestão democrática na escola pública em Portugal. In: DAL RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais**: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 37-68.

DOS ESTUDANTES à população. Lisboa: [s.n.], [1972?]. Panfleto.

ENCONTRO NACIONAL DA JUVENTUDE, 1961, Lisboa. Comunicado eleitoral das comissões cívicas da juventude de Lisboa e Porto, aprovado no Encontro Nacional da Juventude. [S.l. : s.n.], 1961.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDANTES, 1., 1962, Coimbra. Coimbra: AAC, 1962.

ESTÊVÃO, Carlos Alberto Vilar. Gestão democrática e autonomia da escola no período de 1974-75: as ambiguidades de um processo na perspectiva do Movimento de Esquerda Socialista (MES). **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 17, n. 2, p. 209-223, 2004.

FARIA, Cristina. **As lutas estudantis contra a ditadura militar (1926-1932)**. Lisboa: Colibri, 2000.

GARCIA, José Luis de Oliveira. Entrevista concedida a Karina Perin Ferraro [05 jul. 2016]. Lisboa: [s.n.], 2016. 78 min. 13 p.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, Bernardino; SÁ, Tiago Moreira de. **Carlucci vs. Kissinger**: os EUA e a Revolução Portuguesa. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2008.

GRÁCIO, Rui. **Educação e processo democrático em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte, 1981.

GRÁCIO, Rui. O Congresso do Ensino Liceal e os grupos de estudo do pessoal docente do ensino secundário: uma alternativa sob o caetanismo. **Análise Social**, Lisboa, v. 19, n. 77-78-79, p. 757-791, 1983.

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

ITURBE, Alejandro. En defensa de la revolución permanente. **Marxismo Vivo**, v. 4, n. 3, p. 29-72, set. 2013.

JALECO, Maria Júlia de Freitas Vieira Monteiro Primo. Entrevista concedida a Karina Perin Ferraro [01 jul. 2016]. Coimbra: [s.n.], 2016. 60 min. 11 p.

LEIRIA, Luiz. A geração de 70. **Vida Mundial**, [S.l.: s.n.], p. 26-34, dez. 1998.

LE MOS, Valter. A OCDE e as políticas de educação em Portugal. In: RODRIGUES (Org.). **40 anos de políticas de educação em Portugal**. v. 1.

LENIN. **A falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979. (Materialismo Histórico).

LENIN. **Esquerdismo, doença infantil do comunismo**. [S.l. : s.n.], 1920. Primeira publicação como panfleto. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/index.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LENIN. **Imperialismo e a cisão do socialismo**. out. 1916. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1916/10/imperialismo.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LENIN. **Obras Escogidas en tres tomos**. Moscou: Editorial Progreso, 1970.

LENIN. **O Estado e a revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LENIN. **Teses e relatório sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado**. mar. 1919. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

LIMA, Licínio C. A democratização do governo das escolas públicas em Portugal. **Sociologia**, Porto, v. 19, p. 227-253. 2009.

LIMA, Licínio C. **A escola como organização e a participação na organização escolar: um estudo da escola secundária em Portugal (1974-1988)**. Braga: Universidade do Minho, 1992.

LIMA, Licínio C. **Gestão das escolas secundárias: participação dos alunos**. Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

LIMA, Licínio Carlos Viana Silva. Entrevista concedida a Karina Perin Ferraro [20 jul. 2016]. Coimbra: [s.n.], 2016. 120 min. 25 p.

LOWY, Michael. **A política do desenvolvimento desigual e combinado**: a teoria da revolução permanente. São Paulo: Sundermann, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. A Socialização da Sociedade. Trad. de Isabel Loreiro. In: LUXEMBURGO, Rosa. **Die junge Garde**: Berlim, dez. 1918. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/luxemburgo/1918/12/socializacao.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2016.

MANDEL, Ernest. **Teoria marxista do Estado**. Lisboa: Antídoto, 1977.

MARTINS, Ângela Maria. Gestão e autonomia escolar: um estudo comparado Brasil/Portugal. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 69-98, jan./abr. 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MAS, Movimento de Alternativa Socialista. **Estatutos**. Portugal, 2014. Disponível em: <<http://www.mas.org.pt/index.php/mas.html>>. Acesso em 15 nov. 2017.

MAXWELL, Kenneth. **A construção da democracia em Portugal**. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

MIGUEL, Nuno Pereira Silva. Entrevista concedida a Karina Perin Ferraro [20 jun. 2016]. Lisboa: [s.n.], 2016. 80 min. 10 p.

MORENO, Nahuel. **A ditadura revolucionária do proletariado**. São Paulo: Sundermann, 2007.

MORENO, Nahuel. **As revoluções do século XX**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1984. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000045.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOURA, Alessandro de. O movimento operário russo e suas revoluções: a estratégia de 1905 e 1917. **Esquerda Diário**, São Paulo, 13 mar. 2017. Disponível em: <<http://www.esquerdadiario.com.br/O-movimento-operario-russo-e-suas-revolucoes-a-estrategia-de-1905-e-1917>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

MOVIMENTO DE ESQUERDA SOCIALISTA. Encontro Nacional de Professores promovido pelo MES: teses e conclusões. Antologia. Lisboa: MES, 1975.

MOVIMENTO DEMOCRÁTICO PORTUGUÊS. **Programa e estatutos**. Porto: MDP, 1974.

NOVACK, George. **A lei do desenvolvimento desigual e combinado da sociedade**. São Paulo: Rabisco, 1988.

NÓVOA, A. (Org.). **As Organizações Escolares em Análise**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1992.

O SÉCULO ILUSTRADO. Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, n. 1939, 8 mar. 1975.

OECD, Organisation for Economic Co-operation and Development. **Convention relative à l'Organisation de Coopération et de Développement Economiques**, 1960. Disponível em <<http://www.oecd.org/general/conventionontheorganisationforeconomicco-operationanddevelopment.htm>>. Acesso em 7 set. 2014.

OEI, Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Informe OEI-Ministério da Educação**, 2003. Disponível em: <<http://www.oei.es/historico/quipu/portugal/>>. Acesso em 20 fev 2016.

OIT, Organização Internacional do Trabalho. **O que é Trabalho Forçado?** Disponível em: <[http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/WCMS\\_393058/lang--pt/index.htm](http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-escravo/WCMS_393058/lang--pt/index.htm)>. Acesso em: 10 mar 2017.

OLIVEIRA, Maria Filomena Batista Simão de. Entrevista concedida a Karina Perin Ferraro e Raquel Cardeira Varela [01 jul. 2016]. Colares: [s.n.], 2016. 78 min. 18 p.

PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS MARXISTA-LENINISTA. **Sobre a luta estudantil**. [S.l.]: Edições do Partido, 1972.

PINTO, Tales dos Santos. Os soviets e o duplo poder. **Mundo Educação**, história geral, Revolução Russa, 2017. Disponível: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/os-sovietes-duplo-poder.htm>> . Acesso em 15 abr. 2017.

PORTUGAL. Constituição da República (1976). **Constituição da República Portuguesa**. Promulgada em 2 abr. 1976. Lisboa, Assembleia da República, 2 abr. 1976.

PORTUGAL. **Diários da Constituinte (1975-1976)**. Biblioteca Nacional: Portugal, 1975.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto-Lei n° 221/74, de 27 de maio. Determina que a direcção dos estabelecimentos de ensino possa ser confiada pelo Ministro da Educação e Cultura a comissões democraticamente eleitas ou a eleger depois de 25 de Abril de 1974. **Diário do Governo**, Lisboa, 27 maio 1974a.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto-Lei n° 735-A/74, de 21 de dezembro. Regula os órgãos de gestão dos estabelecimentos oficiais dos ensinos preparatório e secundário. **Diário do Governo**, Lisboa, 21 dez. 1974b.

PORTUGAL. Ministério da Educação e Cultura. Decreto-Lei n° 806/74, de 31 de dezembro. Providência acerca da institucionalização democrática dos órgãos de gestão dos estabelecimentos de ensino superior. **Diário do Governo**, Lisboa, 31 dez. 1974c.

REZOLA, Maria Inácia. Diego Palacios Cerezales, O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa. **Análise Social**, Lisboa, v. 40, n. 177, p. 959-964, out. 2005. Recensão crítica.

RICARDO, Maria Manuel Calvet. **Os Grupos de estudo do pessoal docente do ensino Secundário (1969-1974): raízes do sindicalismo docente**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Faculdade de Ciências Sociais, Educação e Administração, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2015.

SÁ, Virgínio. **A participação dos pais na escola pública portuguesa: uma abordagem sociológica e organizacional**. Braga: Universidade do Minho, 2004.

SANCHES, Maria de Fátima Chorão. Construção discursiva da liderança dos professores: da praxis revolucionária ao tempo de normalização. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 17, n. 2, p. 133-180, 2004.

SANCHES, Maria de Fátima Chorão; NADAI, Elsa. A ilusão do poder: memórias de professores e mudança da escola. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, 2., 1995, Braga. **Anais...** Porto: SPCE, 1995. v. 2, p. 7-24.

SANCHES, Maria de Fátima Chorão; SEIÇA, Aline. Construindo a cidadania democrática: valores emergentes do discurso político no período revolucionário (1974-1975). In: SANCHES, Maria de Fátima Chorão et al. (Org.). **Cidadania e educação**. Porto: Porto Editora, 2007. p. 71-107.

SECCO, L. **25 de abril de 1974: A Revolução dos Cravos**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2010.

SECCO, Lincoln Ferreira Secco. **A crise do Império Colonial Português: Economias, Espaços e Tomadas de Consciência (1961-1975)**. 2003. 298 f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SECCO, Lincoln. Trinta anos da Revolução dos Cravos. **Revista Adusp**, n. 33, p. 6-12, out. 2004.

SILVA, Pedro. **Escola-família, uma relação armadilhada**: interculturalidade e relações de poder. Porto: Afrontamento, 2003.

SOUZA, Donaldo Bello de; MARTINEZ, Silvia Alícia. Gestão da Educação em perspectiva comparada Brasil-Portugal: análise da produção acadêmica entre 1986-2006. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 26, n. 2, p. 307-324, maio/ago. 2010.

STOER, Stephen R. A revolução de abril e o sindicalismo dos professores em Portugal. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 26, p. 49-70, 2008.

STOER, Stephen R. **Educação e mudança social em Portugal: 1970-1980**, uma década de transição. Porto: Afrontamento, 1986.

TAVARES, Manuel. Escola e sindicalismo docente: os grupos de estudo nos cadernos O Professor. **Revista Lusófona de Educação**, n. 4, p.139-146, 2004.

TEODORO, António. **A Revolução Portuguesa e a educação**. Lisboa: Editorial Caminho, 1978.

TEODORO, António. Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária: periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976). **Revista Portuguesa de Educação**, v. 17, n. 2, p. 181-207, 2004.

TEODORO, António. Os programas dos governos provisórios no campo da educação. De uma intenção de continuidade com a reforma Veiga Simão à elaboração de um programa para uma sociedade a caminho do socialismo. **Educação, Sociedade & Culturas**, n. 11, p. 29-66, 1999.

TORRES, Leonor Maria de Lima. Configurações culturais e o processo de construção da gestão democrática numa escola secundária. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 18, n. 2, p. 89-124, 2005.

TORRES, Leonor Maria de Lima. **Cultura organizacional em contexto educativo**: sedimentos culturais e processos de construção do simbólico numa escola secundária. 2003. 616 f. Tese (Doutorado em Educação)-Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Braga, 2003.

TROTSKY, Leon. **A história da Revolução Russa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. 3 v. (Pensamento Crítico, 11).

TROTSKY, Leon. **A Teoria da Revolução Permanente**: balanços e perspectivas. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2010.

TROTSKY, Leon. **O Partido Comunista e o parlamentarismo**. Introdução de Trotsky e teses de Bukarine-Lenine aprovados pelo II Congresso da Internacional Comunista. 1920. Disponível em: <[http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/06/O-PC-e-o-parlamentarismo\\_II-Congresso-da-IC-1920.pdf](http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2014/06/O-PC-e-o-parlamentarismo_II-Congresso-da-IC-1920.pdf)>. Acesso em: 18 mai. 2017.

TROTSKY, Leon. O que é uma situação revolucionária? **The Militant**, 19 dez. 1931. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1931/12/19.htm>>. Acesso em: 18 mai. 2017.

VARELA, Raquel. **História do povo na Revolução Portuguesa (1974-75)**. Lisboa: Bertrand, 2014.

VARELA, Raquel; PAÇO, António Simões do; ALCÂNTARA, Joana. O controlo operário na Revolução Portuguesa 1974-1975. **Marx e o Marxismo**, v. 2, n. 2, p. 139-168, jan/jul. 2014.

VIEIRA, Mauricio; OLIVEIRA, Diógenes. **O poder popular em Portugal**. Lisboa: Centelha, 1976. (Criar Poder Popular, 2).

VIEITEZ, Candido Giraldez. A democracia nas unidades escolares públicas. In: DAL RI, Neusa Maria; BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino (Org.). **Políticas educacionais, gestão democrática e movimentos sociais: Argentina, Brasil, Espanha e Portugal**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 13-36.

VIEITEZ, Candido Giraldez; DAL RI, Neusa Maria. A educação no movimento social: a luta contra a precarização do ensino público. In: LIMA, Francisca das Chagas Silva; SOUSA, Jhonatan Uelson Pereira; CARDOZO, Maria José Pires Barros (Org.). **Democratização e educação pública: sendas e veredas**. São Luís: EDUFMA, 2011. p. 133-165.



## GLOSSÁRIO

**Controle Operário:** Organização política dos trabalhadores ao nível da produção com vista a tomar o poder político do Estado (VARELA; PAÇO; ALCÂNTARA, 2004, p. 145).

**Crise acadêmica de 1962 e 1969:** Intensa mobilização estudantil nas universidades, que ocorre em período de mobilização e greve dos trabalhadores nacionalmente.

**Extrema-esquerda:** “Atitudes políticas centradas na desconsideração do parlamentarismo e na defesa de lógicas de intervenção hostis à transigência e ao reformismo”. (CARDINA, 2010, p. 11). Formas profundas de cooperação, estímulo que exigiu o recurso às armas.

**Fascismo:** Nos referimos a regime fascista quando há supressão dos direitos democráticos, como liberdade de expressão e organização; violenta atividade de repressão estatal às organizações de trabalhadores; controle direto entre governo e mídia, educação escolar e instituições estatais, em especial as Forças Armadas. Além disso, é permeado pelo culto ao nacionalismo e corporativismo.

**Liceu:** Educação escolar secundária - equivalente ao ensino fundamental e médio brasileiro.

**Maoísmo:** Essa corrente política não considera que o sujeito social da revolução seja o operariado industrial e sim os camponeses. Estabelece acordos não apenas militares, mas políticos com a burguesia e a pequena-burguesia e dividem a luta social entre campos progressistas e reacionários, não se delimitando pela questão de classe.

**Movimento de Educação:** Movimento que atua pela educação escolar sistematizada, com protagonismo de sujeitos escolares - trabalhadores docentes e não-docentes, estudantes e responsáveis - e não-escolares - movimentos sociais, sindicatos e organizações políticas com ou sem inscrição legal.

**Saneamento:** Limpar, isto é, expulsar, demitir os sujeitos ligados ao regime fascista.

**Segmento:** Agrupamento de sujeitos escolares de acordo com o trabalho que realizam. Separamos a organização escolar em três segmentos, estudantil, docente e trabalhadores não-docentes.

**Trotskismo:** “A crise histórica da humanidade se reduz à crise histórica de direção revolucionária”. (CAMPOS, 1998, p. 39). A tese central de Trotsky é a possibilidade de uma revolução ininterrupta e combinada (democrática/socialista) em países coloniais ou dependentes. (LOWY, 2015, p. 137). As teses de Trotsky acerca da revolução permanente foram incorporadas nos quatro primeiros congressos da Internacional Comunista. Quando a tradição marxista começou a ser demolida por Stalin, a teoria da revolução permanente foi atacada. Sua defesa tornou-se um dos pontos centrais do programa e da atividade prática dos trotskistas e uma das marcas mais evidentes do trotskismo. (CAMPOS, 1998, p. 21). A luta contra o monolitismo e a defesa da democracia interna foi um dos eixos diferenciadores do maoísmo e estalinismo. (CARDINA, 2010, p. 16).

## APÊNDICE – PESQUISA DOCUMENTAL

ACERVO	CONTEÚDO
Museu do Aljube – Resistência e Liberdade	Exposição permanente de documentos, gravações e fotografias sobre o processo de ditadura e da revolução.
Fundação Mário Soares em Lisboa	<p>Teses e conclusão do 2 Congresso Republicano, realizado em maio de 1969, e do 3 Congresso de Oposição Democrática, realizado em 1973.</p> <p>CD sobre a Crise Acadêmica de 1962, com comunicados emitidos pelo movimento, recortes do processo divulgado na mídia e imagens.</p> <p>A Fundação não permitiu cópia da documentação e do CD.</p>
Centro de Documentação 25 de abril em Coimbra (CD25).	<p>C.E.C. <i>Manifesto: contra a instauração capitalista</i>, 1-3, Fevereiro, 1976.</p> <p>C.E.C. <i>A política educativa do governo socialista</i>, nº 3, Outubro, 1976.</p> <p>Crítica da Escola. <i>A situação das escolas e dos professores</i>, Centro de Informação e Documentação, Abril, 1980.</p> <p>Crítica da Escola. <i>A informação depois do 25 de abril</i>, Centro de Informação e Documentação, Maio, 1980.</p> <p><i>Delegação do Norte</i>, Sindicato dos Professores, Folha informativa n. 8, Porto, 21 de maio de 1974.</p> <p>Sindicato dos Professores, Lisboa, Circular n. 336/75.</p> <p>Intersindical. <i>Vitória da Unidade – Vitória da Aliança Povo-MFA</i>, Lisboa, 12 de março de 1975.</p> <p>Sindicato dos Professores. <i>Por um ensino democrático numa sociedade democrática!</i> Circular n. 122/75, Lisboa, 4 de março de 1975.</p> <p>Sindicato dos Professores. <i>Projecto de Decreto-Lei de gestão democrática das escolas preparatórias e secundárias</i>. Circular n. 336/75, Lisboa, 1975.</p> <p>O Século Ilustrado. <i>Liceus: quem tem medo?</i> n. 1939, 8 de março de 1975.</p>

<p>Casa da Achada – Centro Mário Dionísio em Lisboa</p>	<p>A exposição <i>Escolas: reaprender e ensinar</i> continha documentos e imagens inéditas e traçava o percurso de dois professores antes e depois da revolução.</p> <p>Digitalização dos documentos: C.E.C. <i>A política na escola</i>. Encontro de professores, Abril, 1978.</p> <p>M.E.S. <i>Encontro Nacional de Professores</i>. Núcleo de professores de Lisboa do M.E.S, março de 1975.</p> <p>Estabelecimento de contato com a responsável pelo Centro, Eduarda Dionísio, que também é professora e foi dirigente sindical de base da escola Camões durante a revolução.</p>
<p>Centro de Documentação 25 de abril em Coimbra (CD25).</p>	<p>Grupo de estudo dos professores do ensino secundário. <i>As amêndoas da Páscoa do governo</i>, 22 de abril de 1976.</p> <p>Sindicato dos professores. <i>Relatório aprovado na Reunião Nacional</i>, Évora, 14 de setembro de 1974.</p> <p>Grupo de estudo professores provisórios e eventuais. <i>História recente do Movimento dos Professores Eventuais e Provisórios</i>. Comunicação n.4, Lisboa, 25 de fevereiro de 1971.</p> <p>Grupo de estudo dos professores eventuais e provisórios. Comunicação n.11, Lisboa, 18 de maio de 1971.</p> <p>Grupo de estudos dos professores do ensino secundário do Norte. Comunicação n.5, Porto, 12 de maio de 1971.</p> <p>Pasta - relação de Maio de 1968 francês e Portugal.</p> <p>C.P.A. Comissão Pró-Associação dos Liceus. <i>Reunião Nacional de estudantes liceais</i>, Lisboa, janeiro de 1962</p> <p>Pasta – gestão escolar.</p> <p>Direção da Associação de Estudantes do Liceu Nacional da Amadora. <i>Fascistas provocam!</i> Amadora, 31 de maio de 1978.</p> <p>Escola Técnica Gago Coutinho. <i>Programa da Lista B – Por um ensino ao serviço da independência e da democracia</i>, Alverca.</p> <p>Conselho Directivo da Escola Técnica Gago Coutinho. Comunicado, Alverca, 18 de abril de 1975.</p>

Conselho Directivo do ISE. *Relatório do Instituto Superior de Economia – ISE desde 25 de abril*, Lisboa, 15 de novembro de 1976.

MDP/CDE. *Programas e estatutos*. Porto, 16 de dezembro de 1974.

MOD. Movimento de Oposição Democrática, 1973.

Pasta – secundaristas diversos

UEC (m-1). *Sobre a luta estudantil*. PCP, 1972.

AEFML. *O sindicalismo universitário*. Juventude Universitária Católica Portuguesa, 1962.

Encontro Nacional da Juventude. *Comunicado Eleitoral das comissões cívicas da Juventude de Lisboa e Porto*, outubro de 1961.

NUNES, Albano Freire, FIGUEIREDO, Eurico de. *2 Seminário de estudos associativos: o desenvolvimento das associações de estudantes*. Lisboa, 1964.